

CIBEC/INEP



B0031479

MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO



relatório do seminário internacional bolsa escola



7.4/43

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Presidente da República Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Educação Paulo Renato Souza

Secretária Executiva Maria Helena Guimarães de Castro

Secretário do Programa Nacional de Bolsa Escola

Antonio Floriano Pereira Pesaro



Dezembro, 2002.



RELATÓRIO DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL
BOLSA ESCOLA

Brasília, 20, 21 e 22 de maio de 2002.

FICHA TÉCNICA

Paulo Renato Souza
Ministro da Educação

Walter Franco
Representante Residente do PNUD no Brasil

Antonio Floriano Pereira Pesaro
Secretario do Programa Nacional de Bolsa Escola

Coordenação do Trabalho:
Elizeu de Oliveira Chaves Júnior
Consultor Geral do Programa Nacional de Bolsa Escola

Elaboração:
Aline Matos Barbosa Antonio
Paulo Pinheiro Lima Carlos
Alberto Caetano Peroni Eduardo
Leal Macedo Elizeu de Oliveira
Chaves Júnior Felipe Sartori
Sigollo Paula Giuliano Galeano
Sérgio Augusto Germano Patto
Thais Versiani Venâncio Pires
Valerio de Mira Pontes

Realização:
Secretaria do Programa Nacional Bolsa Escola
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

Apoio:
Organização Internacional do Trabalho - OIT
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO
Comissão de Educação do Senado Federal

ÍNDICE

Apresentação	
Ministro Paulo Renato Souza.....	7
Apresentação	
Walter Franco.....	9
Introdução	10
O caso brasileiro	11
Proposta do relatório	12
Programação	13
Mesa de Abertura	
Osmar Chohfi.....	16
Florian Pesaro	17
Henry Jaclen	18
Lindemberg Curi.....	18
Paulo Renato Souza	19
Palestra I - A educação como instrumento de inclusão social	
Frans Rosealers	22
Maria Helena Guimarães Castro.....	24
Síntese das respostas dos palestrantes às questões do público.....	25
Painel I - Políticas nacionais de transferência de renda e educação	
Ulisses Cidade Semeghini	27
Enrique Alvarez Guilbert.....	28
Alejandro Grinspun.....	29
Luis Barquera.....	29
Carlos Lacayo	30
Eduardo Horacio Merlo	31
Florian Pesaro	32
Síntese das respostas dos palestrantes às questões do público	34
Painel II - Experiências locais de Bolsa Escola	
Laura Contador.....	35
Dulce Maria de Paula Souza.....	36
Marcelo Aguiar	37
Carina Kaplan	38
Roberto Tamura.....	40
Cíntia Morais Pinheiro.....	41
Roberto Martins	42

Mesa-redonda I - Políticas públicas e a inclusão social	
Martin Hopenhayn	43
Selim Jahan	45
Alejandro Grinspun.....	48
Rosemary Barber-Madden	49
Síntese das respostas dos palestrantes às questões do público.....	49
Painel III - Marcos legais de desenvolvimento social e o papel do Estado	
Lúcio Alcântara.....	51
Pedro A.F. de Oliveira	52
Armand Pereira	54
Carolyn Heinrich.....	55
Eduardo Suplicy.....	56
Saulo de Castro Bezerra.....	59
Painel IV - Avaliação, monitoramento e acompanhamento de políticas públicas de renda mínima	
Ricardo Paes de Barros	61
Denise Coitinho	62
Emanuel Skoufias	64
Elizeu de Oliveira Chaves Júnior.....	65
Pedro Olinto.....	66
Florian Pesaro	67
Palestra II - Educação e desenvolvimento humano	
Cláudio Moura e Castro.....	69
Selim Jahan	72
Mesa-redonda II - Políticas de renda mínima: a importância da participação social	
Ruth Cardoso	75
Iara Prado.....	76
Inés Kisil Miskalo.....	77
- Cristovam Buarque.....	78
Milda Lourdes Pala Moraes.....	79
Júlio Jacobo.....	81
Craig Loftin.....	82
Desdobramentos e encerramento do "Seminário Internacional Bolsa Escola"	
Henry Jaclen	84
Florian Pesaro.....	84
Luis Barquera (Carta de Brasília)	88
Eduardo Suplicy	89
Rede internacional "Bolsa Escola"	90
Agradecimentos finais	92

APRESENTAÇÃO

Toda a produção editorial do Ministério da Educação, nesses oito anos, teve como objetivo primordial oferecer subsídios para a implementação tanto das políticas definidas em relação aos vários níveis do ensino, quanto das reformas educacionais promovidas. Nesses anos todos, o Ministério procurou atuar como entidade líder da transformação do sistema de educação do País. Nosso desafio na implantação das políticas foi criar uma estratégia para atingir o conjunto do sistema, efetuar uma mudança de cultura e conseguir resultados qualitativos.

Essas características estiveram sempre presentes na política editorial do Ministério. As publicações nesse período servem justamente ao propósito de orientar a implementação da política educacional em todos os níveis. Procuram convencer sem impor, liderar sem submeter.

Assim é no caso do Bolsa Escola Federal, um dos nossos programas mais recentes. Justamente por isso, há uma série de questões sujeitas à avaliação em nossa estratégia de combate à pobreza via educação, pelo benefício concedido às famílias e pela promoção da cidadania.

Por isso, a relevância do "Seminário Internacional Bolsa Escola" para o intercâmbio de experiências bem-sucedidas e consolidação da rede de cooperação entre os países que possuem programas de renda mínima vinculada à educação e utilizam diferentes tecnologias sociais para promover a inclusão.

Espero que a documentação desse seminário contribua para o fortalecimento do diálogo e da cooperação, mas sobretudo para consolidar estratégias efetivas de promoção da inclusão social.

É esse também o propósito da presente publicação: a um só tempo, deixar o registro do muito que foi feito e buscar a sustentabilidade de estratégias que, acreditamos, contribuí muito para a construção de um país melhor e mais justo pelo caminho da educação, no qual as coisas não acontecem da noite para o dia. O processo é lento, difícil. Por isso, publicações desta natureza são extremamente importantes para explicitar rumos, balizar políticas e debates públicos.

Paulo Renato Souza
Ministro da Educação

APRESENTAÇÃO

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, juntamente com a Secretaria Nacional do Bolsa Escola, tem o prazer de lançar o relatório do "Seminário Internacional Bolsa Escola - A Educação como Instrumento de Inclusão Social", realizado em Brasília, no mês de maio de 2002.

Diversas políticas e estratégias de redução da pobreza têm sido testadas e implementadas nos países em desenvolvimento. Essas tentativas e experiências incluem desde políticas assistencialistas até a formação de fundos sociais de investimento. Apesar de alguns passos vencidos, nenhuma dessas estratégias alterou radicalmente o quadro da pobreza ou reduziu significativamente as disparidades e desigualdades sociais.

O Programa Bolsa Escola representa uma inovação dentro da política pública brasileira, combinando transferências de recursos para as famílias carentes com a permanência da criança na escola. Concilia assim estratégias de curto prazo, com ações estruturadas de médio e longo prazos.' Esse Programa também tem sido inovador na sua operacionalização, utilizando-se da infra-estrutura de comunicação e da rede bancária existentes no Brasil. O Programa Bolsa Escola eliminou a intermediação na transferência dos recursos, ao mesmo tempo que imprimiu maior agilidade e transparência à gestão pública deste e de outros programas que já seguem o mesmo modelo.

Concebido no âmbito da cooperação técnica, em parceria estabelecida entre o PNUD e o Bolsa Escola, o Seminário Internacional do qual este volume trata possibilitou um importante espaço de diálogo e discussão sobre os diversos modelos e programas de combate à pobreza, hoje implementados nos países em desenvolvimento. Primeiro evento de um conjunto de ações voltadas à cooperação horizontal, este Seminário estimulou a troca de experiência e o intercâmbio entre países, ao mesmo tempo que despertou a vontade política e o interesse de técnicos e gestores na implementação de modelos e programas similares.

Ao lançar este Relatório, o PNUD espera contribuir com os países participantes do Seminário e com os demais países em desenvolvimento na formulação e implementação de políticas públicas de combate à pobreza, representando um importante subsídio ao debate, diálogo e planejamento de ações de monitoramento e avaliação.

Agradecemos a todos que colaboraram com a realização do referido Seminário e que compartilham as Metas de Desenvolvimento do Milênio, instituídas pelas Nações Unidas, de redução da pobreza e promoção da justiça social nos nossos países.

Walter Franco

Representante Residente do PNUD no Brasil

INTRODUÇÃO

A estratégia de vincular capital social a renda não é recente. Várias políticas públicas de combate à pobreza incorporam o conceito de "transferência de renda", no sentido de amenizar, via repasse direto de recursos, a situação de risco das populações de baixa renda. Todavia, a idéia de associar programas de renda mínima à educação possui um caráter diferencial, pois proporciona a inclusão social por duas vertentes, a saber, o aumento na renda mensal e a possibilidade de ter acesso a um dos principais indicadores de desenvolvimento humano - a educação.

A contrapartida exigida de manutenção da criança na escola mostrou-se de enorme relevância social. Pode ser o esforço decisivo para a plenitude da política de Estado de alcançar a universalização do ensino com qualidade, como também para a ampliação do horizonte econômico, cultural e social da população situada abaixo da linha da pobreza.

A experiência brasileira nesta matéria é ampla. Diferentes projetos e iniciativas têm sido executados nos últimos anos em várias regiões do país. E justamente inspirado em experiências comprovadamente bem-sucedidas, foi instituído o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Educação - "Bolsa Escola", que, reivindicado pela sociedade e acolhido pelo Congresso Nacional - tendo recebido a sanção do Presidente da República na forma da Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001 -, consolida-se como um dos maiores programas do gênero no mundo.

O objetivo comum dos programas de Bolsa Escola é incentivar o progresso educacional das crianças de famílias de baixa renda, contribuindo para a universalização do ensino e a redução da evasão escolar.

Este Seminário propôs-se a estabelecer um debate internacional sobre os programas de renda mínima vinculada à educação, apresentando experiências bem-sucedidas, comparações com outros programas congêneres e discussões especializadas sobre o tema. Baseado no estímulo à cooperação "sul-sul", promoveu a integração e o intercâmbio de informações entre

países em desenvolvimento e entre estes e os países doadores, com o concurso de organismos internacionais, ONGs e meio acadêmico.

Antonio Floriano Pereira Pesaro

Secretário do Programa Nacional de Bolsa Escola

OCASO BRASILEIRO

A proposta de associar uma transferência direta de renda à educação das crianças mais pobres tem sido considerada uma importante estratégia de minimização da pobreza em curto prazo e de investimento no capital humano em médio e longo prazos. Vários países, como Honduras, Equador, Nicarágua, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Argentina, Colômbia, Jamaica, México, Turquia e Índia (com um programa similar), têm utilizado esse modelo de intervenção. Merece destaque o programa mexicano, que além de atingir um número expressivo de famílias (cerca de 3 milhões), possui dois componentes como contrapartida: educação e saúde.

O programa brasileiro tem suscitado interesse na comunidade internacional, graças ao modelo diferenciado de implantação, valendo citar:

1. A parceria com o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que tem como eixo a avaliação do programa.
2. A recente proposta de parceria com a OIT - Organização Internacional do Trabalho para identificação de práticas exitosas dos municípios em matéria de ações socioeducativas.
3. A recente proposta de parceria com o FNUAP - Fundo de População das Nações Unidas para a realização de experiência piloto de fortalecimento dos conselhos de controle social.
4. A realização deste "Seminário Internacional Bolsa Escola", com a participação de mais de 500 pessoas. Vários países trocaram experiências e assinaram a "Carta de Brasília", com vistas a criar uma rede internacional permanente de programas de Bolsa Escola.
5. As reuniões com diversos países interessados em conhecer detalhadamente o programa: Nepal, Turquia, Argentina, Moçambique, Panamá, EUA.
6. O interesse de acadêmicos e organismos internacionais como PNUD, BIRD e BID, que têm realizado estudos e propostas de avaliação do programa brasileiro, dada sua grande repercussão social.

O Programa Nacional de Bolsa Escola possui ainda peculiaridades que podem servir de modelo para os países que adotam programas semelhantes ou para aqueles que almejam instituir uma política pública de renda mínima vinculada à educação.

Em primeiro lugar, uma estratégia que tem se mostrado como exemplo de eficiência é a descentralização. As etapas, do processo de cadastramento, ao monitoramento de frequência, são feitas localmente. Em outros países, como México, que tem um dos programas mais conhecidos - o Oportunidades (antigo Progresá -), o Programa é quase totalmente centralizado. Desde o cadastramento de beneficiários até o pagamento, em espécie, é feito por escritórios federais.

Outro aspecto característico do Bolsa Escola Federal é a desburocratização. A rápida inclusão da quase totalidade dos municípios brasileiros - 5.545, em pouco mais de um ano - só foi possível graças às regras simplificadas, que permitiram a definição de procedimentos, obrigações e mecanismos de fiscalização, sem prejudicar a agilidade no processo de adesão dos municípios ao Programa.

Quanto ao público-alvo do Programa, o debate focalização x universalização foi superado pela experiência brasileira, que universalizou o benefício para a parcela mais necessitada da população. Cumprida a meta do Programa ainda em 2002, uma em cada três crianças brasileiras no Ensino Fundamental terá Bolsa Escola. A tarefa de cadastrar os beneficiários ficou a cargo dos gestores municipais.

uma das características inovadoras e bem-sucedidas do programa brasileiro é a designação das mães como responsáveis prioritárias no recebimento do benefício. Essa decisão baseou-se na convicção do papel da mulher na educação das crianças e na otimização dos recursos. O relatório do BIRD -Assessment of the Bolsa Escola Programs (Report nº 20208 - BR) - já apontava que, por intermédio da mãe, se poderia "aumentar o acesso à educação das crianças, reduzindo a pobreza no futuro".

Em relação ao modelo de pagamento dos benefícios, é observado um caso típico de uso de tecnologia para a eficiência, agilidade e

otimização dos recursos. Graças ao uso do cartão, o Programa elimina os intermediários e o clientelismo político.

Por fim, destaca-se no Programa Nacional de Bolsa Escola a participação social. Além da descentralização, são atribuídas responsabilidades à própria comunidade que, por intermédio de um conselho, tem o papel de fiscalizar, monitorar e cooperar para o cumprimento das regras do programa.

das novas e diferentes maneiras de abordar a questão. Essa oportunidade se estende agora ao leitor deste *Relatório*.

Elizeu de Oliveira Chaves Júnior
*Consultor Geral do Programa Nacional de
Bolsa Escola*

PROPOSTA DO RELATÓRIO

A confecção do *Relatório do Seminário Internacional Bolsa Escola* fundamentou-se na proposta de compartilhar com o grande público as experiências e os ensinamentos trocados ao longo do evento. A riqueza das palestras e dos debates não pode se restringir apenas ao público do Seminário e aos próprios palestrantes. Desse modo, buscou-se aqui sintetizar as contribuições de cada palestra, resguardando ao máximo a mensagem principal dos palestrantes, bem como das questões advindas do público.

A partir deste *Relatório*, é possível analisar concepções de especialistas nacionais e estrangeiros acerca de questões como educação e políticas públicas de combate à pobreza, além dos depoimentos de coordenadores de programas semelhantes ao Bolsa Escola Federal, sobre suas experiências específicas. Aqui, pode-se confrontar diferentes estratégias de planejamento e execução de programas de renda mínima vinculados à educação, implementados em realidades distintas e sob preceitos nem sempre convergentes.

É essa diversidade de concepções e modelos que confere a este *Relatório* o caráter de instrumento fundamental para os interessados no tema de educação como instrumento de inclusão social. Os palestrantes, ao longo do "Seminário Internacional Bolsa Escola", puderam divulgar entre si idéias e experiências sobre esse tema. A mútua divulgação proporcionou a eles (e ao público do evento) a oportunidade de aprender a partir do novo,

PROGRAMAÇÃO

20 DE MAIO DE 2002 (SEGUNDA-FEIRA)

CREDENCIAMENTO

8h00 - 9h30

ABERTURA 9h30

- 11h00

Osmar Chohfi

Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores

Floriano Pesaro

Secretário do Programa Nacional de Bolsa Escola

Lindemberg Curi

Senador, Representante da Comissão de Educação no Senado Federal

Walter Franco

Representante no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD

Paulo Renato Souza

Ministro de Estado da Educação

Integrante da mesa

Armand Pereira

Diretor no Brasil da Organização Internacional do Trabalho - OIT

PALESTRA I - A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

11h00-12h00

Frans Roselaers

Diretor do Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil - IPEC/OIT

Comentários

Maria Helena Guimarães de Castro

Secretária Executiva do Ministério da Educação

INTERVALO

ALMOÇO

12h00 - 14h00

PAINEL I - POLÍTICAS NACIONAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E EDUCAÇÃO

14h00 - 16h00

Floriano Pesaro

Programa Nacional de Bolsa Escola

Luis Barquera

Oportunidades (México)

Eduardo Horacio Merlo

Programas Compensatórios (Argentina)

Henrique Alvarez Guilbert

Programa de Abonos Familiares - PRAF (Honduras)

Carlos Lacayo

Rede de Proteção Social (Nicarágua)

Ulisses Cidade Semeghini

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF -

Moderador Alejandro

Grinspun

PNUD

INTERVALO

COFFEE BREAK

16h00 - 16h15

PAINEL II - EXPERIÊNCIAS LOCAIS DE BOLSA ESCOLA

16h15 - 18h00

Laura Contador (em colaboração com Dulce Maria de Paula Souza)

Ex-secretária de Assistência Social de Campinas (SP)

Marcelo Aguiar

Secretário Executivo da Missão Criança

Carina Kaplan

Coordenadora do Programa Bolsas Estudantis de Buenos Aires (Argentina)

Roberto Tamura
Prefeito de Capão Bonito (SP)

Cíntia Morais Pinheiro
Secretária Municipal de Educação de Caririagu (CE)

Moderador Roberto
Martins
*Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica
Aplicada - IPEA*

21 DE MAIO DE 2002 (TERÇA-FEIRA) MESA-REDONDA -

POLÍTICAS PÚBLICAS E A INCLUSÃO
SOCIAL
9h00 - 10h30

Martin Hopenhayn
*Comissão Econômica para a América Latina e o
Caribe - CEPAL*

Selim Jahan
PNUD

Alejandro Gispun
PNUD

Moderadora
Rosemary Barber-Madden
*Representante no Brasil do Fundo de População das
Nações Unidas - FNUAP*

INTERVALO
COFFEE BREAK
10h30-10h45

PAINEL III - MARCOS LEGAIS DE DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E O PAPEL DO ESTADO
10h45 - 12h30

Eduardo Suplicy
Senador da República

Lúcio Alcântara
Senador da República

Armand Pereira
Diretor da OIT no Brasil

Pedro A.E de Oliveira
Coordenador do IPEC no Brasil

Carolyn Heinrich
*Professora da Universidade da Carolina do Norte
(EUA)*

Moderador
Saulo de Castro Bezerra
*Presidente da Associação Brasileira de Magistrados e
Promotores de Justiça da Infância e da Juventude —
ABMP*

INTERVALO
ALMOÇO 12h30 -
14h30

PAINEL IV - AVALIAÇÃO,
MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS DE RENDA MÍNIMA 14h30 - 16h30

Ricardo Paes de Barros
Diretor do Departamento Social do IPEA

Denise Coitinho
*Diretora do Programa Bolsa Alimentação do
Ministério da Saúde*

Emanuel Skoufias
*Instituto Internacional de Pesquisa em Política
Alimentar - IFPRI/Oportunidades (México)*

Elizeu Chaves Júnior
*Consultor Geral do Programa Nacional de
Bolsa Escola*

Pedro Olinto
IFPRI/PRAF (Honduras)
Moderador
Florian Pesaro
*Secretário do Programa Nacional de
Bolsa Escola*

INTERVALO COFFEE
BREAK 16h30 -
16h45

PALESTRA II - EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO
16h45 - 18h00

Cláudio Moura e Castro
Faculdades Pitágoras

Comentários
Selim Jahan
PNUD

DESDOBRAMENTOS E ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO
INTERNACIONAL DE BOLSA ESCOLA
10h45 - 12h00

Luiza Maria dos Santos Carvalho
Coordenadora da Área de Educação do PNUD

Florianio Pesaro
Secretário do Programa Nacional de Bolsa Escola

22 DE MAIO DE 2002 (QUARTA-FEIRA)

MESA-REDONDA II - POLÍTICAS DE RENDA MÍNIMA: A
IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL 8h30 - 10h30

Ruth Cardoso
Presidente do Conselho do Comunidade Solidária

Iara Prado
Secretaria de Ensino Fundamental - MEC

Milda Lourdes Pala Moraes
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

Craig Loftin
Fundo das Nações Unidas para a Infância -UNICEF

Inés Kisil Miskalo
Instituto Ayrton Senna

Julio Jacobo
UNESCO

Cristovam Buarque *Ex-governador do Distrito Federal
e Presidente da Missão Criança*

Moderadora
Gilda Portugal Gouvêa
Assessora Especial do Ministro de Estado da Educação

INTERVALO
COFFEE BREAK
10h30 - 10h45

MESA DE ABERTURA



A partir da esquerda: Armand Pereira, Floriano Pesaro, Paulo Renato Souza, Osmar Chohfi, Lindemberg Curi e Henry Jaclen

Osmar Chohfi. Embaixador. Ministro Interino das Relações Exteriores

não é exagero afirmar que, nos últimos anos, o Brasil vem assistindo a uma revolução no padrão de proteção social. como todo processo histórico, as mudanças que vêm sendo realizadas são profundas, atingem os próprios alicerces da sociedade brasileira e estendem seus efeitos benéficos por todo o espectro social.

As transformações giram em torno de • um núcleo de políticas, estratégias e programas, centrados em acentuada preocupação com a proteção e a proteção dos direitos humanos.

Tais avanços não devem nos conduzir à indevida complacência. Na verdade, ao país ainda resta caminho a percorrer. não se pode ignorar que, a despeito das melhorias alcançadas, aproximadamente 1/3 dos brasileiros ainda vive abaixo da linha da pobreza e pouco mais de 1/10 abaixo da linha da indigência. Ou seja, um dos desafios cruciais para o Estado e a sociedade civil é combater a exclusão social.

Para reverter esse quadro, o governo vem desenvolvendo uma série de programas sociais. São mais de 40 programas, parte dos quais recentes. Todos eles orientados para grandes eixos de inclusão social: ampliar a disponibilidade e a acessibilidade aos alimentos; superar as desigualdades extremas e as diversas discriminações que permeiam a

sociedade e o Estado, tendo como base preconceitos de raça, gênero ou idade. E é neste eixo, por exemplo, que se inclui o Programa . Bolsa Escola, exemplo dos mais significativos de instrumento de redistribuição de renda em nosso país.

As transformações no cenário brasileiro ocorrem num quadro de reconhecimento e de promoção do conceito de universalização das políticas de educação, saúde, previdência e assistência social, de maior participação da sociedade civil e de focalização de políticas sociais nos grupos mais vulneráveis.

A educação da população é, nesse contexto, um passo essencial. A importância do Programa Bolsa Escola deve ser medida à luz das extraordinárias possibilidades que adviriam da inclusão real e efetiva, na sociedade brasileira, do contingente de excluídos.

A dívida social, derivada de uma herança histórica, em grande parte marcada pelo signo das assimetrias, não pode ser resgatada em alguns poucos anos. Ainda assim, alentam-nos os progressos sociais alcançados ao longo da última década. Os êxitos obtidos devem estimular-nos a prosseguir com os esforços conjugados da sociedade civil e do Estado, com o aprofundamento das parcerias, cujos benefícios apontam para um momento em que, havendo o Brasil deixado de ser um país pobre, será também um país mais justo.

Floriano Pesaro, Secretário do Programa Nacional de Bolsa Escola

A idéia de realizarmos este Seminário, com representantes e experts de diversos países e organismos internacionais, reside na obstinação deste governo, em especial do ministro Paulo Renato, pela educação.

Após seis anos de um excepcional trabalho pela educação básica no Brasil, que promoveu a inclusão de crianças que estavam fora da sala de aula, elevando o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental, de 87% para 97% das crianças brasileiras, era necessário pensar em um programa que fosse universal, no atendimento de famílias muito carentes, para que estas pudessem manter seus filhos estudando.

O Projeto, elaborado e aprovado pelo Congresso Nacional, redistribuiu recursos da educação, vinculando-os ao número de crianças matriculadas. O FUNDEF, que é o Fundo de Desenvolvimento e Valorização do Magistério, permitiu uma sensível melhora na remuneração dos professores, bem como a melhoria e o aumento das matrículas no Ensino Fundamental.

Seguindo a linha da descentralização, destaco a gestão moderna da merenda escolar, o livro didático, que distribui mais de 100 milhões de livros, o dinheiro direto na escola, os parâmetros curriculares em ação, a capacitação dos professores, a TV-Escola e muitos outros programas 'que, de forma exitosa, contribuíram sobremaneira para a melhora da educação no Brasil. Melhora essa que está sendo sentida - sentida no dia-a-dia das pessoas, sentida nas estatísticas.

Sob a permanente orientação do ministro Paulo Renato, iniciamos em maio do ano passado o mais ambicioso programa de transferência direta de renda vinculada à educação da história do Brasil e, quiçá, um dos maiores do mundo.

Um programa da educação, um programa da estratégia da política educacional, adotada nos últimos sete anos. E sempre nos perguntam se é um programa da educação. E um programa da educação, é um programa que faz parte do rol, do conjunto de ações estratégicas que o Ministro Paulo Renato coor-

denou nos últimos sete anos.

Descentralização, participação, simplicidade e consenso sobre o tema. Essas foram, digamos, as palavras-chave do sucesso que o Bolsa Escola vem tendo até hoje.

Temos claro que nosso objetivo não é a transferência de renda, apesar de sabermos que o montante global é bem significativo - para essas famílias que estão sendo beneficiadas e também para os municípios que estão sendo beneficiados, para as economias municipais.

Trata-se de um programa que tem como objetivo manter essa conquista que, diga-se de passagem, o Brasil levou tantos anos para obter, que são as crianças na escola, todas as crianças na escola. O Bolsa vem para combater a evasão e o abandono escolar, estimulando a matrícula de mais crianças.

Senhoras e senhores, não tenho dúvida de que o que vamos discutir, nesses próximos dias, aqui, neste Fórum, não é o efeito colateral do capitalismo global que" hoje vivemos, mas sim, o efeito central desse capitalismo concentrador e excludente.

Vamos discutir novos modelos de políticas de combate à pobreza, baseados em investimento no capital humano. Vamos discutir modelos de gestão de programas sociais, como o Bolsa Escola Federal do Governo Brasileiro, que proporcionou a adesão de 5.512 municípios em todo o país, mais de 5 milhões de famílias, mais de 9 milhões de crianças em apenas um ano.

Senhores Ministros, Senhores da Mesa, Senhoras e Senhores, para concluir, gostaria de citar um episódio por que passei recentemente. Perguntavam-me, neste final de semana, após participar da Cúpula da Infância, em Nova York, acompanhando a delegação chefiada pelo Ministro Paulo Renato, e de reuniões com integrantes do PNUD e da CEPAL, em Santiago do Chile, para discutirmos estratégias de combate à pobreza, se, de fato, os dirigentes mundiais estão convictos da necessidade de eliminar a pobreza mundial e cuidar, cada vez mais, das nossas crianças, que, nunca é repetitivo, nesse tema é sempre bom lembrar que é a questão do futuro. O consenso, portanto, é que nós temos que investir nas crianças.

De que adianta o mercado mundial enxergar o Brasil como um mercado consumidor de 170 milhões de pessoas, se apenas 30 milhões, no Brasil, podem, de fato, produzir e consumir? O Brasil foi um dos países que mais cresceu economicamente, nos últimos cem anos. Mas não distribuiu, ao contrário, concentrou renda e riqueza.

O governo do presidente Fernando Henrique tem trabalhado muito na construção de um novo paradigma econômico e social. O real é uma prova desse esforço. Nós conseguimos abater a inflação no Brasil.

A política de educação é outra prova. E tenho a convicção de que o Programa Bolsa Escola Federal, que será apresentado detalhadamente neste Fórum, é mais uma parede na construção desta nova casa que queremos, a casa de todos.

Durante os três dias de evento, com a presença de todos vocês - gestores e especialistas - teremos também a oportunidade de discutir com todos aqueles que já têm feito programas similares, como Argentina e México, para que essa não seja uma proposta de um ou de outro indivíduo, mas sim, de diversos atores, de diversos governos e programas reunidos. E assim, tendo a possibilidade de uma internacionalização dessa ferramenta de combate à pobreza, que é o Bolsa Escola.

Que as discussões produzam resultados para quem mais depende de nós, dos pensadores e gestores públicos à população mais pobre.

Henry Tackeleen, representante adjunto do PNUD no Brasil

Essa parceria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento com o Bolsa Escola Federal, tem três vertentes: fortalecimento institucional, avaliação de impacto e cooperação horizontal. E é uma honra para nós, em vários aspectos, porque esse programa, obviamente, representa uma inovação dentro da política pública brasileira. uma política pública que há muitos anos batalha com conceitos de redução da pobreza.

Temos estudos da própria ONU que mostram que, em 1995, o gasto social no Brasil chegava a algo como 20% ou mais do PIB, um

dos mais altos gastos sociais que existem na América Latina e em praticamente qualquer país em desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, existem várias análises que dizem que esse gasto social enorme não chega aos mais pobres da população. Tem alguns estudos que, inclusive, acham que 80% desse gasto só chegam a 20% da população.

Desse modo, programas como o Bolsa Escola Federal representam uma nova política, uma nova forma de lidar com o problema e, numa escala das mais ambiciosas que nós sabemos no mundo, pelo valor de quase 1 bilhão de dólares, que estão sendo transferidos hoje.

E esse programa, que é pioneiro também para outros programas, representa um novo momento na história brasileira que necessita de uma avaliação de impacto muito forte, para determinar como esses programas afetam, na realidade, a camada mais pobre do país.

Isso é uma grande parte do trabalho desse Seminário e de outros seminários futuros. O Bolsa Escola Federal representa, para o Brasil e para o mundo, um outro tipo de instrumento para combater esse grande câncer que afeta a todos: a pobreza, que precisa ser reduzida e eliminada um dia.

Lindemberg Curi, Senador, representante da Comissão de Educação no Senado Federal

A luta contra a pobreza, em sociedades desiguais, num mundo aparentemente cada vez mais desigual, tem encontrado um instrumento poderoso nas transferências de renda vinculadas à educação. como se sabe, existe uma relação recíproca entre pobreza e subeducação.

O Brasil, rta busca de remédios para as suas disparidades sociais, encontrou nessas transferências um meio para superar problemas, gerando diversos programas, em nível federal, estadual e municipal.

Hoje, o Ministério da Educação coordena o Programa Nacional de Renda Mínima, vinculado à educação, a conhecida Bolsa Escola, surgida como um desdobramento do Programa de Garantia de Renda Mínima. Pelo número de municípios, de famílias e crianças atendidas, e pelo volume de recursos financeiros, assegura lugar de destaque no mundo. Portanto, suas proporções não só aconselham,

mas recomendam eventos como o presente, em que se comparam experiências e se verificam resultados de avaliações, para compreender o que tem dado certo e o que constitui limitação de programas sociais similares.

As metas de educação para todos se baseiam numa definição da educação como um direito fundamental, que constitui a chave para um desenvolvimento sustentável, assim como para assegurar a paz e a estabilidade dentro de cada país, e, portanto, meio indispensável para alcançar a participação efetiva nas sociedades e economias do século 21, afetadas pela rápida globalização.

Nesse sentido, o Brasil se comprometeu, entre outros pontos, a associar a educação à luta contra a pobreza. Tanto na educação regular, quanto de jovens e adultos, destacaram-se a equidade, com vistas, especialmente, aos grupos menos favorecidos e em circunstâncias difíceis. E a qualidade muito além da simples matrícula na escola.

Por sua vez, a Declaração de Cochabamba, em 2001, assinada pelos países latino-americanos e do Caribe, destaca que a educação não pode, por si mesma, eliminar a pobreza nem sequer pode, sozinha, criar as condições necessárias para o crescimento econômico sustentado ou o bem-estar social. Mas frisa: a educação continua a ser "a base para o desenvolvimento pessoal e um fator determinante para a melhoria significativa da igualdade de acesso às oportunidades de melhor qualidade de vida". Daí, em nosso continente, o fato de a educação representar mecanismo básico para uma efetiva democratização social.

A educação, porém, não chega a um homem abstrato, mas a alguém inserido em circunstâncias histórico-sociais, muitas vezes injustas e dolorosas. Doar-lhe, simplesmente, alguma coisa, por melhores que sejam as intenções, pode ser um caminho para torná-lo ou mantê-lo dependente. Para que isso não ocorra, é indispensável que, ao ser educada, a criança torne-se capaz de exercer escolhas e se beneficie do processo libertador da educação.

Portanto, as transferências de renda vinculadas à educação apresentam um potencial gigantesco e ainda amplamente inexplorado,

no sentido de superar os esquemas tradicionais.

não por acaso a lei maior do país prevê, para o campo educacional, um regime inter-governamental de colaboração. Prevê também o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, como compromisso indeclinável do governo e da sociedade, no sentido de expandir e aperfeiçoar a educação, como meio e resultado do combate à pobreza.

Do mesmo modo, as diferentes esferas governamentais devem colaborar entre si, porque a educação as transcende. É um pacto contínuo, de forças diversificadas, em torno de objetivos comuns.

Paulo Renato Souza, Ministro da Educação

Colocar toda criança na escola e garantir uma educação de qualidade foi uma obsessão do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, ao longo desses últimos sete anos e meio. Os resultados que hoje observamos são muito significativos e mostram o êxito da política de inclusão das crianças na escola.

Ao longo do século vinte, o Brasil cresceu, montou uma estrutura industrial sofisticada, uma estrutura de pesquisa sofisticada, uma estrutura financeira sofisticada, mas continuava um país extremamente injusto. Os processos que, no mundo inteiro, levaram, nas economias capitalistas, à diminuição das desigualdades, no nosso país não se verificaram.

A minha hipótese é que a falta de acesso à educação básica para todos os brasileiros certamente foi um dos fatores mais importantes para que não tivéssemos alcançado maior índice de igualdade durante o século vinte.

Em 1994, o prefeito de Campinas, Roberto Magalhães Teixeira, lançou o Programa de Bolsa Escola, no município de Campinas. A primeira experiência brasileira de colocar em prática uma idéia que já começava a ser debatida nos meios acadêmicos: a de ter ações diretas de distribuição de renda associadas à frequência das crianças na escola. Dentro de uma idéia simples, mas muito importante, de que poderíamos associar mecanismos de ajuda às famílias, ajuda direta, monetária, às famílias e, portanto, combater diretamente a desigualdade e, ao mesmo tempo, construir as bases para que a desigualdade não se repetisse no futuro.

Em seguida, o governador Cristovam Buarque o implantou em Brasília e o prefeito de Ribeirão Preto o implantou em Ribeirão. Em muitas outras cidades houve a multiplicação de experiências locais de ajuda financeira associada à frequência à escola.

Naquele momento, sabíamos que os problemas eram muito anteriores ao de dar dinheiro para as famílias colocarem as crianças na escola. Nós não tínhamos uma estrutura educacional que permitisse a inclusão de todas as crianças na escola. E foi isso que tivemos de corrigir primeiro, antes de pensar num programa de estímulo à demanda de educação pela ajuda às famílias.

Ao implementarmos o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, criamos as condições para que estados e municípios começassem a responder adequadamente à expansão do sistema. Hoje, temos 97% de crianças na escola, e as medidas de melhoria da qualidade levaram a que a conclusão do Ensino Fundamental crescesse 67%, e a matrícula no Ensino Médio crescesse 70% nesse período, e não tivemos notícias de grandes problemas de falta de vagas.

Quando tínhamos, então, já estruturado o sistema, passamos a pensar numa ajuda financeira às famílias, para que as crianças não só frequentassem a escola, mas permanecessem nela.

Conceber esse programa não foi fácil. Hoje, a concepção que temos e a forma de operação são o produto de um esforço contínuo de expansão e aperfeiçoamento, que vem sendo realizado ao longo dos três últimos anos.

Era preciso estabelecer um programa que atingisse a todo o país de forma diferenciada. Surgiu, então, a idéia de estabelecer, em todo o país, o corte por nível de renda. Dessa maneira, estabelecemos, junto com o IPEA e com IBGE, como objetivo, as famílias com renda de até R\$ 90,00 per capita, em todos os municípios brasileiros.

A discussão seguinte foi a questão do valor. Havia uma discussão muito grande, antes disso, em relação a oferecer os recursos, inclusive de forma diferenciada, para que as famílias pudessem permanecer mais na zona rural e nos seus estados de origem, no sentido de haver

uma tendência a diminuir as migrações.

E o que nós percebemos foi que, fixando um valor nacional único, na verdade estávamos atingindo esse objetivo, porque, por ser um valor monetário, este benefício tem impacto maior nas regiões mais carentes. Portanto, contribuindo, também, para não estimular a migração rural-urbana.

Chegamos aos R\$ 15,00 por família e houve muita crítica. Lembro que um amigo me recomendou que assistisse a um programa do Jô Soares, em que ele entrevistava o Lula e o Lula fazia uma defesa veemente de um cartão de crédito que oferecia crédito de R\$ 20,00 para as famílias mais carentes. Era uma ONG do Rio Grande do Sul que fazia isso. E, enquanto o Jô criticava, o Lula defendia: "Mas você não sabe o quanto se pode fazer com R\$ 20,00".

De fato, o Lula tinha razão. R\$ 20,00 ou R\$ 15,00 fazem muita diferença. Ainda mais que se pode chegar a R\$ 45,00. E, ainda mais, se não são créditos, são uma renda mensal, que todos os meses está à disposição da família. A diferença é muito grande. Se estamos dando R\$15,00 por criança para famílias que têm atualmente menos que meio salário mínimo de renda per capita, estamos dando, pelo menos, 15% de aumento na renda per capita dessa família. Além disso, há, nas regiões mais ricas, municípios que oferecem ajuda adicional.

O problema seguinte foi a operacionalização do sistema. A experiência de transferir os recursos para o prefeito e o prefeito entregar para as famílias tinha, no meu modo de ver, dois defeitos: o primeiro é que o controle social ficava bastante difuso. Por mais que houvesse um Conselho local, como já havia, de acompanhamento do programa, era preciso saber quanto o prefeito recebeu, para quantas famílias, se ele entregou todo o dinheiro para as famílias. E havia já uma ou outra denúncia de que podia haver fraude nesse processo.

Por outro lado, havia o problema de que as famílias tinham de ir, mensalmente, buscar o dinheiro na prefeitura. Dessa maneira, desenvolvemos o cartão Bolsa Escola, enfaticamente cobrado pelo presidente Fernando Henrique. E nós conseguimos isso em oito meses, apesar das dificuldades. Conseguimos

ativar 5 milhões de cartões e a imprensa não tem registrado grandes problemas na operacionalização desse cartão.

Restava o problema legal e jurídico no marco institucional brasileiro, que é muito centralizador e deixa pouco espaço para ações de parceria. O problema era muito simples: o dinheiro era federal, mas quem decidia o seu destino eram os prefeitos. Se o prefeito cometesse uma fraude, eu era o responsável, o Governo Federal era o responsável. Então foi preciso, na própria lei, estabelecer um mecanismo em que se associou a idéia da responsabilidade, exigindo que a prefeitura aprovasse uma lei e, por outro lado, estabelecendo punições, inclusive de confisco de outras transferências da União, para aquele município, se houvesse alguma fraude. Isso permitiu que funcionássemos com nosso cartão magnético.

Enfim, temos hoje um programa implantado em mais de cinco mil municípios, com quase nove milhões de crianças beneficiadas. Podemos nos orgulhar dele, pois agora existe estímulo para que as famílias mandem a criança à escola, um estímulo financeiro.

não tenho dúvidas de que, com dois ou três anos do funcionamento do Bolsa Escola, vamos nos aproximar dos 100% de crianças na escola. E vamos nos aproximar da idéia de que a criança permanecerá até o final do ano na escola. não haverá mais diferença de medição significativa entre março e setembro, entre o censo escolar e o censo populacional. As cifras serão bastante próximas, graças à operação do Bolsa Escola Federal.

Por isso, quero deixar o meu reconhecimento e meu agradecimento ao Sr. Floriano Pesaro e a toda a sua equipe pelo trabalho realmente muito competente que foi realizado ao longo deste ano. Quero deixar meu reconhecimento pela atuação da Caixa Econômica Federal, pois, sem sua estrutura tão descentralizada, tão capilar, não teríamos conseguido.

O Bolsa Escola Federal tem a idéia do cartão, a renda que chega para a família. Isso representa uma diferença muito grande em relação a outros programas, como o de cesta-básica, por exemplo. O Bolsa Escola leva a renda monetária para a ponta do sistema,

beneficiando a economia local. Então, do ponto de vista econômico, o Bolsa Escola tem um grande mérito: distribuição direta de renda para as famílias mais pobres, aquelas sobre as quais incide, realmente, a pobreza absoluta.

Agora, vamos ter um mecanismo que vai transferir anualmente dois bilhões de reais. não tenho dúvidas de que os dados que o IPEA vai levantar, daqui a alguns anos, vão mostrar diminuição na incidência de pobreza extrema, por causa da Bolsa Escola Federal. Porque é uma renda que vai diretamente para as famílias mais pobres.

Mas, o mais importante, é que se vai garantir a permanência da criança na escola. Vai garantir que essas crianças tenham um futuro melhor, e nosso país terá um futuro melhor, porque teremos uma sociedade mais justa, mais equilibrada.

PALESTRA I

A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL



Maria Helena Guimarães Castro e Frans Roselaers

Frans Roselaers. Diretor do Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil - IPEC/OIT

Há um consenso crescente no mundo de que as crianças não devem trabalhar e devem estar na escola. O progresso obtido por este movimento, nos últimos dez anos, é notável. No entanto, cerca de 246 milhões de crianças ainda vão trabalhar todos os dias e, entre elas, não menos de 180 milhões trabalham em condições perigosas; 8 milhões de crianças realizam trabalhos forçados, são afetadas por conflitos armados, estão envolvidas em prostituição e pornografia ou em outras atividades ilícitas e no tráfico de crianças.

A falta de adequação do sistema de proteção social, a força das tradições, a falta de recursos alocados à educação e a baixa qualidade da educação são alguns dos vetores do trabalho infantil. Outro elemento é a falta de consistência e coerência de políticas, tal como a existência de uma diferença entre a idade para sair do colégio e a idade mínima para começar a trabalhar.

O caminho na direção de uma abordagem mais ampla e holística do fenômeno do trabalho infantil conduz, inevitavelmente, à associação do trabalho infantil com exclusão social. A exclusão social vai além da pobreza, embora muitas vezes

esteja associada à pobreza, tanto como causa quanto como consequência.

A exclusão social prejudica o acesso até mesmo às políticas básicas, como as políticas educacionais, de saúde e de assistência social. Ela curva quaisquer perspectivas de um futuro melhor para as pessoas menos bem aquinhoadas. Embora a pobreza possa conduzir à exclusão social, a exclusão social sempre conduzirá à pobreza.

As políticas com objetivo de combater a pobreza podem ser ineficazes para grupos socialmente excluídos e, para que se possa construir uma ponte sobre o abismo da exclusão social, é necessário identificar claramente os grupos excluídos e ouvir suas necessidades, ter um entendimento pleno das causas e implantar ações bem direcionadas e efetivas. Todavia, a identificação dos grupos socialmente excluídos não é tarefa fácil, uma vez que, normalmente, esses grupos estão envolvidos com atividades informais e, até mesmo, marginais, já que a economia informal não lhes oferece oportunidades. Eles também não são organizados e lhes faltam quaisquer meios para veicular suas opiniões e preocupações.

Conseqüentemente, eles se tornam até menos visíveis. Portanto, tratar das demandas desses grupos é um compromisso sério dos

formuladores de políticas e dos gerentes, no desenvolvimento das suas políticas e programas, de maneira sensível e bem direcionada, de modo a assegurar o acesso universal à educação para esses grupos.

A educação é reconhecida como a ferramenta adequada para o desenvolvimento das potencialidades das crianças em sua plenitude. Algumas declarações e convenções internacionais expressaram o consenso em torno dessa questão. O marco disso é a Convenção sobre os Direitos da Criança, que declara que a educação da criança deve ser direcionada para o desenvolvimento da personalidade da criança, dos seus talentos e das suas capacidades mentais e físicas de maneira plena.

Por meio da educação, as crianças e os adultos, por vezes, podem ser resgatados da exclusão social. As crianças que tiveram acesso à educação não apenas têm mais habilidades e, portanto, mais probabilidades de conseguir melhores empregos como adultos, mas também são mais conscientes dos seus direitos como jovens cidadãos e mais bem preparados para ter acesso às vantagens proporcionadas pelos programas públicos.

A experiência brasileira dá um bom exemplo disso. De 1992 a 1999, a matrícula nas escolas, no grupo etário de 7 a 14 anos, aumentou de 86% para 95%. As taxas de aprovação aumentaram de 64% para 72%. A evasão escolar caiu de 5,3% para 3,9%. As cifras de trabalho infantil, no grupo etário de 5 a 17 anos, caíram de 9,7 milhões, em 1992, para 6,6 milhões, em 1998.

No entanto, grandes desafios ainda devem ser enfrentados. Aumento de frequência de matrícula escolar, a despeito de grandes realizações, não é necessariamente uma resposta completa ao desafio do trabalho infantil. É claro que as crianças que só vão à escola têm melhor desempenho do que aquelas que vão à escola e trabalham. É necessário tornar a educação mais do que apenas uma das atividades em que se envolvem as crianças. A educação deve ser sua principal atividade, acompanhada do lazer, de atividades recreativas, de habilidades pessoais e de treinamento vocacional, de tal forma que não haja tempo para explorar as crianças com o trabalho infantil.

É por isso que a estratégia da jornada ampliada é tão interessante e promissora. As crianças podem aumentar seu desenvolvimento através da educação, do lazer e de atividades de cidadania e, assim, não trabalhar. Ao mesmo tempo, os adultos da família são liberados para trabalhar o tempo inteiro.

Outro desafio que se coloca para o Brasil tem a ver diretamente com esse fenômeno da exclusão social. Em 1999, além das crianças que trabalhavam e estudavam, quase 1,3 milhão de crianças, no grupo etário de 10 a 15 anos estavam na escola, 1/5 deles não estavam na escola. Essas crianças estavam ociosas? não creio. Estão buscando emprego? Estão trabalhando em formas visíveis de trabalho ou em atividades econômicas marginais?

uma resposta definitiva para essas perguntas só será possível se forem desenvolvidas ferramentas específicas, com o objetivo de se entender melhor essas crianças: quem são elas, quais são suas necessidades, quais são os fatores que prejudicam seu acesso à educação e, provavelmente, a outros serviços básicos.

Essas são perguntas que devem ser respondidas com urgência, se a inclusão social e o acesso universal aos serviços públicos devem ser atingidos. Nesse estágio, um grande esforço, representado pelo Programa Bolsa Escola Federal merece menção.

A lei criada para o Bolsa Escola Federal, refere-se a atividades sociais a serem oferecidas aos beneficiários e são muito bem-vindas e relevantes, pois podem oferecer a porta de entrada para o aprimoramento do Programa, para uma proteção mais ampla às crianças que correm o risco de exposição ao trabalho.

O Brasil está numa situação excelente para manter os seus esforços em direção à eliminação do trabalho infantil. A conscientização dos danos produzidos pelo trabalho infantil, não apenas sobre as crianças diretamente afetadas, mas também para a comunidade, para o país como um todo, hoje já é de amplo conhecimento da sociedade e começa a ser incluída em atividades e políticas governamentais e, sobretudo, nos orçamentos.

Nós acreditamos firmemente que isso continuará a ser verdade nos próximos anos, a despeito do imenso desafio que ainda temos

de enfrentar. Eu tenho orgulho de haver desempenhado um papel-chave nessa história de sucesso, e comprometo-me a manter e reforçar esse apoio até a eliminação total do trabalho infantil.

Maria Helena Guimarães Castro. Secretária Executiva do Ministério da Educação

O Dr. Frans chama a atenção para um ponto da história recente, que é 1992, momento a partir do qual o Brasil deu início a uma série de estratégias voltadas à proteção de crianças e adolescentes em situação de risco ou de grande vulnerabilidade social. Na verdade, esse processo começa com os trabalhos da Constituinte, em 1987/1988, e ganha corpo com a promulgação do *Estatuto da Criança e do Adolescente*, no início dos anos 90. A partir de então, há um grande movimento dos municípios e dos estados, através das suas secretarias de educação e de promoção social, na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

No plano político-institucional, o *Estatuto da Criança* é um marco legal de fundamental importância, porque a partir deles foram criados os Conselhos Municipais de Defesa das Crianças e dos Adolescentes e os Conselhos Tutelares. O *Estatuto* deu novo impulso às ações socioeducativas, angariando a adesão de muitos aliados, tanto na sociedade civil organizada quanto no Ministério Público, que passou a ser um grande defensor das políticas públicas de proteção da criança e do adolescente.

Recentemente, foi posto em execução um conjunto de ações voltadas à defesa dos direitos humanos. Entre essas, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que hoje já atinge 800 mil crianças é que se insere em uma estratégia geral de transferência direta de renda para as famílias, em conjunto com ações do Ministério da Educação, voltadas para a fixação das crianças na escola.

O ministro Paulo Renato, em sua palestra de hoje, mostrou como o Programa Bolsa Escola representa uma ação de transferência direta de renda, que terá talvez um impacto tão grande quanto o do Plano Real logo no início de sua implementação.

Em relação à transferência indireta de renda, eu gostaria de destacar pelo menos

duas ações do Ministério da Educação. De um lado, o FUNDEF, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental de Valorização do Magistério, que tem um impacto muito grande na melhoria do salário dos professores, especialmente nos estados mais pobres do Norte e do Nordeste. Essa transferência indireta é estratégica para garantirmos uma educação de melhor qualidade, a permanência das crianças na escola e um trabalho integrado entre escola e comunidade, indispensáveis para impedir que as crianças trabalhem.

De outro, em uma outra perspectiva, eu destacaria o Programa Dinheiro Direto na Escola, que, como o próprio nome indica, transfere recursos diretamente para a escola. Com esses recursos, é possível ativar a economia local e trazer as famílias à escola para discutir temas importantíssimos para a manutenção das crianças na escola, como, por exemplo, o combate à repetência e à evasão escolar.

Nós sabemos que, se as famílias não vierem à escola, dificilmente conseguiremos conscientizar os pais da necessidade de manter seus filhos na escola e do investimento que devem fazer para que a escolarização represente um ganho social para as famílias, tanto em termos de formação do cidadão quanto de inserção futura das crianças na sociedade, como um todo e no mundo do trabalho.

A jornada ampliada é um desafio para o futuro imediato. De acordo com o censo escolar, o Brasil tem hoje uma jornada escolar média de 4 horas e 15 minutos. Isso ainda é pouco, mas é muito em relação ao que encontramos em 1995, quando fizemos a primeira atualização do censo escolar. Alguns estados, como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, já têm nas redes estaduais, jornadas de 5 horas. Acho que essa poderia ser uma meta a ser estendida aos outros estados e municípios.

Há, portanto, um conjunto de ações que, vistas no seu conjunto, representam um avanço do ponto de vista das políticas públicas voltadas para a inclusão social e para a fixação da criança na escola. Estou convencida de que o mais importante é a educação, a manutenção da escola e a melhoria da qualidade do ensino.

Para encerrar, parece-me que trabalhar essas políticas, tendo como foco a escola, os alunos e as famílias, é o grande desafio. Foi por isso que o Ministério da Educação procurou descentralizar, cada vez mais, as políticas voltadas para o Ensino Fundamental e Médio, visando a promoção da equidade e da qualidade.

Síntese das respostas dos palestrantes às questões do público

Manuel Morales

Gostaria de saber se o benefício de R\$ 15,00 por criança tem contribuído de forma efetiva para manter a criança na escola e reduzir o trabalho infantil,

Frans Roselaers

Bom, não estou muito certo se essa é apenas uma questão numérica ou uma questão do percentual que está sendo aplicado. Se para as famílias pobres - para quem a diferença marginal entre não receber esse incentivo extra e ter isso acrescentado, por criança, à sua renda - isso puder dar um incentivo para manter as crianças na escola ou levá-las à escola, então pode ser psicologicamente muito mais importante do que em termos numéricos.

Ao mesmo tempo, já vimos em vários países, faz com que as pessoas repensem o que é mais importante, no longo prazo, ou seja, investir no potencial das suas crianças ou receber a renda de curto prazo que a família precisa e de que estará precisando muito, no caso, é lógico, das famílias mais pobres. Mas é sempre parte da conscientização passar por esses processos e fazê-lo da forma como vocês estão fazendo aqui, no Brasil.

não é uma resposta definitiva nem sequer uma resposta que pudesse me acusar de estar interferindo nos assuntos internos de um país. Mas acho que temos de pensar nos aspectos psicológicos e não-monitorados da questão.

Floriano Pesaro. Secretário do Programa Nacional Bolsa Escola

Creio que parte da resposta já está colocada pela avaliação do Sr. Fraps. Em acrés-

cimo, eu destacaria dois pontos. O primeiro diz respeito ao objetivo do Programa. O objetivo do Programa Bolsa Escola Federal é diminuir a evasão escolar. Ao termos 97% de crianças na escola, o Programa Bolsa Escola Federal vem para que essas crianças possam se manter na sala de aula.

Portanto, são crianças que já estão matriculadas no Ensino Fundamental e não estão trabalhando. Se estiverem trabalhando e não estiverem matriculadas, não podem participar do Programa.

Evidentemente, acreditamos que isso irá estimular aqueles 3% de crianças que estão fora da escola, em especial nas zonas rurais, a ingressar para poder receber a bolsa também.

O segundo ponto importante é que, apesar de estarmos falando em R\$ 15,00 por criança, a maioria das famílias do Bolsa Escola Federal - mais de 54% - recebe entre R\$ 30,00 e R\$ 45,00, porque tem entre dois e três filhos.

E o Programa tem uma lógica, hoje explicitada pelo Ministro Paulo Renato e que os gestores municipais conhecem bem: o mecanismo de criação dos programas locais de renda mínima vinculada à educação.

Nos municípios mais ricos, como São Paulo, por exemplo, onde o valor individual de R\$ 15,00 poderia parecer algo pequeno, ele é complementado com os programas municipais ou estaduais de renda mínima vinculada à educação. Então, uma criança em São Paulo ou uma criança em Recife recebe, em média, os R\$ 15,00 do Programa Federal e mais uma complementação. Em São Paulo, tem recebido R\$ 60,00 do governo estadual e mais uma diferença, para se chegar a quase um salário mínimo, do governo municipal.

Eu diria, em linhas gerais, que o Bolsa Escola Federal é o grande "guarda-chuva" da proteção social dessas famílias no sentido da educação. E que, a partir dessa concepção, ele é complementado por outros programas estaduais ou municipais, seja com renda, seja com ações socioeducativas, nos períodos extracurriculares ou extraclasse.

Maria Helena Guimarães de Castro. Secretária Executiva do Ministério da Educação

Eu vou só complementar uma coisa

mínima sobre a pergunta do IPEA, do Dr. Manuel Morales: os R\$ 15,00 e a média de R\$ 45,00, que é o que as famílias recebem, parece-me que têm de ser sempre vistos em seu conjunto. Então, obviamente, o Bolsa Escola Federal, acrescido de outras políticas de transferência de renda como o Bolsa Alimentação, o Vale-gás etc, representam muito mais do que um reajuste possível da renda daquela família.

O ponto que eu acho mais importante, que o Floriano destacou, que é a permanência da criança na escola, nós só teremos condições de ver quando tivermos os indicadores, de transição e de efetividade a respeito do censo do ano passado. Como ainda não temos como medir, mas temos como sentir nas nossas viagens pelo país, acho que o impacto será fortíssimo. E quem está na ponta, como os secretários municipais de educação, talvez possam sentir muito melhor.

Ane Kátia Fleuri. Coordenadora do PNBE em Formosa. GO

Gostaria de saber sobre a jornada ampliada. No nosso município, atendemos, no Bolsa Escola, mais de 7 mil crianças, e as nossas escolas estaduais e municipais funcionam nos três períodos — matutino, 'vespertino e noturno. Nós não temos espaço físico para isso. O que podemos fazer nesse caso?

Maria Helena Guimarães de Castro. Secretária Executiva do Ministério da Educação

Nós entendemos que nos sistemas em que a jornada escolar está localizada apenas no período matinal e em um período vespertino, que é possível ampliá-la para pelo menos 4 horas e meia até 5 horas. Muitos estados já fazem isso. O problema é quando há o "período do meio", quando o sistema está organizado das 7 às 11, das 11 às 15, das 15 às 19, das 19 às 23 horas, aí, realmente, é impossível.

Pedro Américo. Coordenador Nacional do IPEC no Brasil

Existe alguma perspectiva de tentar harmonizar as idades mínimas de ingresso no mercado de trabalho e da finalização do Ensino Fundamental?

Maria Helena Guimarães de Castro. Secretária Executiva do Ministério da Educação

Essa adequação está dada pela Lei de

Diretrizes e Bases da Educação. Há uma nova orientação em relação à possibilidade de exame supletivo para alunos de 15 anos fazerem o supletivo de Ensino Fundamental e alunos de 18 fazerem o supletivo de Ensino Médio. Neste ano, o Ministério da Educação irá lançar um programa desenvolvido pelo INEP, que dará uma grande contribuição para ampliar as oportunidades de acesso à educação para jovens e adultos que não tiveram oportunidade na idade correta.

Além disso, existe o PROEP, o Programa de Educação Profissional, que hoje já tem 280 projetos implantados, em parceria com prefeituras, sindicatos de trabalhadores e sindicatos patronais. O PROEP representa uma estratégia fundamental para capacitar e requalificar, para o mercado de trabalho, especialmente jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, que é a mais problemática no que se refere ao ingresso no mercado de trabalho. Nesse sentido, a conjugação do PROEP com a educação de jovens e adultos representa uma ajuda aos estados e municípios.

sem ingerência burocrática.

como é que os recursos do FUNDEF, que chegam à conta do município, podem ser usados? A lei previu o seguinte: no mínimo 60% desse dinheiro tem que ir para o pagamento de professores e profissionais do magistério que estejam efetivamente nas escolas, em efetivo exercício na rede de ensino. Os outros 40% podem se destinar a praticamente tudo o que diga respeito ao funcionamento de uma escola do Ensino Fundamental.

como o FUNDEF é controlado? Foi prevista a formação, em cada município, em cada estado, de um Conselho Social de Acompanhamento. Cada município define a formação de seu Conselho, por meio de uma lei específica, municipal. Mas a lei federal exige a seguinte composição mínima: um membro da secretaria de educação, um representante de professores e diretores de escola, um de pais de alunos e um de servidores do Ensino Fundamental.

Nós temos tido uma grande quantidade de problemas para fazer com que esses Conselhos, de fato, funcionem. Então, insistimos em dois aspectos: autonomia (não-subordinação do Conselho ao Poder Executivo local) e representatividade.

A atribuição principal do Conselho do FUNDEF é o acompanhamento da transferência e da aplicação dos recursos do FUNDEF e do Bolsa Escola Federal, se o município entender que deve ser assim. Se ele entender que não, pode formar um conselho específico para o Bolsa Escola.

Em relação aos mecanismos de prestação de contas, mensalmente o Poder Executivo local, a secretaria de educação e a prefeitura devem apresentar ao Conselho do FUNDEF um demonstrativo do que está sendo feito com os recursos. Depois, há as outras prestações de contas: bimestral, que é o relatório de execução orçamentária; quadrimestral, que é o relatório de gestão fiscal, da Lei de Responsabilidade Fiscal; e, anualmente, ao Tribunal de Contas dos estados e dos municípios.

Nós abrimos o extrato da conta bancária do FUNDEF e conseguimos fazer com que não houvesse sigilo bancário, ou seja, essa conta é pública. Esse é um passo muito importante para

efetivamente viabilizar a fiscalização.

Os recursos do FUNDEF cresceram de 13.1 bilhões de reais, em 1998, para cerca de 19.1 bilhões no ano passado, 2001. Esse crescimento, que como vocês podem observar é bastante significativo, equivale a um crescimento de mais de 50%. Ele se deve não a um repasse de recursos do governo federal, mas sim, ao aumento de arrecadação de impostos nos estados e municípios.

com certeza, o maior resultado do FUNDEF até hoje foi o aumento de matrículas. com o FUNDEF, o total de matrículas passou de 30,5 milhões de alunos, em 1997, para 32,5 milhões em 2000. Quer dizer, a cobertura passou de 89% para 97%. Nós temos, portanto, 97% das crianças na idade de 7 a 14 anos na escola hoje. Isso devido ao FUNDEF.

Mas eu queria resumir dizendo o seguinte: a conquista mais importante, nesses anos, foi colocar as crianças na escola. Aquele aumento de 2 milhões de matrículas correspondeu às crianças mais pobres, às crianças que moram na zona rural, às crianças que estavam nas ruas, nas grandes cidades.

Enrique Alvarez Guilbert. Programa de Abonos Familiares - PRAF. de Honduras

Estou representando a Diretoria Executiva do Programa Familiar, conhecido em inglês como *The Family Allowance Program*.

O Programa é ligado à presidência da república. Está estruturado por um Conselho Superior, com uma diretoria executiva, que é onde estou coordenando e executando todas as ações sociais.

Temos uma área de cobertura que abrange 16 dos 18 estados do país. Atendemos atualmente a 204 dos 286 municípios do país. E estamos atendendo a 315.900 beneficiários até o momento. O que equivale, mais ou menos, a 105.300 famílias.

como objetivo estratégico do nosso programa, temos o apoio à família, como forma de garantir e manter a sustentabilidade e a viabilidade das políticas de estado que sejam congruentes com o desenvolvimento humano.

Falando dos nossos projetos do PRAF, devemos citar o escolar, que começou em 1990, o abono da terceira idade, o de nutrição

escolar, proteção à infância.

Também temos a bolsa escolar, que chamamos de Mochila Escolar, programa iniciado em 1992. Essa bolsa é dada somente uma vez por ano às crianças que estão matriculadas entre o primeiro e o segundo ano.

Nós entregamos, nessa mochila, todos os cadernos e utensílios básicos para a criança começar e se manter indo às aulas, durante os primeiros meses do ano. Nós queremos que exista equidade, melhores hábitos de estudo e, com isso, aumente o índice de matrículas escolares. Por outro lado, também queremos que exista uma menor evasão escolar.

como avaliamos essas crianças para que elas recebam essas bolsas? Os critérios são bastante similares: famílias que tenham menos de 600 lampiras - neste caso, estamos falando de 40 dólares mensais - e apresentem três ou mais necessidades básicas. Outro critério importante é que as crianças não sejam repetentes e, lógico, tenham uma frequência escolar compatível.

O total de beneficiários desses bônus escolares soma hoje em dia 115-263 crianças. A instituição, além desses programas, trabalha também com outros programas: com o BID, o Projeto Pró-Face Dois, em que temos também a entrega de um bônus e materiais para melhorar a qualidade da saúde.

com essa visão, a missão do PRAF pode ser resumida da seguinte forma: contribuir para a formulação das políticas do Estado, participar e lutar contra a extrema pobreza no campo e nas grandes cidades.

Alejandro Grinspun, Conselheiro em temas de pobreza do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano. PNUD

O precursor direto do Programa de Desenvolvimento Humano e Oportunidades foi um programa chamado Progresá, Programa de Educação, Saúde e Alimentação do México. Depois de três anos do lançamento desse programa, foi feita uma avaliação externa, muito detalhada e completa, da qual participou uma instituição de grande prestígio, o IFPRI - Instituto Internacional de Pesquisa e Política Nutricionais, de Washington. Segue-se uma síntese sobre os resultados da avaliação.

Para que crianças pudessem receber assistência mais constante, como medicamentos, o objetivo do programa tem sido atender às famílias mais pobres nas localidades especificadas inicialmente. O progresso foi bastante efetivo na redução da evasão escolar, durante o período crítico de transição da escola fundamental para a escola secundária, quando muitas crianças pobres têm de deixar a escola para contribuir com a renda familiar. Os alunos do Progresá entram na escola numa idade mais nova, apresentam um progresso bem melhor no rendimento escolar e o índice de evasão escolar também diminuiu sensivelmente.

com relação à nutrição, as crianças apresentaram um número bastante inferior de doenças, ou seja, um decréscimo de até 19%, e um aumento significativo em cuidados pré-natais, em imunização de crianças, que recebem uma alimentação mais diversificada e mais saudável. Portanto, tivemos uma redução considerável na incidência de doenças nessa faixa etária.

Luis Barquera. Assessor do Coordenador Nacional do Programa de Desenvolvimento Humano e Oportunidades do México

O Progresá cresce, neste momento, até em serviços. Melhora com esforços de qualidade em educação, saúde, apoio, e está corrigindo aspectos críticos de problemas operacionais, com inovações de processo e adequação à nova realidade.

Transformações acontecem principalmente nos seguintes pontos: acesso a sistemas de poupança e crédito popular, educação para a vida e trabalho para adultos e jovens, programas de emprego temporário, auxílios a projetos produtivos, programas de melhoramento de moradia rural e projetos de recuperação ambiental de florestas e água.

Essa transformação está alicerçada em duas idéias fundamentais. Primeira, fazer um esforço para melhorar a qualidade dos serviços que o Programa já tinha anteriormente e, por outro lado, abrir o acesso a outras possibilidades de desenvolvimento para as famílias.

É um programa de desenvolvimento humano baseado na co-responsabilidade. Isso é muito importante: buscar a equidade e reduzir

as desigualdades. Está centralizado na família e fortalece o tecido social e comunitário.

É um programa coordenado de forma inter-institucional, com a participação dos três poderes. Ou seja, conta com a participação da Secretaria de Saúde, Educação e Desenvolvimento Social, nos três níveis de governo. O Programa concentra 40% do total de analfabetos do país e 60% das pessoas sem primeiro grau completo. Por outro lado, melhora a transição na entrada para o segundo grau, uma área em que, no ano passado, começamos a ter ingresso de bolsistas.

No ciclo passado, atendemos a 3.325.000 bolsistas. Este ano, vamos trabalhar em 60 mil escolas primárias, 19 mil de segundo grau e 8 mil de educação superior. Hoje, no México, 60% das escolas públicas do país têm pelo menos um bolsista do Programa Progresá.

Entre as conquistas mais importantes, a eficiência das crianças, entre a 3ª e a 6ª séries do primário, aumentou em 14%.

Nós conseguimos uma diminuição de 24% na evasão entre o primeiro e o segundo graus. O aumento da matrícula do segundo grau chegou a ser de quase 40% para as mulheres e 24% para os homens. Especialmente para nós, isso se conseguiu por meio de um programa de tele-segundo grau.

Adicionalmente, em termos de saúde, o Progresá conseguiu assistência ao serviço de saúde de toda a família e o acesso a um pacote básico de saúde, diminuição da mortalidade infantil e aumento da estatura de meninas e meninos nas áreas rurais. Também aumentamos o atendimento às mulheres grávidas e que estão amamentando.

Outro ponto importante é o fortalecimento da economia familiar. Por um lado, o Progresá já tinha conseguido melhorar o ingresso familiar, além de diversificar a alimentação e essas transferências monetárias. Agora, vamos tentar gerar oportunidades de emprego e de economia, e direcionar essas ações: acesso preferencial a projetos de emprego temporário; apoio a projetos produtivos; sistema de Crédito popular; programa de melhoramento de moradia rural e impulso a projetos de melhoramento ambiental. O quarto ponto é algo também muito importante para nós, que é maior

transparência e supervisão externa.

Finalmente, teremos uma maior participação dos governos locais e da sociedade civil. Agora, o Programa será mais descentralizado na sua estrutura operacional.

Nesse sentido, devemos fortalecer nossa estrutura nos corpos técnicos estaduais. Teremos mecanismos compartilhados de planejamento com os estados, acesso às bases de dados que já temos, para o planejamento e articulação de programas, ou seja, todas as nossas informações serão de acesso livre, e uma colaboração com outros programas sociais congêneres.

Carlos Lacayo. Diretor Geral da Rede de Proteção Social da Nicarágua

Em primeiro lugar, quero falar da Nicarágua. A Nicarágua é um país muito pequeno. Se comparado ao Brasil ou ao México, é relativamente bem pequeno: 142 mil quilômetros quadrados de extensão e 5 milhões de habitantes, dos quais cerca de 40% vive com menos de 1,18 dólar per capita ao dia. Essa é a linha de pobreza. E uma linha de pobreza extrema: 17% da população vive com menos de 0,58 dólar per capita ao dia. Isso significa que esse grupo populacional é um grupo com alto risco, sob todos os pontos de vista. A pobreza extrema é um fenômeno rural: 76% dos pobres extremos estão no campo, e 24% moram na área urbana.

Essa faixa de pobreza extrema, de aproximadamente 3% do PIB do país, equivale a 0,18 dólar per capita ao dia. Esse valor nos dá, mais ou menos, a idéia de qual deve ser o limite máximo de transferência para esse grupo populacional, para evitar des-motivação ao trabalho e incentivar a natalidade. Portanto, num cenário desses grupos, deveríamos entrar especificamente com grupos de pobreza extrema.

Se observarmos a área rural, apesar de 76% dos pobres extremos estarem aí, somente 29% desse grupo vive em condição de pobreza extrema. Por isso, temos de falar especificamente, mesmo na área rural, dos pobres extremos. Qual é o objetivo desse Programa na rede de Proteção Social? Esse é um programa focalizado de desenvolvimento de capital humano.

Ele tenta evitar efeitos irreversíveis, a longo prazo, no capital humano da população pobre.

O que a Rede de Proteção Social faz? Na parte de educação, damos um bônus educacional à família. Esse bônus equivale a 16,50 dólares a cada bimestre por lar, independentemente do número de crianças em idade escolar.

A transferência está condicionada a um incentivo à matrícula e à frequência escolar, de forma que a criança não trabalhe. Outro ponto do Programa no aspecto educacional é o repasse de 19,30 dólares por ano, para cada criança matriculada, para que as famílias possam comprar mochila escolar - que são os livros, lápis, caderno e uniforme. Existe também o apoio à escola e aos professores, que corresponde a 0,70 dólares a cada dois meses por criança matriculada nas escolas.

Na parte de saúde e nutrição, existe um apoio financeiro à família, para a compra de alimentos: o Programa de Saúde e Nutrição, de 33,80 dólares a cada bimestre, por lar. O Programa está condicionado ao cumprimento do esquema de vacinação completo em crianças de 0 a 5 anos. Existe também o condicionamento para que as crianças recebam vitamina A, ferro e remédios contra vermes. Na questão de educação e saúde, uma das contrapartidas é a participação do chefe do lar em *workshops* sobre educação e saúde preventiva.

Quais são os resultados do Programa até agora? Só para que vocês possam ver, são 10 mil famílias, ou seja, pouco mais de 60 mil pessoas beneficiadas: 65% dos chefes dos lares são analfabetos, 28% dos promotores voluntários são analfabetos e 38% dos jovens de 13 a 15 anos também são analfabetos.

Em educação, qual foi o impacto? Quando o Programa começou, unicamente na área rural, 63% dos jovens e das crianças de 6 a 13 anos estavam no sistema escolar, ou seja, havia uma exclusão de quase 38% de crianças. Com o Programa, já temos 97,7% das crianças nas escolas. Na parte da educação, também começamos um controle para determinar se a criança está mais tempo na escola.

Para finalizar, o importante nesse Programa é que não existe uma receita padrão nas metodologias - depende da homoge-

neidade da pobreza, da ênfase que o governo queira dar à inclusão e à exclusão, da escala dos custos e da logística do Programa. E depende, também, de custos sociais que possamos controlar.

Eduardo Horacio Merlo. Diretor Nacional de Programas Compensatórios da Argentina

O impacto da crise econômica e social nos lares ' de extrema pobreza na Argentina vem aumentando. A desigualdade social depende e também aumenta no sistema educacional, manifestando-se na dificuldade, dos alunos pertencentes a setores mais desfavoráveis, de alcançar as maiores conquistas em matéria de aprendizagem e aumento de permanência na escola.

Acreditamos no papel da escola nos processos de integração social, não de forma ingênua, mas atuando especificamente na consideração das condições geradoras de inclusão. É preciso trabalhar na consolidação da educação para a conquista efetiva de equidade e igualdade.

Em meados de 1997, iniciamos o Programa de Bolsas Estudantis, com o objetivo fundamental de manter os jovens por mais tempo na escola. E, dessa forma, cumprir com o estabelecido na legislação, facilitando a conclusão, por parte do aluno, do período obrigatório escolar, uma vez que tratávamos de um aspecto de indiscutível peso na escolaridade dos jovens: a questão econômica.

Este Programa é financiado pelo BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento num contrato de empréstimo. Por meio do BID, foram feitas contribuições que chegam a 183 milhões de dólares, aproximadamente, com um total de 372.479 benefícios pagos, entre o ano de 1997 e 2001.

A implementação do Programa começou em escolas localizadas nas províncias e cidades mais importantes do interior do país. O investimento foi de 8.219.600 pesos, o correspondente a aproximadamente 38.141 bolsas. Temos hoje 550 escolas incluídas no projeto.

Depois de cinco anos de gestão, o Programa atende a 4.062 escolas, tendo uma estimativa que chega a 57 milhões de pesos, para cobrir a designação de 110.400 bolsas de estudo.

Seus objetivos específicos são: aumentar os anos de permanência na escola das crianças de famílias de nível socioeducacional mais baixo, priorizando a escolaridade obrigatória; melhorar o itinerário escolar dos alunos, estimulando a frequência e diminuindo a quantidade de jovens fora das escolas; promover os alunos e a qualidade de ensino e aprendizagem nas escolas participantes.

Cada jurisdição ou estado apresenta uma lista de escolas, com base em critérios definidos pelo Ministério da Educação Nacional: 50% de matrículas de pessoas com precariedade socioeconômica, alto índice de repetência, abandono e baixo rendimento.

As autoridades jurídicas agrupam as escolas, fazendo circuitos, definidos como unidades de gestão integrada - grupos de quatro a oito escolas, uma das quais funciona como principal e as outras como escolas de origem. Nessa formação, sobressai o critério de aproximação geográfica, mas também são consideradas outras questões, como acesso às comunicações e o trabalho das equipes de direção.

Os diretores das escolas e as autoridades do circuito assumem, por meio de uma Ata, as responsabilidades e o compromisso que devem ser executados pelos processos de gestão do Programa.

Até este ano, a Bolsa consiste numa contribuição de 600 pesos anuais, pagos em duas cotas. São 600 pesos para uma criança, com limite de até duas crianças a mais por família.

Os desafios enfrentados foram conseguir uma ampla cobertura de forma rápida, já que o acordo com o BID foi assinado em menos de oito meses e, com a mesma rapidez, era preciso ter os beneficiários já identificados. Os beneficiários estavam bastante dispersos pelo país, e não tínhamos como encontrá-los de forma rápida.

Algo importante para esse Programa foi outorgar as bolsas de forma não-política. A Argentina também tem mecanismos pouco objetivos de designação de subsídios sociais. Em geral, esse tipo de subsídios estava sempre amarrado às ligações políticas daqueles que queriam as bolsas e às ambições políticas daqueles que tinham o poder de outorgar essas bolsas. Nós definimos a escola como

unidade de gestão local do subsídio.

O caráter do subsídio não é mais uma mera contribuição em dinheiro, mas sim, o desenvolvimento de ações pedagógicas, que podem melhorar a qualidade do aprendizado. É indiscutível o papel social que a escola tem, além de sua função específica de funcionar como interlocutora cotidiana dos problemas familiares.

O reconhecimento social da escola como instituição transparente e objetiva nas suas ações foi muito relevante para nós. No ano de 2001, atendemos a 4.072 escolas e as pessoas que tinham direito ao benefício. Vale frisar que 110.400 pessoas receberam o benefício e conseguimos corresponder a 40% da demanda, com um montante de investimentos de 57 milhões de pesos para as bolsas mais os gastos de execução, suportados pelo orçamento nacional.

Floriano Pesaro, Secretário do Programa Nacional de Bolsa Escola

Eu queria destacar a mudança na forma de gestão estamos implementando no Bolsa Escola Federal, sempre lembrando que este é um dos programas estratégicos do Ministério da Educação. Ele faz parte do rol de programas que conseguiram, ao longo do tempo, aumentar o nível de escolaridade no Brasil e aumentar o número de crianças matriculadas.

Vocês podem observar que os incluídos, nesses últimos anos, foram os 20% mais pobres da população - de 75%, passaram a frequentar a escola 93% das crianças matriculadas no Ensino Fundamental.

Tínhamos algumas experiências já no Brasil - em Campinas, no Distrito Federal e em Ribeirão Preto - que nos permitiram avaliar os pontos positivos e negativos de cada proposta. A iniciativa federal proporcionou a universalização do programa. Aqui, tem um ponto que quero destacar: houve uma experiência federal baseada no índice de desenvolvimento humano, IDH, em 1997, que colocou 1 milhão e meio de crianças dentro do Programa, mas existiam alguns problemas que nós identificamos.

A questão da burocracia. Para um programa desse tamanho ter sucesso é preciso simplicidade. Estou convencido de que quanto mais simples for o programa, mais eficiente ou

eficaz ele será. Então, devia-se eliminar a burocracia da celebração dos convênios. No Bolsa Escola, não temos mais convênios, senão uma simples adesão por parte dos prefeitos.

No programa anterior, exigia-se uma contrapartida de municípios muito pobres, que não podiam dar contrapartida. Então, isso foi eliminado. Do ponto de vista financeiro, nós ficamos com a questão educacional, ou seja, a contrapartida tem que ser em ações socioeducativas locais.

Outro ponto muito importante que eu destaco: o Programa Federal é uma lei. Transformar um programa social ou qualquer Outro em lei permite aos gestores uma previsibilidade maior. Se quiserem nos próximos governos modificar o Bolsa Escola, será preciso conversar com o Congresso Nacional.

O segundo ponto é a questão do dinheiro. Mais uma vez, insisto: nossos programas de combate à pobreza não podem estar sujeitos às tempestades internacionais, aos especuladores internacionais.

Foi um susto, na última semana, quando o governo brasileiro anunciou cortes no Orçamento, em função da não-aprovação da CPMF, do imposto sobre o cheque. Mas percebeu-se que, no Bolsa Escola, o dinheiro não foi mexido, não foi tocado. Ele faz parte do Fundo de Combate à Pobreza, que é um fundo constitucional, com vigência até 2010, o que também garante, junto com a Lei da Bolsa Escola, maior previsibilidade. Então, temos recursos garantidos até 2010, da CPMF ou de qualquer outra fonte orçamentária. O importante é que o Fundo de Combate é um fundo constitucional, aprovado pelo Congresso Nacional e que tem recursos mínimos da ordem de 4 bilhões de reais, algo como 1 bilhão e meio de dólares.

Depois de cruzar algumas estatísticas, do IPEA, do IBGE e do Censo Escolar do INEP, obtivemos o universo que tínhamos de atender no Brasil: aproximadamente 6 milhões de famílias, ou 11 milhões de crianças.

O município tem a responsabilidade da adesão e da criação de uma lei local - o que é importante porque, de fato, estamos promovendo a criação de diversos programas, especificamente de 5.561 programas de Bolsa Escola,

ou renda mínima vinculada à educação, nos municípios brasileiros.

E a contrapartida do município não é, necessariamente, em dinheiro, mas em ações socioeducativas. Sempre recomendo, e nas nossas cartilhas isso está claro, que as ações socioeducativas sejam feitas em conjunto com a comunidade local.

Monitorar a frequência é responsabilidade do município, dos professores e do prefeito, que tem que nos passar, a cada três meses, essa frequência. Um programa social como esse, sem um controle eficiente de frequência, não cumprirá o seu objetivo, que é exatamente o de diminuir a evasão escolar.

Então, neste ano em especial - o ano passado foi o ano da implantação do Programa - é o ano do controle da frequência. Temos de desenvolver todas as capacidades de informática e técnicas possíveis para que exista um controle rigoroso da frequência.

Estamos convencidos de que o sucesso depende, além da simplicidade, também da descentralização da gestão e da participação social. Daí a importância da capacitação dos Conselhos de Controle Social, outra ação que estamos realizando neste ano.

O Brasil, da metade da década de 80 para cá, tem se acostumado, cada vez mais, a gestões locais. Vide o sucesso de gestão local que temos hoje no SUS, na Saúde. Nós, da educação, estamos tentando importar esse know-how de gestão local do SUS, do Sistema Único de Saúde brasileiro, para a gestão dos programas da escola.

Em relação aos benefícios, gostaria de destacar a idéia do cartão e o papel das mulheres, das mães, em especial. Está muito claro, em todos os nossos estudos, que a mulher tem uma participação mais efetiva junto aos seus filhos. Até porque, nessa faixa de renda, muitas mulheres são mães solteiras ou mães que não contam mais com os maridos no núcleo familiar, e saíram para procurar emprego etc. Então, aqui, a participação da mãe se tornou fundamental. E também é fundamental pagar direto a elas, numa demonstração clara de co-responsabilidade, de cidadania e de respeito ao papel que elas vêm cumprindo. Cada família recebe de R\$ 15,00 a R\$ 45,00 por mês.

Sobre o avanço dos municípios: 43 municípios em maio de 2001, 5.512 em março deste ano. com menos de um ano de funcionamento, o número de crianças beneficiadas passou de 26 mil para 8 milhões e meio. Concessão por famílias, temos quase 5 milhões. Este é o nosso país, o Brasil.

É importante falar dos nossos parceiros: a Pastoral da Criança, que monitora 36 mil comunidades em todo o País e está ajudando a controlar a frequência. A parceria com o Ministério Público, também fundamental para a fiscalização da frequência e a manutenção do Programa. O PNUD, nosso grande parceiro na avaliação e na cooperação técnica. O Alfabetização Solidária, fruto de um cadastro para alfabetizar, num projeto piloto, as mães do Bolsa Escola, ou seja, as mães das nossas crianças.

Síntese das respostas dos palestrantes às questões do público

Lucivaldo. Fundação Consciência Arte, em Minas Gerais

Por que não existe um Conselho Nacional do Programa Bolsa Escola, uma vez que é exigência para os municípios a existência de conselhos com a participação popular? Acredito que isso poderia contribuir para a participação da sociedade civil na discussão de uma política pública para o Brasil.

Florian Pesaro

Bom, vou iniciar dizendo que a proposta da criação de um Conselho Nacional de Bolsa Escola é excelente. Vamos submetê-la à apreciação do Ministro. Mas queria lembrar duas coisas importantes. Primeiro, nós já temos instituições maiores que nos controlam e fiscalizam. Do ponto de vista das nossas contas, o Tribunal de Contas e, do ponto de vista da evolução do Programa, o Congresso Nacional.

PAINEL II

EXPERIÊNCIAS LOCAIS DE BOLSA ESCOLA



A partir da esquerda: Maria Dulce de Paula Souza, Laura Contador, Marcelo Aguiar, Roberto Martins, Roberto Tamura, Carina Kaplan, Cintia Moraes Pinheiro (e colaboradora)

Laura Contador, Ex-Secretária de Assistência Social de Campinas, em colaboração com Dulce Maria de Paula Souza

O ex-prefeito de Campinas, José Roberto Magalhães Teixeira, no seu mandato de 1993 a 1996, observou que a população de Campinas havia empobrecido. Ele já havia sido prefeito de 1983 a 1986, e pôde constatar, portanto, a pobreza aumentada na cidade de Campinas.

Em 1994, precisamente no dia 1º de outubro, ele fez uma encomenda aos seguintes secretários municipais, que estão trabalhando em Brasília: a secretária da Educação, na época, Maria Helena Guimarães Castro; o secretário de Planejamento na ocasião, Ulisses Cidade Semeghini; o secretário de Governo, Arnaldo Machado de Souza, que hoje trabalha no Ministério da Saúde; e o secretário de Finanças, Geraldo Biazoto.

O Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima de Campinas foi instituído pela Lei 8.261, de 06/01/95, e foi implantado em março, como uma das alternativas para enfrentar situações de extrema pobreza de famílias com filhos em situação de rua.

Esse Programa foi a primeira experiência de renda mínima no Brasil. Ele está centrado na proteção e promoção do grupo familiar, que, dentro das exigências, além da frequência dos filhos na escola, assegura também o atendimento integral na rede de

proteção a toda a família. Com o exemplo, a saúde, o esporte e a cultura.

Ele se destaca porque não se iniciou numa concepção única da criança. O centro não era a criança na escola, mas sim, o fortalecimento do grupo familiar.

O Programa foi desenhado na perspectiva da proteção e do desenvolvimento de famílias em situação de pobreza, com oferta de apoios nos planos econômico, psicossocial e da justiça.

Destacam-se, em sua configuração, as seguintes características: atendia famílias com filhos de 0 a 14 anos, com renda per capita inferior a R\$ 35,00, e com residência em Campinas há mais de dois anos. Exige-se das famílias: manter os filhos na escola, assegurar atenção à saúde, comparecer mensalmente às reuniões de acompanhamento social e buscar alternativas de geração de renda. Gostaria de destacar, aqui, que essas famílias, ao receberem o primeiro cheque, assinaram um compromisso de que garantiriam todas essas exigências.

O Programa era protagonizado e gerido pelo governo municipal. Conciliava a garantia da liberdade à família na aplicação do benefício monetário. A complementação de renda era acompanhada da inclusão da família na rede de serviços de atenção básica. Mantinha-se estreito acompanhamento e apoio psicossocial junto às famílias beneficiadas, além de um sistema de controle informatizado.

Os objetivos gerais do Programa voltavam-se à melhoria das condições das famílias, priorizando aquelas cujas crianças se encontravam em situação de rua.

O primeiro momento era assegurar a frequência escolar da criança, por meio da articulação sistemática junto à rede de ensino. Era crucial ampliar a compreensão da família a respeito de sua responsabilidade frente à criança na efetivação dos seus direitos à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, cultura, dignidade, respeito e liberdade.

Em relação ao arranjo gerencial, a coordenação técnica foi desenvolvida - e é desenvolvida até hoje - pela Secretaria de Assistência Social municipal, responsável pela implantação e pelo estabelecimento de normas e diretrizes gerais do Programa. A execução das ações era desenvolvida nas quatro regiões do município, por intermédio da Secretaria de Ação Regional. E o acompanhamento, desde o início, foi desenvolvido pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas.

Dulce Maria de Paula Souza

Em relação à operação do Programa de Campinas, é importante colocar que houve uma concepção técnica que norteou tanto a lei que criou o Programa quanto o decreto que regulamentou essa lei.

Mas na verdade foram os dois primeiros meses de exercício que nos ajudaram a começar a detalhar, redesenhar, fazer correções.

Entretanto, alguns princípios pautaram, desde seu desenho, e pautam até hoje, o desenvolvimento desse programa: a percepção da família como protagonista de sua própria história. A equipe entra buscando orientá-la, assessorá-la, apoiá-la, protegê-la e encaminhá-la, mas nunca tomando dela este papel de sua vida.

O Programa também busca o estabelecimento de vínculo estreito com a família, no sentido de conseguir ganhar, dessa família, sua compreensão e adesão, em busca de alcançar desenvolvimento, proteção e inserção do grupo familiar na rede de proteção municipal.

O eixo mais importante do Programa de Campinas, que tinha este enfoque da

assistência e o enfoque da família, eram os grupos socioeducativos. Esses grupos funcionavam com reuniões mensais, em que os cheques eram distribuídos. Nessas reuniões, grande parte do trabalho era assegurado, por meio de discussões e de orientação.

uma avaliação feita apontava para o reconhecimento de que a família dava importância a este trabalho de orientação de forma tão significativa quanto a importância que dava ao próprio subsídio financeiro.

O trabalho socioeducativo era desenvolvido sempre por uma dupla de técnicos, uma assistente social e um psicólogo. Entendemos que essas duas áreas, juntas, podem alcançar melhores resultados no trabalho com as famílias.

Então, conseguimos estabelecer um ajuste, uma capacidade operacional, em que cada dupla atendia a, no máximo, 15 grupos, com 15 famílias em cada grupo. Isso garantia a qualidade do Programa

O valor do benefício estabelecido variava de acordo com o número de filhos e com a renda familiar. A fonte de financiamento do Programa é totalmente municipal. Então, o orçamento estava consignado no orçamento municipal e não podia ultrapassar o valor de 1% das receitas correntes do município.

O benefício durava 12 meses, prorrogáveis por mais 12 meses, quando necessário.

O maior desafio do Programa era a inexistência de programas similares. Isso exigia da equipe uma postura de flexibilidade, mas também uma postura de muita firmeza, para assegurar as questões técnicas que tínhamos garantidas, concebidas e priorizadas no Programa.

Para garantir a qualidade técnica, foi preciso assegurar um processo rigoroso de seleção, treinamento e instrumentalização da equipe. No primeiro ano, foi feita a prorrogação quase que maciça das famílias. E aí é que a gente se debruçou em cima de critérios para poder estabelecer como se processaria esse desligamento, como se conduziria aquela família sem condições de desenvolvimento e sem condições de empreendimento, porque muitas acabavam indo para programas de geração de renda à escola, e para requalificação profissional.

A família era trabalhada de tal maneira que se considerava sua mobilidade. Agora, quando essa mobilidade era quase impossível, em razão de problemas como pobreza transgeracional, de doenças crônicas, de falta absoluta de escolaridade, essa família, depois, passava para um programa assistencialista, de cesta básica e, aí sim, o trabalho continuava com as crianças, dentro da mesma característica do Programa, excetuando apenas as reuniões com as mães.

Foi necessária uma correção da tendência inicial da equipe, na diminuição da tutela e no aumento da co-responsabilidade com as famílias. Na seqüência, a gente começou a provocar essa mudança envolvendo as mães. Então, as mães iam à escola e traziam para as equipes de assistentes sociais insumos para a avaliação do trabalho.

Foi necessária uma melhoria nas relações intersetoriais. As secretarias trabalhavam de forma estanque e conseguir este avanço; de uma ação integrada, foi um grande desafio vencido.

Temos de apontar aquilo que podemos considerar como os impactos e principais efeitos sociais do Programa de Campinas. O mais visível foi a redução de 84% da população infanto-juvenil nas ruas de Campinas. Tínhamos, em meados de 1995, 500 meninos e meninas freqüentando a área central da cidade, nos semáforos. Conseguimos, três meses após a implantação do Programa, em que se priorizou a família desses meninos, uma redução para 80.

Outro ganho foram as iniciativas espontâneas que ocorriam, dentro das famílias, no sentido de buscar a geração de renda: À medida que esse fenômeno foi percebido, começamos a buscar auxílio. Fomos auxiliados pelo governo federal, recebemos um recurso do Banco Comunitário e, aí, foi implantado o pró-rendas, que trabalhou no financiamento dessas ações geradoras de renda.

Depois, o reconhecimento das famílias quanto à importância desse espaço de escuta foi extremamente gratificante, porque elas quase equiparavam a importância reconhecida para o subsídio financeiro, em relação a esse espaço de escuta, que era, para elas, de

extrema importância.

E, junto com a Unicamp, fizemos uma avaliação e pudemos mensurar a aplicação do recurso nesta ordem de prioridade: alimentação, vestuário, aquisição de eletrodomésticos, sempre com essa visão da necessidade de gerar rendas e, também, para garantir a permanência do filho em casa. Os gastos também são feitos com reformas na habitação e no pagamento de dívidas atrasadas.

Marcelo Aguiar. Secretário Executivo da Missão Criança

Eu gostaria de iniciar dizendo o que pode ser uma unanimidade: o Programa Bolsa Escola não se localiza no terreno das políticas residuais e compensatórias. A originalidade impactante do Bolsa Escola é sua ancoragem educacional. Nessa diferença reside a dimensão inovadora do Programa.

O Bolsa Escola, na realidade, foi concebido em 1987, no Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo, da Universidade de Brasília. O Núcleo queria inverter a lógica do combate aos problemas nacionais. Desde o início dos seus trabalhos, tomou a situação da educação básica como problema mais imediato e passou a debater soluções que permitissem universalizar a escola, até o final do segundo grau, para todas as crianças brasileiras.

Em um dos seus encontros, ao discutir como garantir essa universalização, lembrando que a principal causa da evasão escolar era a pobreza das famílias, propôs-se a pergunta: se as crianças não estudam porque as famílias são pobres, por que não pagar aos pais para que seus filhos não falem às aulas?

Ainda em 1987, foi esboçada a concepção geral sobre o Bolsa Escola, como uma proposta de combater o trabalho infantil e garantir a universalidade da educação básica a toda criança brasileira.

Foi em março de 1994, durante a campanha eleitoral para o governo do Distrito Federal, que a idéia começou a sair do papel para a realidade.

No final de 1998, eram 25.680 famílias e 50.673 crianças beneficiadas no Programa do Distrito Federal. E isso custava menos de 1% do total do Orçamento do governo do Distrito

Federal. O valor da bolsa era um salário mínimo, 100 dólares na época, como hoje é praticado em diversos municípios.

Ao ser implantada em apenas uma unidade da Federação, impôs-se como constrangimento à migração, a regra que exigia 5 anos de moradia para a família ser beneficiada. A solução, caso essa regra não fosse suficiente para impedir a migração, era estender o Programa a todo o País.

A divulgação da idéia entre estados, municípios e na mídia fez com que, em novembro de 1995 o Programa fosse objeto de matéria nas revistas *Time*, *Isto É* e *Veja*, além do *Jornal Nacional*, da Rede Globo. Em 1996, o Bolsa Escola recebeu o prêmio "Criança e Paz", da UNICEF.

A adoção do Programa Bolsa Escola no México, dentro de um programa maior, chamado de Progresia, também repercutiu no Brasil.

As muitas repercussões e prêmios do Bolsa Escola de Brasília fizeram com que, dentro do Brasil, aos poucos, ele fosse se espalhando para municípios, em prefeituras governadas por diferentes partidos políticos.

O governo federal criou programas inspirados na idéia, como o PETI e o Programa de Renda Mínima, em outras áreas da administração. São programas em torno da idéia de renda vinculada à educação

Nesse ínterim, foi criada uma instituição não-governamental chamada Missão Criança. O objetivo era não deixar morrer uma experiência bem-sucedida. Após as eleições, com a nossa derrota, não queríamos deixar que a idéia do Bolsa Escola morresse.

Em abril de 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso lançou o Programa Bolsa Escola Federal, que permitia transformar uma idéia nascida na Universidade de Brasília no maior programa social de todo o mundo.

Hoje, o Bolsa Escola não precisa mais ser explicado. Transformou-se em um substantivo que faz parte do dicionário no Brasil e no Exterior. Em julho de 1997, realizou-se a Cúpula Regional para o Desenvolvimento Político e os Princípios Democráticos, organizado pela Unesco em Brasília, onde foi apresentada a proposta do Bolsa Escola a representantes de instituições e às mais

diversas organizações de toda a América Latina.

Em abril de 2000, o Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Anan, na abertura do Fórum da Educação para Todos, afirmou que o Bolsa Escola era um dos quatro programas a serem copiados em outras partes do mundo.

O Programa está sendo levado para o Continente africano, por meio de uma parceria entre a Missão Criança, o governo brasileiro e vários países africanos.

Graças ao empenho do governo brasileiro, a Declaração da Conferência" de Chefes de Estado e de Governo Ibero-americanos, em dezembro de 2000, no Panamá, incluiu o Bolsa Escola como instrumento de luta pela universalização da educação no mundo.

No mesmo sentido, George Soros, em seu recente livro *On Globalization*, propõe que parte dos recursos do Fundo de Resgate, o SDR, dos países mais ricos do mundo, junto ao FMI, seja aplicada na implantação de Bolsa Escola nos países mais pobres.

Hoje, pode-se estimar em cerca de 20 milhões o número de crianças atendidas, ou que serão prontamente atendidas, por programas inspirados no Bolsa Escola. A idéia ganhou uma imensa força, conquistando ampla aceitação internacional.

O Brasil, infelizmente, ainda é um país - onde o Bolsa Escola é necessário, assim como as bolsas de pós-graduação. É preciso relevar o papel protagônico da educação das crianças pobres na estratégia de combate à exclusão social e no rompimento do círculo geracional da pobreza.

Carina Kaplan, Coordenadora do Programa Becas Estudiantiles de Buenos Aires

O Programa Becas Estudiantiles é recente, tendo sido pela primeira vez implementado na cidade de Buenos Aires e infelizmente, devido ao problema econômico, verificou-se a necessidade de sua ampliação.

Também participamos do Programa Nacional de Bolsas Estudantis, mas participamos com base num convênio em que alguns dos princípios são estabelecidos por organismos internacionais como o BID. Mas, como jurisdição, temos liberdade de estabelecer alguns critérios próprios.

Gostaria de esclarecer um pouco como acontece a situação educativa na cidade de Buenos Aires, falar por que esse programa de bolsas estudantis é para o segundo grau do ensino.

Considerem que é um programa que está numa etapa piloto, porque é apenas o segundo ano de sua implantação. Então, existem algumas questões que viemos aprender aqui. E, nesse sentido, pode ser que, no próximo ano, possamos reformular alguns procedimentos.

Na própria cidade de Buenos Aires e em todo o país, já nos anos 90, observamos uma abrangência universal no nível básico ou primário de ensino, ao mesmo tempo que se tinha grande acesso ao nível médio. Entretanto, no nível médio, temos o maior desafio, porque é aí que começa o abandono escolar.

E os setores mais pobres é que concentram maiores níveis de atraso escolar e abandono, a partir dos 13 anos. Pelo menos na área urbana.

Apesar dos numerosos esforços na estrutura escolar vigente, não foi possível garantir progresso nos níveis de escolarização, além dos primeiros anos do nível médio. Se consideramos os alunos que abandonam, no nível estadual da cidade, as projeções mostram que, para a média do sistema local, somente 69% dos registrados no primeiro ano completam o Ensino Médio.

A cidade tem um problema característico: altos níveis de passagem do primário para o segundo grau, com grandes índices de repetência.

Adicionalmente, hoje a cidade de Buenos Aires adquiriu, a partir da sanção da nova Constituição, em 1994, um novo estatuto legal, de cidade autônoma. Posteriormente, em 1996, a primeira Constituição da cidade deu os marcos legais para o exercício de seu regime autônomo, que se efetivou nesse ano, com a instauração do primeiro governo eletivo. Esse marco legislativo estabelece que a cidade assume a responsabilidade de garantir e financiar a educação pública, estadual, gratuita, em todos os níveis e modalidades.

Um dos principais problemas que a cidade enfrenta, com relação ao nível médio, são os altos índices de repetência e de abandono, de evasão escolar.

Esses dados configuram a seguinte situação: enquanto existem pelo menos 26 mil alunos matriculados no primeiro ano do segundo grau, temos somente 15 mil no último ano, o que implica uma perda de 11 mil alunos.

O ponto principal é considerar que, se a Bolsa continua somente dentro da lógica assistencial, dificilmente isso vai se traduzir em experiência de qualidade, na passagem pela escola, nos setores menos favorecidos.

A Secretaria de Educação do governo da cidade de Buenos Aires traçou o Programa de Bolsas Estudantis para garantir a continuidade do estudo dos jovens, no nível médio de ensino. É um benefício de 500 pesos, pago em duas cotas iguais.

Na atual situação de emergência econômica que comove o país, a educação continua sendo um instrumento fundamental de inserção e a Bolsa Escola é um instrumento essencial. Para os senhores terem uma idéia da situação de emergência social, cabe assinalar que os números dados pela Secretaria de Trabalho informam que, da quantidade total de jovens desempregados em maio, 56% procuravam emprego para complementar a renda familiar. E eles não tinham concluído sua formação no nível médio de ensino. Depois, esse número de estudantes passou a 65%. E a taxa de desemprego dos jovens chegou a 45%, nos lares mais pobres.

Entre os principais objetivos do Programa, destacam-se: aumentar, de maneira progressiva e significativa, os índices de permanência escolar, particularmente nos três primeiros anos do ensino médio; fortalecer a estrutura para dar sustentação à permanência desses jovens no Ensino Médio; e contribuir para a melhoria dos percursos individuais dos jovens em situação de vulnerabilidade econômica, minorando os efeitos da crise econômico-social.

Os compromissos assumidos pela gestão do Programa são: maior nível de equidade; maior transparência na identificação dos beneficiários e dos mecanismos de seleção e distribuição das bolsas; atendimento à heterogeneidade escolar, em situação de vulnerabilidade socioeducativa.

Os jovens com maiores dificuldades

socioeconômicas passam a ver com mais clareza sua baixa rentabilidade dos estudos e buscam, fora da escola, desenvolver sua auto-estima.

Então, resulta a decisão do Programa de não condicionar nem o acesso nem a manutenção do benefício ao rendimento educacional, mas à regularidade na assistência escolar e no compromisso com o estudo. A política social não exclui do benefício os estudantes com antecedentes de fracasso educacional- nem aqueles com idade teórica mais elevada.

O Programa não se estabelece por região geográfica da cidade nem por escola. Distribui benefício em toda a cidade e por aluno, também em função de sua situação familiar de pobreza. Tem expressões territoriais, mas não se limita a elas. De fato, na cidade de Buenos Aires, existem distritos de necessidades básicas insatisfeitas, muito altas ou por cima da média, e que contemplam situações de extrema pobreza.

Basicamente, as exigências são que o jovem faça parte de um lar de condição sócio-econômica vulnerável e que não esteja recebendo benefício similar. O que fizemos foi elaborar uma relação de indicadores que permitem considerar e delimitar um perfil do beneficiário da Bolsa Escola.

uma das características principais do Programa é o que se refere à gestão e aproveitamento dos recursos: a estrutura da gestão, de implementação do Programa. Aproveitamos os recursos existentes no sistema de educação. O Programa não conta com recursos além das Bolsas. Utiliza-se o trabalho voluntário de professores e alunos que trabalham pelo sucesso da ação.

Roberto Tamura. Prefeito de Capão Bonito. SP

Capão Bonito fica no interior do Estado de São Paulo, na região sudoeste. Nosso município tem 47 mil habitantes e estamos a 230 quilômetros da capital de São Paulo. Ficamos na região Sudoeste do estado, área que até então era conhecida como o "ramal da fome".

No ano de 1997, tínhamos um índice de mortalidade infantil altíssimo, um dos maiores do Brasil. Na nossa região, ou no meu município, para cada mil crianças que nasciam,

57 faleciam. A média do Estado de São Paulo era 25, e estávamos bem acima da média. Em acréscimo, nossa região tem um dos menores índices de desenvolvimento humano de São Paulo. Só no meu município, 1/3 da área agriculturável está com atividade de reflorestamento e encontra-se na mão de um único empresário. E esse empresário explorava o carvão, contratando chefes de família e pagando por produção. Então, nesse período, tivemos problemas também de crianças que deixavam de estudar para trabalhar nos fornos de carvão, tendo problemas de saúde, principalmente pulmonares.

Também na época de safra, era visível que em quase 50% das salas de aula, em especial das escolas da periferia, as crianças deixavam de estudar para trabalhar na lavoura, como forma de ajudar no sustento da família.

Diante dessas dificuldades todas, um grupo começava a fazer um trabalho junto à comunidade, para tentar diagnosticar a situação, ver como podíamos diminuir a evasão escolar. Hoje, numa atuação conjunta de governo federal, estadual e municipal, desenvolvemos o serviço de transporte escolar. Rodamos 4,5 quilômetros por dia. Hoje, o governo federal entrega, a toda unidade escolar em Capão Bonito, material didático. Oferecemos 25 mil refeições/dia, com trabalho de uma nutricionista. Ou seja, as crianças agora estão em uma situação melhor. •

Até o Bolsa Escola Federal, a gente encontrava dificuldade de manter a criança na escola, em função de, no período de safra, ela sair da escola para trabalhar.

Entendemos também que a LDB ajudou muito na educação da nossa região, especialmente no nosso município. A LDB permitiu mudar a cara da aplicação dos recursos, criando um rigor maior: o dinheiro da educação tem que ser aplicado na educação. E o que é mais importante: é o Conselho Municipal da Educação, o Conselho Gestor da Educação, quem decide. O prefeito não decide mais onde se aplicam os 25% da educação, é o Conselho que o faz.

Enfim, essas ações têm permitido, com o Programa Bolsa Escola Federal, que mudássemos o quadro social de Capão Bonito.

Hoje, não há uma criança nas mas de Capão Bonito pedindo esmola. Ademais, no município, a gente está desenvolvendo jornadas complementares, junto com esse trabalho.

com isso, entendo que possamos mudar a fisionomia da nossa região. Só com o Bolsa Escola, são injetados, na economia do município, 45 mil reais por mês. Então, os comerciantes estão atentos a esse dinheiro que está com as mães. Virou dinheiro novo para o município. com isso, temos percebido um aumento da auto-estima das crianças. Claro que outros desafios ainda temos que enfrentar.

Cíntia Morais Pinheiro. Secretária Municipal de Educação de Caririçu

Vamos dividir com vocês nossa experiência com as ações socioeducativas no nosso município. Somos do estado do Ceará, o nome de nossa cidade é Caririçu.

Caririçu aderiu ao Programa Garantia de Renda Mínima do Governo Federal desde abril de 1999. E, como Caririçu era uma das poucas cidades da região do Cariri onde havia um programa desse tipo, ela se tornou um centro popularizador, um atrativo para que famílias de cidades circunvizinhas fossem morar ali. Então, era preciso um cuidado muito grande na seleção dessas famílias.

A invasão de famílias de municípios circunvizinhos foi sanada com a implantação do Bolsa Escola Federal em todos os municípios do Brasil.

Toda família, no município, achava que tinha direito ao benefício. Mas nossa equipe foi responsável por fazer um recadastramento e contemplar apenas as mais carentes.

Um dos principais benefícios percebidos com a implantação de um Programa de Garantia de Renda Mínima, como o Bolsa Escola, é assegurar nosso aluno na escola. Além de assegurar 100% de matrícula - nossos alunos de 6 a 15 anos estão todos matriculados no Ensino Fundamental - nós asseguramos a permanência dessa criança na escola. com esse auxílio financeiro, a escola pública está se tornando mais atrativa, por um Programa como o Bolsa Escola Federal, pela alimentação escolar de boa qualidade e pelos professores qualificados.

Temos um incremento de 60 mil reais

no comércio do município todos os meses. Então, os comerciantes tiveram de contratar novas pessoas, para atenderem à demanda dos clientes. Os pais estão mais participativos, buscando se inteirar da situação do filho na escola. Existe um aumento na procura de educação de jovens e adultos, para que eles possam ter, pelo menos, um mínimo de escolaridade para ajudarem.

Há aumento na procura da documentação básica, principalmente porque as mulheres sempre deixavam essas questões para os maridos resolverem. como o cadastro no Bolsa Escola Federal tinha de ser no nome da mãe, elas precisavam ter todos os documentos. E também exigia o registro de nascimento dos filhos.

Em relação às ações socioeducativas, desde 1999, o Programa Garantia de Renda Mínima estava sendo executado, mas com exigência de o município poder dar contrapartida pelo recurso financeiro recebido.

Aliás, às diferenças do Programa de Garantia de Renda Mínima para o Bolsa Escola Federal, somam-se a regularidade e a segurança no pagamento do benefício, que antes era trimestral e, algumas vezes, chegava a atrasar. O Bolsa Escola Federal é um benefício mensal.

Vamos apresentar alguns exemplos de ações socioeducativas que desenvolvemos no município de Caririçu. São ações já planejadas, observando a deficiência que temos, em espaço físico e Infraestrutura.

Temos ações que abrangem todo o contingente de alunos atendidos pelo Programa e ações especificadas para a criança escolher de qual participar, aquela com que ela mais se identifica. Por exemplo, a nossa escolinha de futebol Canarinho, o circuito de jogos populares, o grupo de capoeira, as competições atléticas, o Festival de Quadrilhas, os encontros culturais, o curso de flores e arranjos, o recital, o coral de flautas Doces Notas e a banda de música do município.

E, para complementar a merenda, nós introduzimos a multimistura da Pastoral da Criança, porque nossa região tem um grande número de alunos desnutridos e isso dificultava a aprendizagem deles.

Promovemos intercâmbios entre as

escolas e dos alunos com autores - eles recebem muita correspondência de autores em resposta às cartinhas que mandam. Eles se interessam muito pela leitura. É um baú, contendo livros diversificados, que advem de doações.

De início, os professores reclamavam muito das questões psicológicas. Muitos diziam que tinha muito aluno com problema mental. E sentimos a necessidade de contratar uma psicóloga. Hoje, há um atendimento, um núcleo psíquico, no município, que faz esse atendimento ao professor, aos pais e ao aluno.

Além de todas essas ações, fizemos um Plano Anual de Ações Socioeducativas para 2002, incrementado com muitas novas ações voltadas para a arte, a cultura, as ciências e os desportos.

É essa nossa experiência, simples, mas que procuramos fazer com muito entusiasmo, acreditando principalmente na melhoria social do nosso município.

Roberto Martins. Presidente do IPEA

O IPEA não se cansa de dizer que o maior problema do Brasil é a extrema desigualdade social, a extrema desigualdade de renda que temos ainda neste País. Somos um dos campeões do mundo em desigualdade de renda.

E os estudos do IPEA têm mostrado, consistentemente, que a maior parte dessa desigualdade de renda, 60% daquilo que se consegue explicar como fatores gerador da desigualdade de renda, vem da desigualdade educacional. É pela diferença das oportunidades educacionais que as pessoas têm, no Brasil, diferenças em termos de renda e condições sociais em geral.

O Bolsa, Escola Federal é uma das políticas que mais entusiasma o IPEA, porque ela conjuga uma transferência direta de renda, um atendimento imediato àquela família em situação de risco, como também tem, em si, os elementos para a mudança estrutural da distribuição de renda, para a mudança estrutural das condições sociais do País.

Gostaria de dizer que, no dia 6 de maio, foi assinado, aqui, no Palácio do Itamaraty, na Sala de Tratados, um acordo entre o governo brasileiro e o PNUD, o

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, para a criação do Centro Internacional de Políticas de Redução de Pobreza. É uma parceria do PNUD com o IPEA. É o primeiro organismo das Nações Unidas, com mandato global, a ser sediado no Brasil

uma parceria honrosa para o IPEA, honrosa para o Brasil. E esse Centro terá a missão de capacitar técnicos dos países em desenvolvimento, para trocar experiências, de enviar e receber missões, para os países, no sentido de ajudá-los a cumprir as metas do milênio ou seja, reduzir a extrema pobreza pela metade, até o ano de 2015.

MESA-REDONDA I

POLÍTICAS PÚBLICAS E A INCLUSÃO SOCIAL



A partir da esquerda: Selim Jahan, Rosemary Barber-Maden, Alejandro Grinspun e Martin Hopenhayn

Martin Hopenhayn. da Comissão Económica para a América Latina e o Caribe - CEPAL

Alguns anos atrás, ouvi o presidente do Brasil estabelecer uma diferenciação entre o público e o estatal. O público vai além do estatal. Inclui espaços que não se identificam com o espaço do nacional, mas com o espaço do local e do regional. Inclui também a relação estabelecida com agências de cooperação multilateral e com ongs transnacionais que abordam questões de desenvolvimento.

Se o mercado, basicamente, é o espaço no qual se relacionam os indivíduos como agentes privados, o público é aquele âmbito no qual os agentes se relacionam como seres sociais, como atores sociais, como público.

Por outra parte, quando falamos de políticas públicas de inclusão, temos de pensar que, hoje em dia, as formas de exclusão diversificaram-se muito. Tradicionalmente, na América Latina, não falávamos de inclusão social. Falávamos de integração social. O pressuposto era a existência de um profundo processo de mudanças ao qual se incorporavam cada vez mais as 'novas gerações, dentro de um aparelho produtivo moderno, assumindo novos

códigos, conjuntamente com uma transição demográfica, indo do rural ao urbano.

Existem vulnerabilidades produzidas pelos choques externos. As economias latino-americanas estão cada vez mais expostas às mudanças que acontecem fora dos seus próprios territórios, particularmente no âmbito financeiro.

As políticas de inclusão, então, deveriam abranger um espectro muito amplo. não apenas políticas económicas capazes de incorporar ao aparelho produtivo moderno aqueles que ainda não o fizeram. Tem a ver com políticas capazes de cuidar das novas situações, em especial as situações de risco, que se relacionam com movimentos cíclicos da economia. E a CEPAL continua apostando na educação como principal eixo de inclusão social e como chave das políticas públicas, pelo menos.

Outra condição necessária é o emprego. E dentro do emprego há a necessidade, hoje em dia, de articular a política económica ou de dar à política económica um viés muito grande pró-emprego, ou seja, que exista maior ênfase no desenvolvimento produtivo do que no desenvolvimento financeiro.

É essencial a política de empresas dar

ênfase no emprego juvenil, porque os jovens quando falamos de jovens, estou pensando entre 15 e 29 anos - duplicam e até triplicam as taxas de desemprego médias das nossas economias ou das nossas sociedades. E isso em dois sentidos: a capacitação para a inserção laboral, no caso dos jovens, e a capacitação para a reinserção laboral, no caso de adultos que foram afastados do emprego.

É também necessária a proteção social, políticas claras de inclusão, o que implica transferências solidárias na área da saúde para aqueles que são mais vulneráveis, além de seguro-desemprego, principalmente quando existem sociedades com taxas de desemprego altíssimas, como a Argentina, a Colômbia, a Venezuela ou o Uruguai.

Bom, por último, em termos de políticas públicas de inclusão, está todo o tema do exercício da cidadania. não é um tema forte como emprego ou proteção social, mas é um tema relacionado à capacidade das pessoas para se organizar e pressionar o Estado ou o espaço público em prol das suas próprias demandas.

Temos três motivos poderosos para pensar na educação como chave para a inclusão social. O primeiro e o clássico é o retorno, por nível educacional, nas trajetórias laborais. Isto é, a educação sempre foi vista como principal meio de mobilidade social ascendente e diminuição da pobreza de uma geração a outra.

Um segundo motivo forte para acreditar na educação como principal ponto é a associação em valores, comportamentos e aprendizado, que diminui a probabilidade de condutas de reprodução da pobreza.

O terceiro elemento é o melhoramento, de uma geração para outra, do clima educacional dos lares. Tanto os estudos da CEPAL quanto outros do Banco Mundial mostram que, nos rendimentos das crianças dentro das escolas, uma das variáveis que mais incide é o clima educacional nos lares dessas crianças. Por isso, também é muito importante que a educação como fator de inclusão social comece em casa.

Se consideramos as preocupações que os governos latino-americanos mostraram nos

últimos 10, 15 anos, que são traduzidas nas reformas educacionais, poderíamos dizer que , existe um foco acentuado sobre três aspectos: no nível das conquistas, ou seja, quanto estamos avançando com as crianças e os jovens na educação. Segundo, o tema da qualidade, do qual não vou falar, porque é um tema muito amplo. Eu quero entrar no terceiro, e mais importante aqui, que é o tema das desigualdades. Desigualdades por grupos econômicos e desigualdades pela área urbana e rural. Essas desigualdades são tanto com relação à demanda educativa quanto às condições da oferta educativa.

O apoio para melhorar conquistas educativas nos setores pobres é prioridade para a equidade social. E os resultados são medidos principalmente, mesmo que não exclusivamente, na continuidade educacional daqueles grupos que têm as conquistas mais baixas. A continuidade é relevante em três aspectos: a permanência nas aulas, a progressão efetiva ao longo do processo e a permanência no sistema, isto é, diminuição máxima da evasão escolar. Existe um quarto elemento, mais difícil ainda de ser medido, que é a aprendizagem, cuja mensuração se dá por provas padronizadas e de forma geral.

Entre essas medidas constantes que estão nas reformas educacionais, com maior ou menor ênfase prática, poderíamos diferenciar uma, que seria passar medidas compensatórias e puntualizadas para áreas de menor rendimento escolar, cujo apoio aos grupos mais carentes possa ter efeitos constantes no tempo. Ou seja, fazer inversões e melhoramentos sustentáveis. Segundo, gerar programas intersetoriais que tenham impacto mais sistêmico sobre as condições de acesso dos pobres à educação formal.

É preciso motivar a continuidade educacional dos alunos, com pertinência curricular. Ou seja, fazer com que os alunos de alguma forma sintam que os conteúdos e as práticas pedagógicas com as quais têm contato ajudam realmente, não somente em termos de capacitação para o futuro, mas também em termos presentes.

É fundamental também, como a CEPAL já mencionou e os países da região também

mencionaram, nas regiões educativas, nos anos 90, o compromisso dos governos para aumentar o investimento público em educação, tanto em termos absolutos quanto em porcentagens do PIB.

Queria tratar um tema muito importantes, ou que tem cada vez mais importância, que é essa lacuna digital e sua relação com a exclusão social. Essa lacuna é realmente o grande problema, que vai de produtividade de rendas laborativas, ou seja, quanto menos informatizadas estejam as crianças ou menos familiarizadas com a linguagem de informática, menos possibilidades terão de ser produtivas. A palavra "produtivas" para os economistas tem um sentido restrito, que está vinculado ao ingresso nas rendas das famílias. E isso vai ser cada vez mais importante como opção de mobilidade ocupacional, de possibilidade de mudar de emprego e de melhorar, subir na pirâmide de renda. Ou seja, aquele que não está conectado vai estar excluído de forma cada vez mais intensa e diversa.

Na América Latina, os níveis ainda são muito baixos. E não são somente muito baixos, mas também estão muito ligados a grupos sociais.

Se a inclusão social passa, de alguma forma, pelo acesso ao conhecimento, pela participação na utilização da tecnologia de rede, o sistema formal então seria a chave principal para fazer uma difusão desse acesso.

Na escola o acesso pode ser democratizado, porque aí está a grande maioria das crianças e adolescentes. Existem experiências nacionais incipientes nesse sentido, das quais podemos aprender.

Hoje, se esse espaço digital constitui um grande problema para inclusão ou exclusão social, e se nos lares, em termos de custos, é inviável ter acesso a infra-estrutura ou equipamentos para informática, as escolas são o espaço natural para que as políticas públicas possam socializar o trabalho em rede. Lógico que isso não é fácil, porque não é somente instalar computadores ligados à Internet, em alguma sala comum nas escolas. Claro que isso já é muito, sem dúvida, devido aos recursos disponíveis. Mas é necessário também dar espaço e tempo para que as crianças possam interagir com o computador e ter possibilidade

de se familiarizar com essa linguagem tão dramática que o mundo hoje tem de incluídos e excluídos.

Selim Tahan. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Gostaria de aproveitar a oportunidade para ser um pouco poético. Lá, em 1920, T. S. Eliot viu as pessoas sentadas e perguntou: "Por quê? Será que eles estão sonhando coisas e não estão perguntando?". Acho que chegou o momento em que temos de perguntar: por que não questionar? Por que não ter uma sociedade em que todos sejam incluídos no processo de tomada de decisão; em que todos tenham oportunidades? Por que não ter uma sociedade na qual não haja marginalização? Por que não ter uma sociedade na qual as pessoas tenham conhecimentos, tenham cultura e tenham melhor nível de vida?

Deixem-me começar com seis observações. A primeira observação: há muitas pessoas que ainda se sentem pouco à vontade ao falar sobre exclusão, porque vêem a exclusão como um processo deliberado, intencional e não gostam da idéia. Mas não há nada de natural em relação à exclusão. A exclusão é proposital, porque ou você a fez ser direta ou você tomou alguma atitude, em algum ponto, que resultou na exclusão. Minha resposta a isso é que realmente há um caráter deliberado. Pode não ser diretamente, como a gente vê a exclusão num dado momento. Mas em algum ponto, alguma ação houve, que foi deliberada no sentido de criar a exclusão. Por essa razão, tampouco estou de acordo com a noção de exclusão ativa e passiva. Não há nada de passivo na exclusão.

A segunda observação é que foi dito muito sobre a relação entre pobreza e exclusão. E creio que, se a gente examinar essas questões em profundidade, podemos ter duas conclusões ou comentários. A primeira: se a gente toma a pobreza apenas em termos de privação, de falta de renda, evidentemente ela vai além disso, porque inclui a não-participação na tomada de decisão e nas oportunidades econômicas.

E não podemos compartimentar, dizendo que isso é exclusão e aquilo é pobreza. A conclusão é a de que pobreza e exclusão

social se reforçam mutuamente. Se você é pobre, tem chances de ser excluído. Se você está excluído, a probabilidade é de que sofrerá a pobreza também.

Em segundo lugar, há um elemento constitutivo na exclusão e há um caráter também instrumental. Todos queremos estar ligados uns aos outros. Todos queremos ser parte da comunidade social. Então, valorizamos a participação e a inclusão por seu valor intrínseco. E esse é o elemento constitutivo da exclusão. Mas, se você é excluído, nesse caso, você é excluído também de outras coisas. Diminui sua capacidade de ganhar sua renda, diminui sua capacidade de participar do processo de decisão política. Então, a exclusão também tem um caráter instrumental.

A terceira observação é que a exclusão tem muitas faces e opera em muitos níveis. Num nível, pode-se falar de exclusão econômica, de exclusão social, exclusão cultural etc. Em outro, podemos falar das forças que levam à exclusão.

A quarta observação é que a desigualdade e a discriminação são os principais vetores da exclusão. Todos sabemos que há diferentes tipos de discriminação, em diferentes pontos do mundo, seja em função da raça, da etnia, do gênero. A discriminação sempre leva as pessoas à periferia da sociedade, à marginalização da sociedade. A segunda questão é que a desigualdade é um vetor importante da exclusão. E, aqui, gostaria de fazer uma observação específica em relação à educação. Hoje, a desigualdade é criada não por causa da distribuição da terra ou de diferentes formas de acesso aos recursos produtivos.

Sexta e última observação: a questão de como se vê a exclusão social. Todos sabemos que somos parte do mundo globalizado e do sistema globalizado. Também pensamos coisas muito boas sobre a globalização. As pessoas têm dito que a globalização abriu portas para oportunidades. Mas prestem atenção: a porta da globalização é uma porta de vai-e-vem. Ela gira, às vezes, com tanta rapidez que, basicamente, bate no seu rosto.

com essa perspectiva, podemos tomar dois exemplos para ver quão séria é a exclusão. Peguemos a questão da desigualdade de

gênero. Houve muitas conquistas em diferentes sociedades. Há muitas sociedades onde as mulheres têm boas oportunidades, boas capacidades. Mas não há uma única sociedade no mundo inteiro onde as mulheres sejam tratadas da mesma forma que os homens. É uma questão de grau. E, se examinarmos os dados sobre onde está ocorrendo a decisão, onde estão os empregos de altos salários, sabemos que as mulheres ainda representam 20% dos parlamentares do mundo e, em muitas sociedades, os salários pagos às mulheres são menos de dois terços dos pagos aos homens. E um mundo dividido, onde as oportunidades políticas e econômicas ainda são dominadas pelos homens.

Se pegarmos a Internet, que foi anunciada como tecnologia do amanhã, podemos analisar alguns aspectos. Em primeiro lugar, usar a Internet e ter computadores significa que você precisa ter uma boa renda. Em segundo lugar, se você precisa ter acesso aos computadores, também precisa de um nível alto de educação - precisa de educação superior. A maioria das pessoas, no mundo inteiro, que são usuárias da Internet têm diploma superior.

E o que é estranho: o gênero também importa. A Internet e os computadores são dominados pelos homens. A maior parte dos usuários da Internet são, basicamente, pessoas jovens, antes de 30 anos. E a língua importa também. Embora o inglês seja falado por menos de 10% das pessoas no mundo, 90% a 95% dos usuários da Internet é o seu uso se passa em inglês.

Portanto, a conclusão básica é que, se você não pertence à classe de alta renda, não tem educação superior, é mulher, é idoso e não fala inglês, para usar a linguagem do computador, você está fora do time. Essa é a dimensão da exclusão de que estamos falando.

com esse quadro em mente, passemos às políticas.

Lembrem-se de que há discriminações inerentes às políticas. A exclusão que vemos é o resultado dessas políticas discriminatórias, políticas macroeconômicas. Nós falamos sobre os subsídios à educação, subsídios à saúde. Se analisarmos esses subsídios, vamos ver que a grande maioria deles vão para pessoas que

pertencem aos 20% da camada mais alta da sociedade. Se analisarmos os subsídios à educação, vamos ver que eles estão sendo utilizados por pessoas mais instruídas, ou seja, no nível superior, e não no nível primário e secundário. Portanto, precisamos nos concentrar nesses tipos de discriminações em termos de políticas.

A outra questão genérica: algumas vezes, temos uma visão muito setorial. Falamos sobre exclusão, associamos com educação. Falamos sobre exclusão e associamos a saúde. Falamos sobre exclusão e associamos a crédito. Mas há sinergias entre todos esses aspectos. Há sinergia entre educação e saúde. Se você é instruído, você tem boa saúde. Se você tem boa saúde, você será instruído. E se você quiser maximizar essas políticas, tirar as vantagens máximas, precisa aproveitar as sinergias dessas diferenças.

Em terceiro lugar, as instituições são importantes. A fim de sublinhar e aprimorar a inclusão social, precisamos ter instituições apropriadas.

A última questão genérica é que precisa haver alianças. O desenvolvimento, hoje, é muito amplo e complexo para ser deixado a cargo de uma única pessoa. Seja o setor privado, seja o governo, todos têm um papel a desempenhar no processo de desenvolvimento.

com essas questões genéricas, podemos, então, refletir sobre algumas questões de política. A primeira é: precisamos de políticas antipobreza e antiprivação. E quais são algumas dessas políticas? Um componente dessa política seria remover a afluência de viés urbano e rural. O segundo componente pode ser políticas econômicas e sociais que aumentem a renda dos 20% mais pobres. Se a taxa de renda da camada 20% mais pobre crescer mais do que a do restante da sociedade, você terá uma sociedade em que a inclusão social do pobre aumentará.

O tipo de crescimento de que estamos falando aqui não é apenas em termos de quantidade, mas também em termos de qualidade. O crescimento pode se manifestar na criação de empregos, na redução de pobreza, na participação, na presença de voz, na ausência de

voz. Pode estar na cultura, pode estar num ambiente amigável ou pode ser inútil. O que temos de aumentar é o acesso do pobre aos serviços essenciais na saúde, na educação, na nutrição.

Finalmente, precisamos de um sistema de uma rede de segurança social, proteção apropriada ao pobre na época de crise, sem conflito. Nós precisamos criar essa rede de segurança para o pobre. Depois, devemos eliminar procedimentos discriminatórios.

As pessoas falam sobre gênero e no desenvolvimento de paradigmas. O desenvolvimento de paradigmas sempre envolve viés de gênero. Quando falamos sobre oferta de emprego, não falamos sobre o papel da mulher em questões produtivas e reprodutivas, não falamos de que forma as mulheres podem alocar tempo entre o papel produtivo e o papel reprodutivo. Portanto, devemos eliminar esses procedimentos discriminatórios em questão de gênero.

Precisamos criar políticas de democracia inclusiva. A democracia é boa, mas também pode ser excludente. Basicamente, se você tem 51%, você tem a maioria e, portanto, tem democracia. Mas lembre-se de que aqueles 49% não estarão com você. Então, nós podemos partir para a maioria, mas, no processo, deixar para trás minorias - diferentes raças, diferentes gêneros, pessoas que não são fortes para lutar.

A última questão de política é colocar a educação como elemento principal da política de inclusão social. A educação tem muitas utilidades. Se temos educação, temos como construir recursos humanos, habilidades, produtividade, saúde. Nós vemos países onde as mulheres têm instrução com um resultado muito positivo na saúde das crianças e na saúde reprodutiva da mulher. A educação também ajuda a reduzir a desigualdade de gênero.

como comecei com um poema, vou concluir com um poema. E, dessa vez, vou falar de Robert Frost. O poema é *A Estrada não Trilhada*. As últimas quatro linhas dizem o seguinte:

"Vou deixar isso com um sorriso, com um suspiro
Vou partir para estradas que apenas eu trilhei
até agora

E isso foi o que fez toda a diferença"

Hoje estamos numa encruzilhada. Que estrada vamos tomar? A inclusão ou vamos manter o *status* da exclusão? A estrada da inclusão pode ser aquela menos percorrida, menos trilhada. Mas tenham certeza: é a que vai fazer a diferença amanhã. O tipo de decisão que tomarmos hoje, a estrada que trilharmos hoje determinará o mundo em que nossos filhos e nossos netos viverão amanhã, porque, no computo geral, a escolha que fizermos hoje determinará o futuro.

Alejandro Grispun. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

O problema da inclusão social não é um problema novo na região. com diversos nomes, a partir de enfoques diversos e variados, os debates sobre inclusão social fazem parte do pensamento social latino-americanos há pelo menos 50 anos.

Recentemente, o tema da distribuição e da necessidade de construir sociedades mais integradas, que incluam as pessoas, ficou relegado a segundo plano no marco desse novo clima ideológico, que postulava a primazia do mercado e da iniciativa privada como motores do desenvolvimento e via na ação distributiva do Estado, se não um elemento antagônico, pelo menos, um obstáculo para a implementação eficaz de políticas orientadas ao crescimento.

Esse novo clima ideológico não deixou de ter impacto na renda social da região. O problema social foi redefinido como tema não tanto de distribuição, mas de pobreza. Mas, de certa maneira, desvincularam-se dois problemas que eram a tradição do pensamento político-social da região e sempre estiveram associados intimamente.

não quero dizer com isso que a ênfase que demos ao combate à pobreza como objetivo central da política social, bem como a descentralização do gasto público não tenham tido efeitos positivos. Quero dizer que muitos dos méritos atribuídos à descentralização na prestação dos serviços sociais - tais como o fato ' de dotá-los de maior flexibilidade a condições locais, maior capacidade de resposta às demandas da população atendida,

bem como maior transparência e sustentabilidade - quando se aproximam dos beneficiários, muitos desses méritos estão comprometidos.

com relação à ênfase na pobreza, é difícil obviamente não aplaudir os esforços dos países para atacar esse flagelo que está tão enraizado nas nossas regiões. Mas falar da pobreza - sem focar a totalidade da pobreza, falar dos mais pobres, dos indigentes, como se este universo existisse de forma independente do problema da distribuição implica desvincular o tema de uma dinâmica social que gera, num extremo, maior concentração de riqueza e, no outro, maior desarticulação e vulnerabilidade social.

Diante desse panorama, vemos recentemente um crescente interesse na região para ir além da preocupação por diminuir a pobreza, conter a pobreza. Muitas das novas estratégias de intervenção na área social, como comprovamos nas apresentações anteriores, estão se preocupando cada vez mais em cortar os vínculos que reproduzem a pobreza e a exclusão por meio da equiparação de oportunidades na área educacional.

Junto com uma deterioração da qualidade dos postos de trabalho, aconteceu também um aumento importante do desemprego aberto, particularmente urbano, que cresceu mesmo em períodos de auge econômico. Acho importante destacar que, na evolução social da América Latina, incorporar-se à fila dos assalariados implicou, anteriormente, uma forma de mobilidade ascendente e um dos principais mecanismos de inclusão social.

Na região, esse processo de integração aconteceu somente de forma parcial. Foi um processo completo, à medida que o emprego assalariado no setor não regulado pela economia nunca deu segurança ou cobertura social. Hoje, esse mecanismo se quebrou, observando-se uma dissociação cada vez maior entre crescimento econômico e geração de empregos de qualidade.

Mas tanto o aumento dessa desocupação quanto a precarização do emprego tiveram forte incidência na pobreza.

Devemos lembrar também que são poucos os países da região com um sistema de

seguro-desemprego. E ainda nos casos em que tal seguro existe, tanto sua cobertura quanto o valor e a duração dos benefícios são extremamente limitados e excluem, particularmente, uma proporção substancial da força de trabalho concentrada no segmento não-estruturado, não-formal, que, devido ao caráter irregular e precário de seu emprego, deveria ser precisamente aquela que mais precisa de proteção social.

Além disso, existe outro motivo fundamental pelo qual começamos a ver um renascimento do interesse pela distribuição e pela necessidade de maior equilíbrio e integração entre as políticas econômicas e sociais na região. Isso está relacionado à constatação de que a desigualdade, pelo menos em níveis tão acentuados quanto os da América Latina, constitui um obstáculo para diminuir a pobreza. O contrário, uma distribuição altamente equitativa, permite maximizar o impacto de crescimento na diminuição das taxas de pobreza.

É importante dizer que a pobreza seria muito menor na América Latina se a região tivesse níveis de desigualdade semelhantes aos de outras regiões do mundo, em vez dos que mostrou no começo e durante o transcurso da década de 90.

Outro estudo, realizado pelo PNUD, pela CEPAL e pelo IPEA, conclui que, se existem mudanças na distribuição de renda, as taxas necessárias para alcançar a taxa do milênio são muito elevadas e proporcionalmente maiores para países com níveis mais altos de desigualdade.

A conclusão deste e de outros estudos, então, é que a pobreza na América Latina - e isso não é novidade - em grande medida, é um problema de distribuição.

Entre as medidas que teriam um grande impacto na melhoria da qualidade de vida das pessoas está o investimento em educação.

O desafio está em incorporar efetivamente a equidade ou reincorporá-la de forma plena na agenda social, principalmente na agenda econômica da região, e conseguir uma articulação maior entre as políticas econômicas e sociais do que aquela que aconteceu na nossa região nos últimos anos.

Rosemary Barber-Madden. Representante no Brasil do Fundo de População das Nações Unidas - FNUAP

Para resumir um pouco as reflexões sobre como políticas públicas podem influenciar indicadores sociais, acho que ouvimos plenamente dos nossos colegas que o nível de educação tem impacto na saúde, tem impacto na prevenção ou eliminação de violência, que é muito importante para o desenvolvimento dos adolescentes na sociedade, para seu futuro no mercado de trabalho, além da redução das iniquidades de gênero. Programas não-verticais, ou seja, programas intersetoriais, programas que envolvam alianças na sociedade criam sinergias importantes para a inclusão. Também ouvimos uma série de complexidades nas políticas de inclusão, que têm a ver com a questão da exclusão e inclusão e não são questões somente de renda, somente de raça, somente de gênero.

Síntese das respostas dos palestrantes às questões do público

Mercedes (Secretária de Estado de Educação da República Dominicana')

A exclusão por gênero e por classe social tem sido amplamente debatida e, hoje em dia, estão sendo aplicadas medidas em consequência dessa discussão. Seria interessante que o senhor (Selim Jahan) fizesse referência à exclusão por raça e como ela afeta o desenvolvimento humano dos indivíduos.

Selim Tahan

como vocês sabem, muitos países preparam relatórios sobre índices de desenvolvimento humano. Lógico que isso acontece também no Brasil. Especialmente onde há grandes diferenças, discriminações raciais, o índice de Desenvolvimento Humano que foi desagregado em termos de raça mostra sérios problemas de exclusão.

Para dar um exemplo, quando os indicadores de desenvolvimento humano foram desagregados no Nepal, a expectativa de vida de um indivíduo da classe mais alta era de 68 anos e a de uma pessoa da classe mais

baixa, 48 anos. Portanto, essa diferença mostra tipos de disparidade e desigualdade em termos de saúde e educação.

Em outro exemplo, quando desagregamos esse nível de desenvolvimento humano nos três principais grupos nos Estados Unidos - ou seja, americanos brancos, afroamericanos e americanos hispânicos - e o comparamos com o índice de Desenvolvimento Humano dos demais 174 países, os americanos brancos estão no nível máximo de expectativa de vida. Mas os afro-americanos estão em trigésimo-segundo lugar e os hispano-americanos, em trigésimo-sexto. Então, basicamente, estamos falando sobre três sociedades em uma.

Mesmo nesse exercício, você não precisa de metodologias separadas. Mas o tipo de indicadores e tipos de índices de composição que estão disponíveis, se você os desagregar em termos de produtos raciais, em termos de insumos para os grupos étnicos, você terá um retrato verdadeiro da sociedade.

Apenas para concluir, isso também mostra o tipo de sociedade em que se vive, porque todos sabemos que as médias sempre mascaram uma série de disparidades. Nós dizemos, brincando, que se metade de seu corpo estiver na geladeira e a outra metade no forno, na média, você estaria se sentindo muito bem.

PAINEL III

MARCOS LEGAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E O PAPEL DO ESTADO



A partir da esquerda: Carolyn Heinrich, Armand Pereira, Eduardo Suplicy, Floriano Pesaro, Lúcio Alcântara, Saulo de Castro Beserra e Pedro A. F. de Oliveira

Lúcio Alcântara, Senador da República

Queria aproveitar minha oportunidade para dar uma visão política das transformações que aconteceram no Brasil nos últimos anos. A visão que tenho desses movimentos transcende os limites dos partidos políticos e até dos poderes da República.

Nós todos que vivemos no Brasil, conhecemos o Brasil, sabemos que há, senão por força da teoria, mas da prática, uma certa hegemonia ou predominância do Poder Executivo, no sentido de que iniciativas políticas, reformas institucionais e assim por diante, só ocorrem promovidas pelo Poder Executivo, pelo presidente da República ou, no mínimo, com sua concordância. Todavia, se examinarmos alguns dos mais importantes marcos legais dos últimos anos, que tratam, das políticas sociais - e vou me dispensar de falar do papel do Estado em políticas públicas de caráter social, porque estamos falando de um país que tem 1/3 de sua população entre pobres e miseráveis - , isso, por si só, já tem um poder coagente sobre o Estado de que ele atue no sentido de promover políticas públicas que resgatem essas populações, não só com políticas compensatórias, mas com políticas

que permitam equipar essas pessoas de um mínimo de conhecimento, de informação, que" possam acenar com um futuro melhor para si e para suas famílias.

Então, há duas características no processo de elaboração desses projetos, de transformação em leis ou em marcos legais nesse programas de caráter social. O primeiro deles: o Brasil é um país que tem oscilado, ao longo da história, com surtos de concentração e descentralização de poder. Quer dizer, ora temos uma União Federal extremamente forte, concentradora do poder, praticamente anulando iniciativas e autonomia política e financeira de estados e municípios, ora convivemos com períodos de grande descentralização de poder, isto é, onde os municípios, desde a Constituição de 1988 considerados entre federados, e os estados têm muito mais autonomia e muito poder.

A partir da Constituição de 1988, consolidou-se um processo de desconcentração. Quer dizer, municípios, sobretudo os municípios, adquiriram muito mais competências, recursos e, numa palavra, muito mais poder. E isso de um lado facilita a execução de políticas públicas talvez com mais eficiência, mais próxi-

mas da população e, portanto, com um grau, uma dose de realismo maior, que permite o engajamento da própria comunidade e uma maior fiscalização e aumento da margem de acerto do que decisões tomadas em Brasília para se cumprir nos municípios.

Um exemplo disso é o Bolsa Escola. Quando a União implantou o Projeto, já havia experiências surgidas em vários municípios brasileiros. O Bolsa Escola Federal é um programa que começou com o chamado Programa de Garantia de Renda Mínima vinculado à educação e, depois, transformou-se no Programa da Bolsa Escola, com uma abrangência e um universo de beneficiados muito maior.

A outra característica que quero mencionar é que os principais projetos de grande impacto - como políticas públicas de combate à pobreza, programas sociais voltados para a criança, para o adolescente, para o excluído, para o pobre, para o miserável - foram discutidos, gestados, trabalhados no Legislativo. Sempre reconhecendo que o Congresso Nacional não tem o poder de criar despesas novas, assim como não tem o poder de propor reformas institucionais, administrativas - quer dizer, criar órgãos, extinguir órgãos.

como relator, tive um longo, penoso às vezes, processo de negociação, até construir uma forma que fosse aceitável pelo Poder Executivo e que atendêssemos nossos objetivos. Foi criar um Fundo, que deve ter a duração mínima de dez anos e que deve gastar, pelo menos, 4 bilhões de reais por ano. Então, estamos falando de 40 bilhões de reais como gastos mínimos desse Fundo, ao longo de dez anos.

Esse Fundo é o que, hoje, está financiando programas como Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Agricultura Familiar, saneamento básico em pequenas comunidades rurais. Enfim, se tornou uma grande fonte de financiamento desses programas.

O Fundo de Combate à Pobreza sofreu uma grande crítica durante sua tramitação, porque acharam que o dinheiro era pouco, os recursos não eram suficientes. Todavia, há um conselho, no qual a sociedade está representada, para acompanhar esse programa, evitar o desperdício e evitar o desvio do dinheiro, ao mesmo tempo que há ampla

divulgação do programa, a execução pelas comunidades permite uma fiscalização maior, a partir dos conselhos municipais, e do próprio Ministério Público, que hoje é uma figura presente e com atuação extremamente construtiva no sentido de fiscalizar e fazer cumprir a lei, principalmente aquelas voltadas para os excluídos, para aqueles que têm mais dificuldades, que têm problemas, que não têm renda, que não têm educação, que não têm saúde, que não têm casa, que não têm saneamento e que são os destinatários finais desses programas.

Pedro A. F. de Oliveira. Coordenador do IPEC no Brasil

O trabalho do IPEC no Brasil, desde 1992, foi um trabalho relativamente fácil, se nós compararmos a outros países. Um terreno extremamente fértil, o programa encontrou no Brasil. Realmente existia aqui um ambiente favorável, existia uma demanda crescente, latente para mudanças concretas. Mas, na verdade, existia uma necessidade muito forte da sociedade brasileira, que estava relativamente desorganizada nas questões sociais, nas suas instituições, na formação de controles sociais. E era uma necessidade de recuperar uma década econômica perdida, a década de 80, que, na verdade, não contribuiu para um desenvolvimento social e econômico da forma que se almejava.

Embora existam vários fatos que possam ter contribuído para esse ambiente muito positivo da sociedade brasileira, no início dos anos 90, realmente a Constituição de 88 foi um marco fundamental no arcabouço jurídico brasileiro.

Coloquei, a título de exemplo, as duas Convenções que, de fato, atualmente, estão mobilizando e permeando as articulações internacionais e nacionais em torno do tema trabalho infantil. É a *Convenção 138* e a *Convenção 182*. A primeira trata da idade mínima de ingresso no mercado de trabalho das crianças e dos jovens brasileiros. A *Convenção 182* trata das piores formas de trabalho infantil.

No que diz respeito à última, em apenas três anos, a OIT presenciou uma ratificação recorde: lió países ratificaram e

incorporaram nas suas legislações os artigos e as linhas que estavam desenhadas nesta Convenção. Ou seja, é uma diferença muito clara de postura, não somente internacional, mas também nacional. O Brasil foi um dos primeiros países a ratificar. E, dali, iniciou-se no Brasil um debate muito fervoroso em torno das piores formas de trabalho infantil. Isso aliado também a uma mudança acadêmica importante.

A partir de 1995, pudemos presenciar na produção acadêmica que, até então, o trabalho infantil era visto como uma solução para a pobreza. Isso era amplamente conhecido e até apoiado por muitas instituições. A partir de 95, percebeu-se que, na verdade, o trabalho infantil estava perpetuando a pobreza dessas famílias e não se estava chegando a lugar algum.

Houve também outro aspecto, em nível internacional, que começou a mudar o debate. Entidades financeiras que tradicionalmente não cuidam de assuntos sociais começaram a incorporar, nas suas políticas cotidianas, assuntos relativos à questão do trabalho infantil ou da pobreza de uma forma geral. Recentemente, vimos que existe uma preocupação muito clara dos bancos internacionais em não somente proporcionar empréstimos, mas também que esses empréstimos sejam vinculados a programas e ações que possam efetivamente erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável.

A partir da vinda de novas abordagens não-governamentais ao tema trabalho infantil, pudemos desenvolver nos anos 90 uma transformação muito grande no que diz respeito à organização da sociedade civil.

O memorando de entendimento que o Brasil assinou junto à OIT, para a acolhida do IPEC no Brasil, vai além de um instrumento legal de compromisso ou de uma vontade política de enfrentar o problema do trabalho infantil. Ele era uma solução para a própria pobreza. A partir do momento em que se evidenciaram alguns casos dramáticos de exploração de mão-de-obra infanto-juvenil, o governo precisava realmente assumir que existia esse problema. Isso foi feito com muita responsabilidade.

Dentro desse momento, o Brasil, mais uma vez, nesse afã de construção de mecanismos legítimos de combate e de defesa da sua sociedade, desenvolveu o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Fórum este que tem um formato muito inovador e democrático, demonstrando que o Brasil, independentemente das divergências de abordagens do tema trabalho infantil, entre os seus atores, conseguiu agregar num único ambiente temas de difícil abordagem, mas com fáceis soluções. Isso foi feito em 1994, e hoje, temos fóruns estaduais e alguns fóruns municipais. Mas, na verdade, são várias políticas concretas, difíceis de serem nomeadas em sua totalidade.

Por último, e não menos importante, está o papel da imprensa, porque a imprensa começou a evoluir na sua abordagem, incorporando temas novos em relação à infância, não apenas com caráter de denúncia, mas também com caráter de serviços construtivos da sociedade brasileira e de soluções necessárias para enfrentar o problema. Ainda que não seja um marco legal, foi um marco que rondou os gabinetes do Legislativo em torno dessa questão e sensibilizou os congressistas.

Nesses últimos dois anos, o IPEC começou a atuar na área de educação, no contexto da jornada ampliada, que julgamos ser o mecanismo de inserção social, de cidadania para as nossas crianças no cenário local e no cenário nacional. A jornada ampliada é o espaço no qual a criança pode desenvolver habilidades complementares à formação educacional, a partir de outras abordagens. E nós desenvolvemos isso juntamente com o PETI, uma metodologia muito importante, que pode facilmente ser desenvolvida dentro das políticas socioeducativas do Programa Bolsa Escola.

Essas são ações de educação novas - é a fase em que nos encontramos agora. E, na verdade, avançar na discussão de novos temas. Temas ainda tabus em alguns ciclos, como o trabalho infantil doméstico, tráfico de drogas, não somente o tráfico, mas o plantio de entorpecentes, e também a exploração sexual e a pornografia a que as nossas crianças estão sendo cada vez mais submetidas.

Finalizando, estamos agora na fase realmente cheia de desafios. Um deles é encontrar instrumentos para ampliar essas novas discussões que já existem a novos interlocutores da sociedade brasileira. O interesse é realmente de contribuir para que as iniciativas públicas possam estar mais integradas, tanto para otimizar os recursos quanto para facilitar que se busquem mais..

Até agora, vimos trabalhando na erradicação do trabalho infantil, sobretudo nas suas piores formas. O Bolsa Escola Federal é um exemplo concreto de abordagem política de prevenção ao trabalho infantil, a partir da educação.

Armand Pereira. Diretor da OIT no Brasil

Tenho a hipótese de que precisamos, no mundo de hoje, realizar uma análise mais profunda do papel do Estado, o qual necessita ser bem diferente daquele que talvez tenhamos em muitas sociedades, devido a diversos problemas que estamos hoje encarando com dificuldade.

O aumento do desemprego, do subemprego e da pobreza em muitos países exige a participação do Estado, não como controlador-produtor, mas como protetor: mais gastos em programas sociais e medidas compensatórias.

Existe uma dificuldade crescente do Estado em responder às exigências sociais e, como o Estado busca não se mudar muito, há uma ênfase maior na sociedade civil, na terceira via, na responsabilidade social das empresas e talvez até na necessidade de apoios multilaterais, conferências e acordos intergovernamentais, convenções internacionais etc. E o que eu poderia até chamar de quarta via, que é o retorno da Igreja, das novas igrejas, como forma de substair em certo nível o papel do Estado.

Existe, ao longo da história, uma alternância de tendências, inclusive algumas contradições, sobre: o que é o Estado, para que é o Estado, quem são os detentores do poder do Estado, a estrutura pode ou não pode mudar, é possível atender à sociedade com mudanças paliativas e aumentos de recursos em programas, ou seria necessária uma mudança maior na estrutura do Estado, na distribuição etc?

com a queda do Muro de Berlim e com

os avanços da tecnologia, começamos a ver uma nova esperança de integração econômica mundial. Começamos a pensar também na possibilidade de uma abertura maior de mercados e, com isso, uma ênfase maior na globalização. No entanto, dez, onze anos depois da queda do Muro de Berlim, estamos de volta a um período de alta instabilidade, de alta insegurança planetária, de grandes dificuldades de poder, de dúvidas sobre sua capacidade de atender à resolução, dos problemas principais de pobreza, desemprego etc.

Então, deparamo-nos com uma grande contradição entre, de um lado, os objetivos da globalização, que são de maior convergência e maior solidariedade mundial, e de outro, uma tendência que nos parece, pelo menos em curto prazo, oposta, a julgar pelas estatísticas de desemprego, pobreza, subemprego etc.

Perante essa situação, junto com os desafios da educação como instrumento de inclusão social, com os problemas de violência, os problemas da droga e do tráfico, estamos, então, obrigados a pensar no papel do Estado.

É muito fácil dizer "as exigências da sociedade aumentaram. Temos que aumentar os nossos programas e recursos e, ai, fica tudo perfeito". não podemos esquecer que houve reforma do Estado nos últimos anos. Precisamos analisar, então, qual foi o impacto dessas reformas recentes e se existe coerência entre a via constitucional e aquilo a que o Estado se propõe a fazer, já que são as constituições que definem o papel do Estado fundamentalmente.

Nas últimas duas décadas, tivemos uma série de reformas do Estado, na verdade, voltadas para mais eficiência, privatizações. Mas isso, evidentemente, tem começado a ser questionado em alguns casos. Em geral, essas reformas foram conseguidas não por juristas, ou políticos, ou magistrados que entendiam de Direito Constitucional, mas sim, por pressões perante a dificuldade de estabilização financeira dos Estados.

Em alguns casos, pode-se questionar até que ponto essas reformas inibiram o Estado de aplicar aquilo que tinha nas suas próprias convenções. Essa é uma questão que pode ser levantada à medida que muitos países, especialmente a partir dos anos 40, fizeram novas

constituições incluindo colocações sobre a área econômica, o papel do Estado na economia, na sociedade, sobre educação etc. O problema é que faltam recursos para dar seguimento a isso. Há necessidade de maior lideranças e esforços para fazer avançar as propostas.

Sobre questões de renda mínima. À medida que o pleno emprego, embora importante, não consegue mais ser facilmente realizável, devido à tecnologia e uma série de outros aspectos, é evidente que cada vez mais temos de dar ênfase a medidas alternativas de renda mínima. Nós estamos falando de Bolsa Escola, mas há outras formas. Existem países que tratam de renda mínima como direito garantido do cidadão, e outros, que tratam como medida compensatória, seletiva, com critérios diversos.

Tínhamos também, nessas opções, a possibilidade de uma renda mínima nacional vinculada ao imposto de renda, ou como diversos programas do Brasil, em nível nacional, estadual e municipal, via alocações diretas, inclusive por meio do cartão Bolsa Escola.

Também temos alternativas em termos de administração desses programas- de renda mínima. Eles podem ser condicionados à frequência escolar, como no Bolsa Escola, voltada para menores, mas também podem ser condicionadas à frequência escolar voltada para maiores, que estão entrando no mercado de trabalho, mas podem conseguir uma bolsa para estudar, em vez de trabalhar.

Pode haver também a renda mínima condicionada a trabalho para a comunidade, que alguns municípios chamam de frente de trabalho. Mas, na verdade, isso é uma mistura de pleno emprego com renda mínima, que é, para nós da OIT, uma alternativa bastante interessante, porque atende a objetivos diferentes. E também tem a possibilidade de renda mínima não condicionada a escola ou trabalho, por razões ou de promoção de igualdade social, para pessoas que podem ser grupos desprivilegiados, que não estão nem na escola nem no trabalho, ou pela idéia básica de que o cidadão tem direito a uma renda mínima.

Sobre as novas formas de organização social, as questões da terceira via, do terceiro setor, a responsabilidade social das empresas,

podemos dizer o seguinte: tudo isso é válido, é importante como medida suplementar do papel do Estado. Todavia, evidentemente não substitui o papel do Estado no atendimento às questões básicas de educação, de erradicação do trabalho infantil, de erradicação da pobreza. É muito conveniente para alguns Estados poder transferir esse papel para o terceiro setor, porque, com isso, evitam mudanças maiores na estrutura e na redistribuição do poder.

Carolyn Heinrich. Professora na Universidade da Carolina do Norte. EUA

O Programa Nacional Bolsa Escola, que o governo descreve como uma abordagem de dupla inclusão social, aumentando a renda mensal e a participação na educação pública de famílias carentes no Brasil, serve como modelo para o papel do Estado no desenvolvimento social. A justificativa para este papel existe nos domínios públicos, econômicos e privados. O conceito econômico das externalidades ajuda a entender a justificativa jurídica quanto ao papel do Estado para promover a inclusão social.

A pobreza tem custos sociais bastante altos que não são corrigidos por processos de mercado. Entretanto, os fatores que contribuem para a pobreza não estão tão claros para nós. Consensos jurídicos e sociais sobre a abordagem do problema da pobreza e os seus custos sociais, relativos a saúde, perda de produtividade, crime, problemas urbanos, surgiram de forma muito lenta. Ao mesmo tempo, a maioria dos Estados já reconhece que • esses problemas externos podem ser mitigados pela educação, cujos¹ benefícios sociais aumentam a produtividade, investem no crescimento e, portanto, trazem benefícios individuais para aqueles que a buscam.

A importância na geração de políticas de infra-estrutura que abordem, simultaneamente, tantos fatores externos negativos e positivos da pobreza e da educação tornam-se claros quando reconhecemos que o custo privado da pobreza também aumentou o custo privado da educação, à medida que algumas famílias determinam que, mesmo com a disponibilização da educação pública gratuita, elas não têm condições de enviar seus filhos à

escola. Élas os mandam para o trabalho. E, portanto, o Estado, com o exemplo do Programa Bolsa Escola Federal, assumiu a obrigação financeira de oferecer um benefício mensal - uma bolsa a essas famílias que têm um custo muito alto da pobreza, ou seja, cuja renda *per capita* é inferior a um salário mínimo. Essa quantia deveria ser suficientemente alta para as famílias decidirem que os lucros de mandarem os seus filhos à escola superam os custos de tê-los nas ruas.

Nesse tipo de programa, é imperativo que se verifique o cumprimento por parte do Estado da transferência dos benefícios para as famílias de forma eficiente, para determinar se os procedimentos para concessão e qualificação para o programa estão adequados e eficientes.

A tarefa mais desafiadora é determinar os resultados econômicos e sociais atribuíveis a programas como o Bolsa Escola. A lista dos benefícios potenciais para os indivíduos e para a sociedade é longa. O trabalho de identificar os impactos atribuíveis à intervenção, ao papel do Bolsa Escola Federal, é intenso em relação ao tempo e aos recursos. Requer uma coleta de dados no nível estadual e municipal de grande escala. Os investimentos públicos que são feitos no Programa também devem ser avaliados, porque os legisladores querem resultados rápidos e positivos. E os maiores impactos do Programa, provavelmente, surgirão no longo prazo, no transcorrer do tempo. Em alguns Estados, no Brasil e em outros locais onde programas semelhantes são implementados, o ritmo mais lento da mensuração desses impactos testará a vontade política e a vontade pública de continuar a apoiar esses programas.

É importante ter em mente que a inclusão social através da maior participação, com acesso mais equitativo à educação pública, é apenas um primeiro passo num processo de longo prazo para chegar à igualdade social e econômica.

O Bolsa Escola representa um avanço em termos dos compromissos das comunidades e dos cidadãos e da vontade política do governo para atingir os objetivos de longo prazo de inclusão social e econômica.

como única representante dos Estados Unidos aqui, gostaria de fazer alguns comen-

tários em relação às questões de inclusão social. Estou desapontada com certas atitudes do meu governo nos Estados Unidos, no sentido de restringir acesso aos mercados de alimentos e de aço. A verdadeira globalização significa ver os nossos vizinhos da América Central e do Sul e de outros lugares da mesma maneira como vimos as pessoas que vivem dentro das nossas fronteiras.

Assim, precisamos ver os efeitos negativos das externalidades dessas ações para cidadãos fora do nosso país e para muitos dos nossos próprios cidadãos nos Estados Unidos, que querem comprar os seus produtos. Essas políticas aumentam as vantagens privadas para uns poucos, ao custo social para muitos. Temos uma obrigação social - não uma obrigação jurídica -, no sentido de adotar ações que compensem os que sofrem os custos das nossas políticas. Mas, melhor ainda, precisamos mudar as políticas, se queremos ser parceiros globais verdadeiros na promoção do bem-estar econômico e social.

Eduardo Suplicy, Senador da República

Thomas Paine, em 1797, escreveu *Justiça Agrária* para o Parlamento francês, ali expondo que a pobreza é algo que tem a ver com a civilização e com a instituição da propriedade privada, pois ali, na América, entre os índios, ele não via tanto isso. Mas era de bom senso, ele argumentava, que uma pessoa que cultivasse a terra, realizasse benfeitorias, pudesse usufruir do cultivo. Era seu plano que todas as pessoas que assim o fizessem pudessem, então, receber pelo trabalho, pelo cultivo realizado, mas deveriam destinar uma parcela daquele rendimento para um fundo que a todos pertenceria. Desse fundo, uma vez acumulado, se pagaria a cada pessoa residente naquela nação, ao completar 21 anos, 15 libras esterlinas, que hoje seriam 1.500 libras esterlinas, e ao completar 50 anos e, daí para a frente, a cada ano, 10 libras esterlinas. Isso

co
mo um direito de todas as pessoas, por residirem naquela nação, onde deveriam ter a possibilidade de participar da riqueza, o que lhe Toi retirado quando instituída a propriedade privada, porque, na sua origem, a propriedade era comum a todos.

Ainda que Thomas Paine tenha defendido isso brilhantemente há cerca de 205 anos, em verdade, pouco a pouco é que as nações, inclusive a nação onde ele nasceu, foram reconhecendo este fato. E quando o próprio país de Thomas Paine reconheceu isso? Foi no ano passado. O primeiro-ministro Tony Blair anunciou que, a partir de 2003, se instituirá o *Children's Fund Trust*, o fundo patrimonial da criança, segundo o qual toda criança nascida no Reino Unido passará a ter, como direito à cidadania, um depósito de 250 libras esterlinas ao nascer e, ao completar, respectivamente 6, 11 e 16 anos, mais 50, 50 e 50. Se for de família pobre, esses depósitos serão, respectivamente, de 500, 100, 100 e 100. E, como passarão a render juros, quando essa pessoa completar 18 anos, ela iniciará sua vida com algo, aproximadamente, como 5 mil libras esterlinas.

Nos Estados Unidos da América também se está discutindo o direito a um capital básico. Bruce Ackerman e Anne Alstott em *The Stakeholder Society*, em 1999, propuseram que todo norte-americano, ao completar sua maioria de 21 anos, tenha o direito de receber um capital básico de 80 mil dólares. Todavia, os economistas e filósofos que têm estudado essa matéria estão convencidos de que melhor seria ou uma combinação de capital básico e renda básica - porque, afinal de contas, um pode ser transformado no outro - ou simplesmente uma renda básica, uma renda mínima garantida e igual para todos e incondicionalmente.

Nós poderíamos observar quais são os propósitos que desejamos. Queremos, é claro, o direito de todos participarem da riqueza da nação. Queremos expandir o grau de liberdade dos seres humanos. E seria interessante examinar, ao longo da História, como evoluiu a proposta de garantia de uma renda para todos e como inclusive relacionou-se à educação.

A palavra mais citada na Bíblia refere-se à justiça social. Se formos ao Novo Testamento, ali nas parábolas de Jesus, como a do senhor da vinha, ele explica como contratou diversos trabalhadores ao longo da jornada, contratando com cada um o que achavam justo. E ao final da jornada, foi pagando, primeiro para os últimos, até que che-

gou no primeiro. E este lhe perguntou: "Mas como? O senhor está me pagando o mesmo que ao último que aqui chegou e eu trabalhei mais do que ele?" "Ora, você não percebe que está recebendo exatamente o que ambos consideramos como justo e que o último que aqui chegou também tem o direito de receber aquilo que se faz necessário para o sustento de sua família?" Também em São Paulo aos Coríntios, ele disse que todos deveriam seguir o exemplo de Jesus que, em sendo tão poderoso, resolveu se solidarizar e viver com os mais pobres, de forma tal que, conforme está escrito, para que haja justiça, para que haja igualdade, toda pessoa que colheu uma safra abundante não tenha demais e o que colheu uma safra pequena não tenha de menos.

Se formos ao *Alcorão*, encontramos, no Livro dos Radis, ou dos califas que sucederam a Maomé ou Muhammad, como o califa Omar, que dizia que toda pessoa com um grande patrimônio deveria destinar uma parcela deste para os que pouco ou nada têm. Se formos olhar o budismo, vamos encontrar, por exemplo, no livro do Dalai Lama *uma Ética para o Novo Milênio*, que, se for para aceitar o consumo tão suntuoso dos mais ricos, então precisaremos assegurar a sobrevivência de toda a humanidade.

Poderíamos ir adiante na História e olhar o que nos disse Thomas More a respeito de algo que, a toda hora, está sendo objeto de discussão, inclusive no Brasil de hoje: o aumento da criminalidade e da violência, dos assaltos, dos roubos, dos homicídios. Ali se estava discutindo a pena de morte, em 1516, e Thomas More observou que, muito mais eficaz do que infringir esses castigos horríveis a quem não tem outra alternativa senão a de, primeiro, tornar-se um ladrão, para depois ser transformado em cadáver, é assegurar a sobrevivência das pessoas.

Um pouco adiante, encontramos com aquele que sintetizou tão bem o pensamento de política de Aristóteles, que foi Karl Marx. Ele observou que, numa sociedade mais amadurecida, os seres humanos irão se portar de tal maneira a poderem inscrever, como lema de sua bandeira na sua sociedade, de cada um, de acordo com sua capacidade, a cada um, de

acordo com suas necessidades. Em 1946, Jorge Stigler, Prêmio Nobel de economia, observou numa análise sobre o salário, que, se fosse para erradicar a pobreza e conseguir o pleno emprego, mais eficaz do que salário mínimo seria um imposto de renda negativo, que proveria uma garantia de renda para todos.

Em 1962, Milton Friedman, um dos apóstolos do capitalismo, que considera o capitalismo o sistema mais consistente com a liberdade do ser humano, em *Capitalismo e Liberdade*, observou que o capitalismo não resolvia adequadamente o problema da pobreza e que, se quisesse resolvê-lo, o instrumento mais eficaz e racional seria o imposto de renda negativo.

Na mesma década de 60, outro economista - um dos mais brilhantes economistas da atualidade, James Tobin, que infelizmente faleceu - desenvolveu, ao mesmo tempo, os conceitos de imposto de renda negativo e também de renda básica.

E, em 1986, na Europa, um grupo de jovens pensadores, filósofos e economistas fundou a Rede Européia da Renda Básica, *The Basic Income European Network*. Nos Estados Unidos da América, no ano passado, instituiu-se a rede nos Estados Unidos da renda básica garantida, irmã gêmea da BIEN, da Basic Income European Network. O objetivo é estudar todas as experiências de renda mínima, renda garantida, salário de assistência, renda mínima de inserção, renda de cidadania, Bolsa Escola e assim por diante, mas para propugnar que, em cada nação, institua-se uma renda básica incondicional, a que denomino de Renda de Cidadania, ou seja, todas as pessoas vão passar a receber.

"Mas como? Você quer pagar, Eduardo até aos mais ricos?". Sim, só que estes irão pagar proporcionalmente mais para que eles próprios e todos recebam. "Mas como você vai assegurar uma renda até àquelas pessoas que eventualmente têm uma tendência à ociosidade, àquelas pessoas que têm tendência inarredável à vagabundagem?" Sim. Vamos pagar a todos. Afinal de contas, como dizia Bertrand Russell, esses são relativamente poucos. Ademais, as pessoas realizam tantos trabalhos para a humanidade que são importantes e que nem sempre são valorizados no mercado,

trabalhos desde a amamentação, o cuidado com as crianças e tantas coisas.

Mas é preciso considerar que a Constituição brasileira, como a dos Estados Unidos e de outros países, assegura o direito à propriedade. E, ao assegurar o direito de propriedade, isso significa que nós estamos assegurando aqueles que têm fábricas, hotéis, restaurantes, supermercados, fazendas, terrenos, títulos podem receber juros, lucros, aluguéis, dividendos etc. E, por acaso, a Constituição brasileira obriga os que detêm o capital a trabalharem? Alguém se lembra de que os ricos, por acaso, são obrigados a trabalhar porque recebem rendimentos do capital? não. Pois bem, se nós asseguramos aos mais ricos, aos que detêm o capital o direito de receber rendimentos, mesmo sem trabalhar, então por que não estender este mesmo direito a todos, aos ricos e pobres?

O que eu procuro demonstrar é que a Renda de Cidadania constitui uma solução. Se quisermos erradicar a pobreza para valer, melhorar a distribuição da renda e garantir liberdade e dignidade real ao ser humano, então devemos instituí-la.

Em abril de 1991, apresentei no Senado a proposta de um imposto de renda negativo para a garantia de uma renda mínima a todos os adultos. Todas as pessoas que não recebessem R\$ 400,00, aproximadamente hoje teria direito a 30% ou a 50% da diferença entre este valor e sua renda. Foi daí que surgiu o debate sobre a garantia de renda mínima e José Márcio Camargo, Cristovam Buarque e outros acharam melhor a idéia de se conferir a garantia de uma renda mínima às famílias, desde que a criança estivesse estudando, porque, sem dúvida, um dos principais problemas brasileiros era o número tão grande - ainda o é - de crianças que são, por vezes, instadas por seus pais a trabalharem precocemente. Então, provendo a garantia de uma renda para essas famílias carentes, as suas crianças poderiam ir à escola. Daí, surgiram as experiências municipais de Bolsa Escola, que acabaram resultando no projeto de Renda Mínima Associada à Educação, sancionado em 2001, em abril do ano passado, mas que ainda constitui um passo nessa direção.

Nós, do PT, votamos favoravelmente, mas avaliamos que se trata de um passo modesto. Avaliamos que devemos seguir um passo mais além. O projeto de garantia de renda mínima que apresentei, em 1991, foi aprovado no Senado Federal por unanimidade. Todos os partidos votaram a favor. E o hoje presidente da República, que era líder do PSDB, enalteceu o projeto como uma utopia realista, com os pés no chão, tendo o Senado Federal colocado os pingos nos "is" para torná-lo factível. Mas, se quisermos, efetivamente, mudar a realidade brasileira, precisamos ir além da garantia de uma renda simplesmente associada à educação. Esse é um passo formidável. Mas precisamos ir além, para fazer com que cada ser humano tenha efetiva liberdade.

Apresentei, em 4 de dezembro passado, um projeto segundo o qual a partir de 2005, seria instituída uma renda de cidadania, igual para todos, paga em parcelas iguais, o que poderá ser por ano ou preferencialmente mensais, com valor a ser definido pelo Poder Executivo. Seria inicialmente uma quantia modesta, mas paga igualmente a todos. E, em outubro de 2004, haveria um referendo popular para que os brasileiros decidissem se queriam ou não isso - o que, em princípio, acredito que será votado no Senado e na Câmara.

Num primeiro momento, pode-se dizer que é inviável pagar R\$ 40,00 (R\$ 480,00 por ano) a 170 milhões de brasileiros, o que daria R\$ 80,6 bilhões. Ora, mas em 1999, por exemplo, só de juros internos e externos, e da dívida pública nos três níveis somamos R\$ 86 bilhões. Então, nós, brasileiros, fomos capazes de arrecadar R\$ 86 bilhões, em 1999, para pagar aos titulares da dívida interna e externa brasileira, em forma de juros.

não estou dizendo para deixar de pagar. Estou dizendo que, se fomos capazes de fazer isso, efetiva-se a proposta de garantir a todos o direito inalienável de participar da riqueza da nação e obter dignidade e liberdade. Em acréscimo, é claro que todas as pessoas, se tiverem rendimento, vão querer ter as suas crianças na escola. E isso é importante também de se examinar, porque, de outra forma, vamos continuar a não ter efetiva liberdade para os jovens brasileiros.

Saulo de Castro Bezerra. Presidente da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude

Fui informado de que aqui são 34 países presentes. E como Presidente de uma Associação de Juizes e Promotores da Infância e Juventude, num painel em que estamos discutindo marcos legais de desenvolvimento social e o papel do Estado, não poderia deixar de dizer que a Associação que presido, também com muita honra, reúne 5.500 juizes e promotores de Justiça da Infância e Juventude de todo o País.

Dentro dessa Associação, temos como marco o *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Tivemos uma lei neste país, de 1927 a 1990, que não previa nenhum direito às nossas crianças e adolescentes. O *Estatuto da Criança e do Adolescente* quebra toda essa seqüência de negação de direitos e coloca como dever da família, da sociedade, da comunidade e do poder público a defesa intransigente e com absoluta prioridade de todos os direitos de crianças e adolescentes à vida, à saúde, à educação. E o direito à educação foi elevado a direito social mais relevante no Brasil.

A Associação, então, ganhou um novo enfoque e também uma nova tarefa, porque, a partir daquele momento, juizes e promotores tinham um instrumento legal para intervir, caso fosse negado um direito da criança ou adolescente, qualquer direito fundamental.

E esse foi um marco importante. A lei por si só não é capaz de mudar a realidade social. A lei é apenas um dos instrumentos. A realidade social se muda com mobilização da comunidade, se muda com capacitação dos seus agentes, que se propõem a ser agentes transformadores. E, para isso, eles precisam dispor desse instrumento.

A proposta inicial da ABNP era fazer com que juizes e promotores, junto com os seus parceiros estratégicos - e tenho de fazer justiça a tantos e grandes parceiros que já conseguimos no país -, saíssem dos seus gabinetes e comesçassem a discutir garantia de direito à educação, de forma ampla, para todas as crianças e adolescentes deste País. Conseguimos movimentar, junto com o Fundescola, mais de 3-200 juizes e promotores, que agora,

dentro das suas comarcas, passaram a ser os reprodutores daquela capacitação, como agentes de transformação social.

Agora, educação não é um mérito em que só passa aquele que obedece as regras pré-estabelecidas. Educação é um direito e, como tal, tem de ser garantido a todos.

PAINEL IV

AVALIAÇÃO, MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE RENDA MÍNIMA



A partir da esquerda: Elizeu de Oliveira Chaves Júnior, Emanuel Skouffias, Ricardo Paes de Barros, Floriano Pesaro, Denise Coitinho e Pedro Olinto

Ricardo Paes de Barros, Diretor do Departamento Social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

Nesse momento em que estamos desenvolvendo todos esses programas e estamos prontos a deslanchar uma série de sistemas de avaliação, eu queria discutir não tanto como avaliar esses programas, mas por que avaliar esses programas. Queremos avaliar, em especial, o impacto de todos eles, porque só sabendo o impacto vamos saber quais são os programas mais efetivos e, portanto, vamos ser capazes de alocar melhor os recursos na área social.

Todos sabemos que, apesar de alocarmos um grande volume de recursos na área social, o grau de desigualdade no Brasil tem permanecido incrivelmente resistente a toda essa política social. Isso quer dizer que temos de tornar essa política social mais eficaz, por meio da realização de avaliações de impacto, de tal maneira que se possa canalizar recursos para aqueles programas que têm maior impacto.

Essa é uma preocupação geral. Mas eu tenho uma preocupação mais específica sobre o Bolsa Escola Federal. O dilema que quero colocar é o seguinte: quando pegamos os recursos hoje gastos com educação no Brasil, percebe-se que parte desses recursos transferimos para a escola, direta ou indi-

retamente, e parte é gasta com a família. Tradicionalmente, antes do Bolsa Escola, grande parte ia para a escola, sobrando muito pouco para a família.

De repente, percebemos que, para aumentar e melhorar o desempenho educacional, temos que investir não só na escola, mas temos que aumentar a demanda ou facilitar o acesso à escola, com investimento nas famílias. Então, surgiu o Bolsa Escola.

A questão que se coloca é a seguinte: como saber se vale a pena, mantendo o orçamento da educação fixo, tirar recursos que transferíamos para a escola e transferi-los para as famílias? O que é mais importante? Recursos para os pais colocarem seus filhos na escola e, portanto, aumentar a demanda pela escola, ou melhorar a qualidade da escola e, com isso, tentar atrair as crianças?

O que vou tentar mostrar é que a resposta pode não ser única para o Brasil. Talvez, a resposta em Santa Catarina seja que devemos aumentar as transferências para as famílias pobres em Santa Catarina, porque a escola já é incrivelmente atraente. Pode ser que, num estado mais pobre, o oposto seja verdade. O mesmo problema vai surgir no Bolsa Alimentação e em qualquer outro programa. Quer dizer, você aumenta a quali-

dade do serviço que presta ou aumenta a demanda por aquele serviço? Na verdade, esses dois fatores são complementares, mas se há um limite orçamentário, sempre se enfrenta essa dicotomia. A questão só pode ser respondida com uma avaliação de impacto.

Outro ponto, antes das questões de avaliação, é sobre os mecanismos que levam o Bolsa Escola a ter impacto sobre o desempenho educacional. O Bolsa Escola tem um impacto direto sobre a renda das famílias e, conseqüentemente, sobre a freqüência à escola. Além disso, existe o impacto via participação dos pais, o que influencia positivamente o desempenho educacional. Gostaria de deixar aqui, como proposta, uma modificação no Bolsa Escola, para permitir um impacto direto sobre a participação dos pais na escola.

O Bolsa Escola, como vai ser um programa universal, em toda avaliação de impacto, é necessário um grupo de comparação, ou seja, pessoas similares àquelas que estão no Programa que, por alguma razão, não tiveram acesso a ele.

Para a avaliação de programas universais, a literatura apresenta basicamente quatro alternativas. Uma alternativa é a avaliação de egressos, que é simplesmente comparar o antes com o depois, e isso é extremamente limitado. Outra maneira é obter a variabilidade do valor das bolsas, por meio da comparação entre famílias com números diferentes de crianças, ou entre o valor da bolsa pago por programas diferentes. A terceira possibilidade é usar dados longitudinais e ter uma variabilidade no programa ao longo do tempo. Por fim, podemos fazer uma análise que chamamos de séries temporais, que significa prever o desempenho educacional olhando para uma longa série do passado e associar esse adicional de desempenho educacional ao Bolsa Escola. O grande problema com essa última estratégia é que o efeito de qualquer outro programa acelerado nesse período vai estar confundido com o do Bolsa Escola.

Denise Coitinho. Diretora do Programa Bolsa Alimentação do Ministério da Saúde

O Programa Bolsa Alimentação tem características muito semelhantes ao Bolsa

Escola, mas é voltado para gestantes, mulheres em fase de amamentação e crianças até seis anos. É um programa da saúde, que tem como objetivo fazer uma transferência monetária às famílias com membros nessas características, em risco nutricional e que se comprometam com uma renda positiva em saúde.

A sistemática de operação do programa é bastante semelhante, no sentido de que utiliza um cadastro único, as transferências monetárias têm inclusive os mesmos valores e contemplam de um a três benefícios por família. A Bolsa Alimentação vem como um incentivo de demanda, que faz com que se aumente não só a oportunidade do beneficiário ter acesso aos serviços e a um complemento de renda, mas também aumenta a responsabilidade do gestor local com a prestação de serviços de saúde de melhor qualidade.

O Bolsa Alimentação foi criado no final de setembro do ano passado, com o seguinte desafio estipulado pelo então ministro da Fazenda, José Serra: "Eu quero um programa que tenha avaliação desde o começo, porque não podemos mais fazer gastos na área social deste País, se não tivermos os mecanismos já muito claros, muito bem desenhados e delineados, para saber se o que estamos aplicando está na direção correta ou não".

Então, incorporamos esses mecanismos de monitoramento e avaliação de impacto já desde a concepção do desenho do programa, para poder medir, descrever as situações em desenvolvimento, analisar os resultados, causas, obstáculos e efeitos, identificar efeitos não previstos, reorientar as ações e aperfeiçoar a funcionalidade dos processos.

como em todo programa, existe um componente de avaliação que é operacional, que avalia as estruturas e processos, rotinas e gestão. O nosso programa tem uma série de mecanismos de acompanhamento e supervisão e sistemas de informação, de acompanhamento sistemático de processos.

Também começamos a fazer, desde o início, a concepção da avaliação de resultados de impacto, porque queríamos saber os efeitos intencionais que tínhamos na concepção do programa. Queríamos saber o impacto do programa no estado nutricional dos bene-

ficiários, mas também a eficiência dos nossos critérios de focalização. Ou seja, estamos identificando aquelas famílias e aquelas crianças, de fato mais vulneráveis ou carentes dentro das comunidades a que estamos atendendo? Queríamos saber o impacto sobre a economia local, refletidos na mudança de distribuição de renda nos municípios, na frequência e na variedade dos itens alimentares adquiridos pelas famílias e na extensão do efeito da comercialização do crédito e o investimento local.

É claro que, quando se fala de um conjunto de programas, como hoje temos no Brasil, de transferências de renda, muitas dessas dimensões da avaliação dos impactos que obtemos com nosso programa são compartilhados. É por isso também que, nesse processo de avaliação, trabalha-se muito junto do Bolsa Escola, para poder potencializar esse processo de avaliação, porque alguns resultados certamente serão comuns e muitos deles não vamos talvez nem conseguir diferenciar. Buscasse avaliar também a relação entre custo e efetividade do programa, além do status da mulher e o espaço na decisão familiar. O impacto do programa varia entre distintos grupos ou em diferentes regiões ao longo do tempo. Ocorrem efeitos positivos ou negativos não previstos.

Dessa maneira, formamos um núcleo nacional de avaliação, não só com nossa equipe, mas também com centros de colaboradores no país todo, regionais, que são as universidades brasileiras, alguns departamentos ligados à nutrição, consultores nacionais, e buscamos o apoio técnico do IFPRI. Então, sabemos definir bem claramente os fins, propósitos, indicadores, qual é a situação atual e o impacto esperado de cada um desses indicadores do nosso programa. E delineamos as metodologias a serem empregadas. Fizemos um questionário e aplicamos um pré-teste, chegando a duas metodologias que agora já estão em campo, pelo menos uma delas.

Primeiro, estamos fazendo um estudo retrospectivo com um grupo de comparação em municípios que aderiram ao programa há pelo menos seis meses.

Num segundo desenho de avaliação, complementar a esse primeiro, queremos ava-

liar a qualidade da focalização. E também formar uma linha de base que nos permita fazer avaliações repetidas ao longo do tempo.

Nos estudos retrospectivos que realizamos em quatro municípios, já analisamos 1.500 crianças. Tivemos perdas muito pequenas, inferiores a 2%. Ou seja, conseguimos efetivamente, a partir de amostras dos nomes dos beneficiários, fazer a amostra aleatória dessas pessoas, voltar e efetivamente encontrá-las na casa, com uma perda muito pequena. Formamos equipes de campo, incluindo os coordenadores estaduais do programa, o que tem sido um grande mecanismo de capacitação de quadros do país.

Nosso questionário contemplou vários módulos: características do domicílio, composição da família, saúde materna e da criança, despesa da família, consumo e despesas diretas com alimentos, antropometria das crianças menores de 7 anos, participação nos outros programas e um módulo específico sobre a auto-estima da mulher.

As características do domicílio, quando se usa a recolha direta, permitem fazer uma comparação com o cadastro, a fim de validá-lo em um primeiro nível.

Nós temos envolvido muito os estados nesse processo, o que tem sido gratificante. Sentimos que estamos formando uma rede de pessoas no país que realmente aprende e incorpora no seu cotidiano de trabalho a necessidade de pensar em avaliação desde o início dos programas.

Os benefícios têm sido pagos com regularidade e a preferência dos beneficiários é clara por transferências financeiras em vez de qualquer outra medida, como alimentos, cestas básicas ou produtos alimentares específicos. Existe uma utilização prioritária dos benefícios na compra de alimentos, o que é mensurável pelo trabalho de campo - inclusive o comércio local realmente se organiza para ofertar alimentos na data das transferências monetárias, em torno dos dias de pagamento.

O compromisso dos agentes comunitários de saúde no acompanhamento da agenda também tem sido satisfatório. E a focalização na mulher é adequada, mas a observe-se que uma modificação efetiva na

inserção social da mulher dentro daquelas comunidades ainda requer, de fato, um trabalho muito mais longo. Até o momento são seis meses do programa e não conseguimos ainda perceber ou sentir uma mudança significativa nesse aspecto, embora seja uma das dimensões principais de nossa avaliação.

Emanuel Skoufias, Pesquisador Senior do Instituto Internacional de Pesquisa em Política Alimentar

Inicialmente, é importante ressaltar que o Progresá é uma combinação de Bolsa Alimentação e Bolsa Escola. Trata-se de um programa cujo objetivo é aliviar a pobreza do capital humano em longo prazo. E aqui, capital humano tem um sentido amplo, sentido de educação, saúde e nutrição. Mas, ao mesmo tempo, é um programa de curto prazo, para produzir efeitos rápidos sobre a pobreza, por meio da transferência de fundos para as famílias.

A principal característica do Progresá, que hoje se chama Oportunidades, é a intervenção simultânea e orientada nos três setores-chaves: educação, nutrição e saúde. Seu principal objetivo é aumentar a utilização de escolas e instalações hospitalares já existentes. Outras características são a transferência de dinheiro, ou de fundos, e o fato de a avaliação do programa ter sido incluída como parte de sua concepção, desde as fases iniciais.

É um programa bastante amplo. Chega a cerca de 2,6 milhões de famílias, em 72 mil localidades ou 40% de todas as famílias rurais do México. O orçamento anual, no momento, é de cerca de 1 bilhão de dólares ou 0,2% do PIB do México.

Alguns detalhes operacionais do programa. Um componente-chave do programa são as chamadas promotoras, que são basicamente mulheres eleitas ou escolhidas pela comunidade para atuar como trabalhadoras externas. Estão em contato contínuo com as autoridades do Progresá, e respondem às dúvidas que as famílias possam ter sobre o programa, bem como sobre quando os pagamentos serão feitos. Outra característica operacional importante é desempenhada pelas autoridades da escola regularmente. Elas têm de certificar a matrícula uma vez por ano e

preencher uma série de formulários a cada dois meses, para atestar a frequência do aluno.

A seleção dos participantes é feita em duas partes. Primeiro, a administração central do programa, na Cidade do México, seleciona as localidades ou cidades que poderão participar do programa. Essa seleção é feita com base no índice de marginalidade e na infra-estrutura disponível. Em segundo lugar, uma vez definidas as localidades participantes do Progresá, eles contatam os censos de todos os lares locais. Com base nesse censo, selecionam as famílias que se beneficiarão do programa.

O programa foi avaliado por intermédio do que chamamos de um desenho aleatório, quase randômico da localidade. Basicamente, o Progresá determinou, nos seus estágios iniciais, que seria importante ter um grupo de comparação bastante semelhante aos usuários, às famílias que participam, mas ainda não receberam a intervenção.

Um total de 24 mil famílias foi pesquisado antes e após o início do programa. Dessa forma, podíamos estabelecer comparações sobre como os lares beneficiados ou os lares que iriam ser beneficiados poderiam ser comparados àqueles lares com famílias que se tornariam beneficiários num estágio posterior do processo.

Quanto às ferramentas de avaliação, realizamos levantamentos domiciliares formais, observações, entrevistas, grupos focais com beneficiários, líderes locais, médicos, enfermeiras, professores e as promotoras. Basicamente, observamos os lares antes do início do programa, em cerca de quatro rodadas de levantamentos, e depois, com rodadas a intervalos de seis meses. Informações adicionais são obtidas por questionários dirigidos à comunidade, questionários clínicos, levantamentos, dados administrativos, estudos nutricionais, notas dos alunos e rendimento escolar.

Fundamentalmente, é melhor dispor de observações de grupos de comparação antes e depois do início de um programa, porque, de outra forma, comparando apenas os beneficiários antes e depois, é provável a obtenção de resultados enganosos.

A avaliação cobriu vários tópicos, por exemplo: as metas, a exatidão, o impacto sobre

os pobres, sobre a matrícula, sobre a frequência escolar, sobre os resultados e sobre a juventude, a utilização das instalações de saúde, a nutrição infantil, a nutrição dos grupos familiares, análise do custo e da efetividade dos custos do programa, o impacto sobre a situação das mulheres e a questão do emprego.

com relação à educação, as questões-chaves da avaliação foram as seguintes: se há mais crianças freqüentando a escola por causa do Progres; quanto se pode esperar de aumento na frequência escolar; se há maneiras mais efetivas, em termos de custo, de levar as crianças à escola; se o Progres tem mais impacto em certas séries; se há efeitos sobre a taxa de evasão, a repetição e a readmissão escolar.

Depois do início do programa, aumentou a taxa de matrícula das meninas - o impacto do programa foi maior sobre as meninas do que sobre os meninos. É interessante que grande parte do aumento da matrícula de meninos na escola resultou do fato de eles trabalharem menos nas fazendas e nas atividades domésticas. Isso sugere que programas como Bolsa Escola e Progres também podem ter um impacto negativo ou positivo sobre o trabalho infantil.

O Progres teve efeito positivo sobre a frequência escolar, tanto para meninos quanto para meninas, nas idades de escolas secundárias - 8% para os meninos e 14% para as meninas. E houve um impacto negativo sobre a participação das crianças no mercado de trabalho, especialmente dos meninos.

Por outro lado, não se observou aumento na taxa de frequência às escolas. Essa é a parte preocupante. A percentagem de tempo que as crianças dedicavam à escola não aumentou. O Progres também melhorou os resultados escolares em 10% e isso permitirá um aumento das rendas durante a vida das crianças de 8%. O programa foi efetivo no sentido de manter as crianças na escola no momento crítico da transição da escola primária para a secundária, mas foi menos efetivo no sentido de trazer de volta as crianças à escola e de mantê-las ali.

Fizemos também uma comparação, que o Dr. Paes de Barros sugeriu, e descobrimos que dar transferências financeiras para as

famílias é mais efetivo em termos de custo do que as intervenções alternativas. Então, no caso do México, foi melhor pagar às famílias do que investir em instalações escolares.

Elizeu de Oliveira Chaves Júnior, Consultor Geral do Programa Nacional de Bolsa Escola

O tema avaliação, desde o começo do Programa Bolsa Escola Federal, assim como no Bolsa Alimentação, foi considerado uma questão essencial. A própria lei e o decreto que, respectivamente, criam e regulamentam o Programa deixam claro que o processo de avaliação deve fazer parte de sua gestão.

Então, desde a implantação das ações socioeducativas até o processo de auditoria dos municípios, temos um trabalho de avaliação que percorre cinco caminhos, começando pela avaliação de diagnóstico. A avaliação de diagnóstico nada mais é do que um estudo para avaliar se os números previstos originalmente para o atendimento do público beneficiado correspondem à realidade.

O segundo eixo da avaliação relaciona-se à focalização, para saber se o público mais necessitado é realmente aquele que está sendo atingido. Quer dizer, se os 10,7 milhões de crianças e 5,6 milhões de famílias que idealizados e estabelecidos como meta desse benefício realmente são aqueles que estão na faixa de renda almejada pelo Programa.

Em terceiro lugar, temos uma avaliação de monitoramento ou avaliação de processo, para identificar se os procedimentos, o trabalho com os municípios e o trabalho da secretaria estão sendo efetivos na implantação do Programa em relação aos objetivos que foram determinados, principalmente considerando o modelo de descentralização.

E, enfim, a avaliação custo-benefício, para medir se estamos gastando menos ou mais, em relação à utilização dos recursos, com o gasto que deve ser priorizado, ou seja, com o benefício. No primeiro ano, sempre existe um gasto maior, por causa da confecção do cartão. Mas nosso Programa é um dos mais baratos em termos de gestão, porque a descentralização obtida pelo Bolsa Escola Federal faz com que o custo seja realmente reduzido.

Por último, uma avaliação que merece

toda atenção é a do impacto do Programa Bolsa Escola Federal - tanto na questão educacional quanto na economia municipal. É importante frisar que o Bolsa Escola Federal é um programa essencialmente educacional. Existem os efeitos colaterais positivos que identificaremos no processo de avaliação, principalmente no que tange à redução do trabalho infantil e a mudança de comportamento e dos hábitos da família em relação ao ensino e à educação.

Tivemos uma experiência com o IPESPE, o Instituto de Pesquisa Econômica, Social e Política, que foi uma pesquisa realizada em 63 municípios, de todas as regiões -9% na Região Norte, 50% na Região Nordeste, 24% na Região Sudeste, 55% na Centro-Oeste e 12% no Sul. Quanto ao número de pessoas residentes por domicílio, quatro a nove pessoas são os números mais representativos que obtivemos.

Em relação ao número de crianças por família, observou-se que a grande maioria tem duas ou três crianças no Programa. A média nacional de idades é bem distribuída, 76% de 6 a 10 anos e uma faixa de 26% de 11 a 15 anos. Em relação ao parentesco dos responsáveis, 79% são mães, mas temos também avôs e avós.

Quanto ao que a família identifica como objetivo do Programa Bolsa Escola, temos: melhorar a educação no Brasil, ajudar as famílias carentes com dinheiro e tirar as crianças do trabalho infantil.

Partimos da tese de que a família teria grande facilidade em sacar o dinheiro a partir do cartão magnético. Só que, por outro lado, uma nova tecnologia deve ser sempre encarada como um desafio, quando se vai inseri-la em um determinado grupo ou estrato social que não está acostumado. E o que a gente vê é que há facilidade de utilização do cartão no depoimento das famílias.

A maior parte das famílias, realmente, acha que o pagamento do benefício tem sido em dia, o que é um dado operacional interessante. Grande parte da população dos beneficiários está satisfeita, em diferentes níveis, com o Programa.

Sobre os Conselhos de Controle Social. O Conselho é uma das principais instâncias do Programa, já que conta com membros da

comunidade que têm isenção e o papel específico de receber denúncias e fazer o controle do Programa. com a participação da comunidade, ele funciona como fiscalizador local do Programa. Mas grande parte das famílias ainda não tem acesso nem conhece o papel do Conselho, não o identificou ainda como órgão responsável. Isso demonstra que o trabalho planejado de capacitação dos conselhos tem que ser feito, porque o Conselho é absolutamente necessário para que o Programa funcione. Para encerrar, observou-se que, em vários casos, a avaliação em relação ao Programa superou as expectativas

O Programa é recente e estamos colocando na prática um plano de avaliação, em conjunto com o PNUD, para ter uma amostra significativa no nível nacional, com relatórios periódicos que possam ser utilizados de forma informatizada e sistêmica para o processo de gestão. Entendemos a avaliação como algo que deve ser retroalimentado para que o Programa melhore.. Então, o primeiro beneficiado da avaliação do Programa não seria a população, mas o próprio Programa, que tende a ficar melhor com o que for obtido e, conseqüentemente atender melhor a população.

Pedro Olinto, Pesquisador do IFPRI

O *International Food Policy Research Institute*, Instituto Internacional de Pesquisa em Política de Alimentação e Nutrição, tem sua base em Washington. Nossa missão principal é identificar e analisar políticas sustentáveis para satisfazer as necessidades de alimentação e nutrição das populações pobres do mundo. Iniciamos agora um projeto de pesquisa aqui no Brasil, com o Bolsa Alimentação. Tínhamos antes o projeto no México e também em Nicarágua e Honduras.

como o Progesa, o PRAF caracteriza-se por intervenções simultâneas em três setores - educação, saúde e nutrição - com o objetivo de aumentar o uso dos serviços de educação, aumentar o uso dos serviços de saúde e nutrição e ter uma avaliação já acoplada ao programa desde o início. Está beneficiando 110 mil famílias, em 70 municípios de Honduras, o que representa 20% da população rural.

O PRAF não só cria incentivo para

aumentar a demanda por serviços de saúde e educação, como também gera incentivos e condições para melhorar a qualidade da oferta dos serviços de educação e saúde.

O IFPRI foi contratado para fazer o desenho da avaliação desse programa piloto, do PRAF, fase II. E estávamos interessados em fazer a comparação entre os recursos alocados para a melhoria da oferta dos serviços de saúde e educação e os recursos alocados para melhoria ou aumento da demanda dos serviços de educação e saúde.

Então, os 70 municípios do programa foram os mais pobres de Honduras. Cada um deles foi colocado em um grupo de intervenção, aleatoriamente. Vinte municípios, por sorteio, foram colocados no grupo 1, que recebe somente incentivo à demanda, ou seja, apenas a transferência monetária às famílias. Mais vinte municípios foram colocados no grupo 2, que recebe tanto o incentivo à demanda quanto o incentivo à melhoria da oferta dos serviços de saúde e educação, ou seja, a transferência às associações de pais e mestres e às equipes de melhoramento da saúde. No grupo 3, há dez municípios que recebem apenas incentivos à melhoria da oferta dos serviços - as transferências às APMs e aos centros de saúde. O grupo 4 é o de vinte municípios que não recebem nada, porque é o grupo controle, para que se possa fazer a comparação do impacto das três intervenções.

Foi feito um sorteio, no escritório do PRAF, com a presença de todos os prefeitos de cada município, para que eles pudessem ver que não houve nenhum favorecimento político.

Destes 70 municípios, selecionamos uma amostra de famílias para fazer, então, a avaliação de impacto. De cada município, selecionamos oito comunidades ou bairros. De cada comunidade ou bairro, selecionamos dez famílias, perfazendo oitenta famílias por município, ou 5.600 famílias no total. Em termos de levantamento de campo, fizemos a linha de base, ou seja, a entrevista inicial com todas as 5.600 famílias, em setembro de 2000. O programa piloto PRAF Fase II começou em novembro de 2000. Vamos fazer, depois de dois anos, o segundo levantamento de campo, já iniciado em maio de 2002, e planeja-se é ter um terceiro

levantamento em junho de 2003, dependendo do impacto medido agora.

Em termos de dados do levantamento de campo, são 5.600 entrevistas familiares. Em média, cada entrevista leva duas horas com cada família. Cada entrevistador faz, mais ou menos, 2,5 entrevistas por dia. Todas as famílias e todos os domicílios são marcados com um GPS, que é um aparelho que marca a coordenada do domicílio no mapa. Ou seja, quando se quiser voltar a essas famílias, sabe-se onde encontrá-las facilmente. Além das entrevistas das famílias, fizemos também a aplicação de provas padronizadas em 210' escolas, para medir o impacto do programa no desempenho acadêmico dos alunos beneficiários. Os 5.600 questionários já estão digitados e disponíveis em forma eletrônica.

Floriano Pesaro, Secretário do Programa Nacional de Bolsa Escola

A avaliação é algo que custa muito E, num país com as dimensões do Brasil, as dificuldades são ainda maiores, não só pela dimensão territorial, mas também pelas diferenças sociais - diga-se de passagem, uma das maiores do mundo.

Pudemos ver, com algumas diferenças de idéias ou de metodologias, que há uma linha de avaliação e de monitoramento do impacto ou da evolução desses programas. E isso, como disse o Dr. Paes de Barros, serve como base até para a continuidade e para a correção de políticas públicas de investimento direto ou indireto. Direto à família ou indiretamente na infraestrutura educacional e de saúde.

Na nossa avaliação, feita com o IPESP - rudimentar pelo tamanho da amostra e pelas dificuldades também inerentes a essa avaliação -, percebemos, por exemplo, que não há um conhecimento sobre os Conselhos de Controle Social, os conselhos locais do Bolsa Escola, o que é muito ruim para o Programa, porque estamos depositando parte da confiança do monitoramento e do acompanhamento da frequência aos Conselhos. Mas os Conselhos também podem ter um papel de - avaliação, desde que, para isso, eles tenham algum tipo de metodologia.

Então, já lanço aqui um desafio ao

nosso Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, em especial ao diretor do Departamento Social, Dr. Ricardo Paes de Barros, que nos ajude - não só com o Bolsa Escola, mas na avaliação dos programas sociais - a difundir uma metodologia mais simplificada de avaliação. E que, assim, pudéssemos ter, ao longo de um período, um conjunto de avaliações feitas pelos próprios municípios, pelos próprios técnicos municipais das secretarias de Educação, de Bem-Estar ou de Assistência Social, que pudéssemos ter um conjunto de avaliações, além das que vamos promover.

PALESTRA II

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO



A partir da esquerda: Selim Jahan e Cláudio Moura e Castro

Cláudio Moura e Castro. Faculdades Pitágoras

Para começar a colocar as coisas nos seus devidos lugares, quando falamos de erradicação de pobreza, temos dois eixos. De um lado, a educação e, de outro, o marco macroeconômico. Esses dois fatores são de enorme impacto para determinar a redução da pobreza e têm uma interação bastante difícil de entender. Portanto, a primeira parte da minha conversa vai ser uma tentativa de colocar nos seus lugares o papel da educação e o papel do marco macroeconômico, o que é complicado. Em seguida, vou passar a temas mais específicos de como se medem os resultados do que se está fazendo em matéria de educação e prioridades etc.

Mas vamos ver, inicialmente, educação. A pergunta é a seguinte: educação é uma vacina contra pobreza? Esta é a pergunta central.

A idéia é velha. Quase tudo o que a gente procura encontra em Adam Smith. E isso não é exceção. Quer dizer, Adam Smith mostra muito claramente o impacto da educação, do aprendizado, da capacidade de fazer melhor como o que tem a ver com a riqueza das nações, que é o nome do livro dele naturalmente.

Um economista conhecido como Marshal, no princípio do século, retoma o tema. E, na

década de 60, ele é reinventado ou redescoberto. E aí, nesse momento, nas mãos de Ted Schultz, recebe o título de capital humano, em analogia ao capital físico, porque o que faz o capital físico? O capital físico faz com que a força do homem, a energia do homem, o trabalho do homem produza mais. Alguém que tem uma enxada cava mais do que alguém que usa as unhas. Alguém com um trator cava mais do que quem tem uma enxada. E o capital humano tem exatamente o mesmo impacto que o capital físico. É alguma coisa com que aqueles que a possuem aumentam sua produtividade. Eles produzem mais, eles produzem melhor, eles produzem com menos custo. Portanto, há uma analogia entre capital humano e capital físico, que foi captada por Schultz, merecedor de um Prêmio Nobel por isso.

Existem muitos estudos mostrando a associação estatística entre investimento em educação e crescimento, entre desenvolvimento de recursos humanos e desenvolvimento econômico. Se quisermos ser rigorosos, todos eles têm falhas. Porque, sobretudo, não se controlam as outras variáveis ou o estudo é um estudo microeconômico voltado para rendas individuais e que projeta, para um marco macroeconômico, um conjunto de limitações.

Agora, quando tomamos em bloco esse conjunto de estudos que vêm sendo feitos ao longo dos anos, há resultados muito sugestivos. Aqui, podemos dizer se, cientificamente, fica bem demonstrado ou não. O volume de estudos sugerindo uma relação causa-efeito entre educação e desenvolvimento econômico é tão grande que torna-se bastante razoável aceitar a hipótese de que realmente existe essa relação.

E isso leva a várias conclusões. A primeira delas, uma conclusão de observação: todos ou quase todos os países que investiram muito em educação correspondem aos países mais ricos. Coincidência, artefato, construção estatística? Cabe a pergunta. Mas o risco de achar que é coincidência e acreditar nisso é muito alto.

Também observamos alguma coisa ainda mais sugestiva nas nações que investiram pesadamente em educação: esses são países que tiveram, em conseqüência, um surto extraordinário de desenvolvimento econômico. Em primeiro lugar, é o caso da Alemanha, na segunda metade do século XIX, que investiu pesadamente em educação, em formação profissional, em universidades e se tornou uma potência, quer dizer, igualou-se a Inglaterra e França num período estreito. Em seguida, quase ao mesmo tempo, vem o Japão, que é um caso extraordinário de desenvolvimento, de industrialização e de modernização em curto prazo, com um esforço gigantesco em matéria de educação.

Esses estudos são muito sugestivos. E também países como Costa Rica e Chile, que fizeram um investimento pesado e sério em educação por considerável período de tempo, são os que estão em melhor situação' hoje na América Latina, tanto social quanto econômica.

Porém, educação é uma condição necessária, mas não suficiente. Há países com excelente capital humano que não sabem como usar. Caso clássico: os países da ex-União Soviética. Excelente nível de educação e um "desaprendizado" de como usar essa educação. E outro caso clássico: Argentina, que' cada vez menos tem competência para usar seu capital humano, extraordinariamente superior ao do Brasil.

Finalmente, acho que cabe outra ressalva, que é a da perspectiva individual. O impacto da educação é muito grande. não sabemos qual a conseqüência do somatório dos ganhos individuais sobre o crescimento de uma sociedade. Isso é um problema bem complicado em economia. Mas sabemos que, do ponto de vista individual, quem tem mais educação tem uma probabilidade muito mais elevada de ter mais renda. Quer dizer, a renda de quem tem um diploma superior é entre duas ou três vezes maior do que a renda de quem tem um diploma de nível médio no Brasil.

Aí, entra o outro eixo, a outra vertente, que é o quadro institucional. Tudo que pode acontecer numa sociedade é emoldurado por essa ficção, por essa palavra, às vezes um pouco tênue de significado, que é a macroeconomia. Portanto, temos um fator positivo, permanente, de longo prazo, que é a educação, e temos outro fator altamente conjuntural, que é o quadro macroeconômico.

Os dados do Brasil são muito eloqüentes. Os momentos de desenvolvimento econômico mais rápidos foram os momentos em que se eliminou mais pobreza no Brasil. não há como sair muito dessa camisa de força: quando o país cresce, reduz-se a pobreza. Claro que há muito mais coisas a se dizer sobre isso. O impacto da educação é muito mais em longo prazo.

Quando a macroeconomia "azeda", como aconteceu na Rússia, na Bielo-Rússia, na Ucrânia, em alguns países da Ásia Central, tudo trava. Apesar do enorme nível de educação, esses países não conseguem produzir com competência. E não só isso: com a crise econômica, a própria educação que eles tinham começa a se deteriorar.

Hoje, a Rússia, quando tomamos os não-repetentes, ou seja, os alunos de 15 anos de idade que estão na série correspondente, è examinamos o resultado do Pisa, vamos ver que o Brasil empata com a Rússia. Que o Brasil esteja ruim não é uma grande surpresa. Agora, que a Rússia tenha descido ao nível de um país dos mais modestos níveis de realizações educativas é extraordinário.

Entendido, portanto, que existem esses dois eixos e que há uma interação delicada e

difícil, passamos a um ponto seguinte, que é o que chamo aqui "a batalha contra a pobreza e a batalha dos indicadores". Temos que usar números, porque estamos falando de fenômenos macrossociais.

Então, reduzir pobreza é uma coisa; reduzir os indicadores de pobreza é outro assunto, dependendo de que indicadores nós temos. E o primeiro comentário que quero fazer é sobre o IDH, um indicador do PNUD, que é a primeira grande novidade depois que inventaram renda nacional. O IDH é um indicador que engloba a massa da população, educada ou não educada, a massa da população viva, portanto, descontando os que morreram, além de alguns indicadores de frequência à escola etc. Ele é um indicador com fator inercial muito grande. Quer dizer, no curso de uma gestão de governo, digamos, de quatro anos, são quatro cortes de idade que entram, contra oitenta cortes de idade que existem no país, embora essas cortes de mais idade já sejam menores. Mas é um fluxo, é uma tor-neirinha pingando num reservatório enorme.

Quando se fala em taxa de analfabetismo é preciso ter cuidado. Estamos julgando os 50 anos passados de governo e não os governos presentes. Portanto, esses indicadores têm um forte componente inercial. E precisamos ter cuidado para entender que eles não podem ser utilizados para avaliar políticas de um determinado governo. Ele examina, com muita justiça e muita justeza, as políticas acumuladas de 20, 30, 40, 50 anos de um Estado, mas não o esforço que um determinado país faz.

Então, temos que julgar políticas com indicadores de curto prazo. E temos que julgar o esforço coletivo de uma sociedade ao longo de 50 anos por intermédio do IDH.

Passamos, agora, a um problema clássico da quantidade *versus* qualidade ou quantidade via qualidade, que é um ponto que quase não se menciona. As estatísticas convencionais contam cabeças e não entram na qualidade da educação. Agora, na verdade, na educação, quantidade e contagem de cabeças é só metade da história. Falta mais. A própria definição de alfabetizado e não-alfabetizado não é comparável de país a país. Portanto,

cuidado com as definições. Elas não têm comparabilidade internacional. Mas elas têm comparabilidade no tempo. Portanto, podemos comparar um período com outro. Podemos comparar Estado com Estado. Em algum momento, vamos ter que endurecer nossa estatística de analfabetismo. Mas pobre do Ministro que fizer isso. De repente, a taxa de analfabetismo vai pular de 5% para 30%.

O que é importante é que o analfabetismo tradicional, puro e simples, está acabando no Brasil. E o analfabetismo que pode ser tratado por algum tipo de política também já está acabando.

Agora, vamos ao segundo ponto. Quando olhamos nossa estatística, vemos que o problema da quantidade, no início, foi resolvido e que o problema da quantidade só reaparece num nível, mais tarde, como no fim do primeiro grau. E aí, nós dizemos: é, realmente, não temos mais problema de quantidade no princípio. Mas ainda temos um problema de quantidade no médio, no superior etc. Essa análise é fundamentalmente errada, porque a única razão no sistema brasileiro pela qual falta quantidade a partir do fim do primeiro grau é que a qualidade nos níveis anteriores é muito ruim. O problema, portanto, não é de quantidade. O problema é de qualidade.

como a qualidade da educação é fraca, o aluno repete e desiste e, portanto, mais adiante, a coorte na escola vai ficando rala e a gente diz que tem um problema de quantidade. Na verdade, o que temos é um problema de qualidade no nível mais baixo. O problema de quantidade já está praticamente resolvido.

Passo, em seguida, para o penúltimo ponto que eu gostaria de tratar, que é uma decisão, talvez a decisão mais cruel e mais difícil: o que fazemos com aqueles que já passaram da idade oficial, semi-oficial ou usual de ser escolarizado? Essa é uma decisão muito difícil e que ninguém tem coragem de discutir. Ninguém vai a público para dizer que não vamos escolarizar essa faixa etária, porque não é bom negócio.

E aí? E os outros? Estão perdidos? E a faixa de 20 a 30 anos? Na verdade, implicitamente, pelos atrasos, o Brasil, sem ter-uma política, está cuidando dos 20 a 30 anos. Afinal,

temos 3 milhões de matriculados no supletivo. Nós não temos clareza a respeito disso. O Brasil teve uma experiência muito ruim, ou pelo menos interpretada como muito ruim, com o Mobral, que, a meu ver, foi muito ruim no início e bastante bom no fim. Mas não temos uma política clara para essa faixa de idade e ninguém quer conversar sobre isso.

O Comunidade Solidária tem um programa interessante, bastante bem administrado. Mas, no fundo, é muito pouco o que se faz na área de alfabetização. O que temos é um setor informal da educação que é gigantesco e que ninguém mediu. Quer dizer, há um colosso de educação que acontece, inclusive sendo oferecida por televisão. Existe um volume enorme de coisas acontecendo e que sequer estão nas estatísticas.

Agora, passo ao último ponto, que é o próximo passo: onde nós chegamos. Se acreditamos que educação é alguma coisa que, a longo prazo, vai fazer a diferença entre um país mediano e um país sólido e rico, temos que nos preocupar com ela.

Eu gostaria de, rapidamente, historiar o que aconteceu com a educação no Brasil. É a história da educação em cinco minutos. Tivemos um enorme desprezo pela educação durante toda a nossa História. Éramos pobres e éramos pobres também de educação. A República Velha foi até pior do que o Império. com a industrialização do Brasil, houve uma grande aceleração, mas o desenvolvimento brasileiro foi tão rápido que a educação não conseguiu acompanhar, apesar de ter crescido de forma relativamente rápida. E existem algumas grandes borbulhas de desenvolvimento que acontecem. uma delas foi a criação do SENAI. A outra foi a criação de uma grande universidade federal e da pós-graduação e a pesquisa. Ficaram para trás o primeiro e segundo graus. Apesar dos discursos, nunca foram levados a sério.

Somente na década de 90 o Brasil descobre que o primeiro grau é importante. Os brasileiros descobrem que é preciso dar um grande salto no primeiro grau. Então, é preciso entender que o salto da educação da década de 90 não é o salto do ministro. É o salto do Brasil. O MEC passa a ser um formulador de política.

Ele passa a ser um formulador de parâmetros. Ele acerta as suas logísticas, das merendas, dos FUNDEFs e o do livro etc.

E, no fundo, o que é a década de 90? A década de 90 é a criação, no MEC, nos estados e nos municípios, de um grande sistema de gerenciamento da educação. Sem isso, não podia ser feito o próximo passo, que ainda não se realizou. Quer dizer, não poderíamos trocar a ordem. A década de 90 foi a década de consertar, de criar um sistema de gerenciamento na educação, porque a educação não se faz por geração espontânea.

A grande revolução feita na década de 90 parou na porta da escola. E tinha que ser assim, porque não havia um sistema que pudesse fazer a coisa ao contrário. E, hoje, o que nós descobrimos? Descobrimos que parar na porta da escola não é suficiente. Tem que entrar na escola. O professor é mal preparado. O professor ganha mal. Os livros não são necessariamente bons. A noção do que é aprender, essa avalanche curricular, com tanta coisa para ser aprendida, tanto fato, tanta teoria, tanta coisa que não dá tempo para aprender nada, só dá tempo para ouvir falar de tudo.

Portanto, entramos em 2000 terminando a revolução gerencial e no umbral da revolução da sala de aula, que é nosso próximo desafio. Sem essa revolução na sala de aula, achar que vamos ter um país sério é pura mitologia, é querer tampar o sol com a peneira.

Selim Tahan. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

Irei me concentrar em três questões. uma é colocar a discussão em algum contexto. A segunda é comentar algumas das questões que o Cláudio levantou. E a terceira é fazer aquela resposta dos 34 mil dólares. Por que índice de Desenvolvimento Humano?

Vamos começar pelo contexto mais amplo. Se examinarmos o nexos desenvolvimento humano e educação, primeiro temos de saber o que é desenvolvimento humano. Todos sabemos que desenvolvimento humano é um processo de escolhas. Se queremos aumentar essas escolhas, temos de aumentar as capacidades e as oportunidades para as pessoas.

Desenvolvimento humano, em última

análise, é o desenvolvimento das pessoas, o que significa desenvolvimento de recursos humanos, ou seja, o fluxo de desenvolvimento deve ser transferido para as vidas das pessoas, desenvolvido pelas pessoas.

E onde entra a educação nesse quadro mais amplo? Deixem-me pegar a noção de educação um passo à frente. A educação é o insumo da criação de conhecimento. não o insumo suficiente, em alguns casos, nem sequer necessário, mas o insumo importante. O conhecimento é vital por duas razões. Primeiro, porque tem um valor intrínseco. Em segundo lugar, o conhecimento também tem um valor instrumental. E aumenta o crescimento econômico, aumenta a produtividade, as habilidades das pessoas. E o que a gente esquece amiúde é que isso é um importante instrumento para reduzir a desigualdade.

Hoje, a desigualdade na riqueza, na distribuição de terra, nos ativos, não é o fator crítico em termos da desigualdade de renda, é sim, a desigualdade no acesso à educação e ao conhecimento.

uma vez que temos esse contexto mais amplo nas nossas idéias, vamos abordar alguns aspectos mencionados pelo Cláudio. uma das questões que ele levantou é se a educação é uma vacina contra a pobreza. Acho que é uma cura para a pobreza, porque aumentando a capacidade das pessoas, colocando mais recursos humanos, você tem crescimento econômico e, conseqüentemente, aumento da igualdade e da equidade também.

Onde entra o grande quadro macroeconômico? como disse o Cláudio, você pode investir nas pessoas, pode construir recursos humanos, mas se o quadro macroeconômico não estiver correto, não se pode usar esses recursos humanos. Esses são dois lados da equação da construção das capacidades humanas. Mas você precisa também de um quadro macroeconômico para criar oportunidades, para que essas habilidades possam ser usadas.

O Cláudio mencionou - e eu fiquei contente de ele ter mencionado - as qualidades. Às vezes, quando fala de educação, a gente só se concentra nas quantidades. Mas a qualidade da educação é tão importante quanto a quantidade. Devo acrescentar a isso

toda a questão da eficiência nos gastos com a educação, também importante.

A última questão com relação à apresentação do Cláudio é que a educação tem um forte impacto sobre a qualidade dos recursos humanos. Quando a mulher é educada, tem uma externalidade maior do que quando o homem é educado, porque isso está ligado a resultados de saúde e nutricionais, por causa das crianças. Existem externalidades educacionais em termos de mandar as crianças para a escola etc.

Passando, então, para o índice de Desenvolvimento Humano. O tipo de limitação que o Cláudio mencionou em relação ao IDH, eu concordo totalmente.

Então, a pergunta é: por que o IDH foi criado? O IDH foi construído por três razões essenciais: uma substantiva, uma estatística e uma política. A razão ou motivação substantiva pode ser resumida como: vamos ter uma medida única, tão vulgar, tão simples quanto o PIB *per capita*, mas não tão cega quanto o PIB *per capita*, em relação à amplitude da dimensão humana. A motivação estatística: você pode ter páginas e mais páginas de tabelas com indicadores brilhantes sobre desenvolvimento humano, mas, a menos que exista uma medida única, as pessoas vão olhar essas tabelas, indicadores e dados com muito respeito e, no final do dia, quando precisarem de uma medida única, recorrerão ao PIB *per capita*. A motivação política: todo país tem outro país com o qual se comparar. Se você tomar a Índia, por exemplo, queremos saber o que está acontecendo no restante dos países. Então, se você tem um índice composto para 174 países e publicar isso na ONU, basicamente, cria-se um tipo de concorrência muito amigável entre os países.

E a questão que eu gostaria de levantar é que o IDH expressa basicamente uma média e uma medida composta. Todos conhecemos os problemas tanto de medidas compostas quanto de médias. Nenhuma medida composta é perfeita. E é preciso desmascarar as médias. O IDH não é voltado para a política. Ele mostra o ponto em que você está na média. Se você quiser utilizar isso como uma ferramenta política, precisa desagregá-lo em termos de região, gênero, raças e grupos

étnicos. E quando se desagrega o IDH, você vai ver como mensurar a situação na sua própria sociedade.

E o último ponto referente ao IDH. Eu sempre uso uma metáfora para falar sobre isso. O IDH é apenas um aspecto da questão. Você tem que complementá-lo com todo tipo de indicadores e dados importantes que fazem parte do desenvolvimento humano. Quando você junta tudo isso, então, tem um quadro completo. A metáfora é que o desenvolvimento humano consiste de IDH, de todos os indicadores, de todas as tabelas, de tudo o que se relaciona ao desenvolvimento humano. A contabilidade do desenvolvimento humano inclui tudo. É como uma casa. E o IDH é apenas uma janela, uma porta dessa casa. E eu digo a vocês: não tomem a porta pela casa. E, por favor, não parem à porta. Entrem na casa.

MESA-REDONDA II

POLÍTICAS DE RENDA MÍNIMA: A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL



A partir da esquerda: Craig Loflin, Milda Lourdes Pala Moraes, Cristovam Buarque, Gilda Portugal Gouvêa, Iara Prado, Inês Kisil Miskalo e Júlio Jacobo

VÍDEO Ruth Cardoso. Presidente do Conselho da Comunidade Solidária

O Programa Bolsa Escola Federal é, do meu ponto de vista, exemplar. Pela primeira vez, impusemos critérios objetivos, sérios, muito bem trabalhados, para a distribuição desses recursos. com cartões eletrônicos, demos às mães uma chance inédita no país: uma chance de serem reconhecidas como aquelas que devem administrar os recursos da família. E isso é um passo muito importante para o desenvolvimento social de todas as comunidades. E muito difícil, às vezes, de ser aceito, pela tradição já estabelecida há tanto tempo, de prioridade para os chefes de família. Hoje, as mães são, em grande maioria, as chefes de família. E isso foi um reconhecimento muito importante. É um primeiro passo desse Programa.

O segundo passo foi, realmente, a distribuição correta, a partir de critérios estatísticos estabelecidos e a garantia de acesso às famílias mais pobres. Este é um grande problema dos nossos programas sociais e que estamos tentando corrigir e superar. O grande problema é nunca chegar a, realmente, aqueles mais pobres, que mais precisam.

Os programas são desenhados para combater a pobreza mas em geral não chegam a ela, porque é muito difícil chegar. É preciso um esforço muito especial. É preciso uma focalização e uma vontade de fazer dar certo.

E isso aconteceu com o Programa Bolsa Escola.

Efetivamente, hoje, já temos demonstrado um grande número de famílias recebendo esse auxílio e o resultado, que são as crianças na escola. Quer dizer, nós temos aí dois movimentos, que são extremamente importantes.

E como estamos falando de participação da comunidade, quer dizer, o mais importante é que priorizar as mães é uma forma de trazer uma nova força para a participação comunitária. E, ao mesmo tempo, priorizar as mães significa incluí-las também nesse processo de inclusão na educação oferecido aos filhos. E elas têm prioridade nos programas de alfabetização solidária que o Conselho da Comunidade Solidária desenvolve.

Ontem mesmo estive no município de Piranhas, no Nordeste do Brasil, perto do Rio São Francisco, e lá pude presenciar duas mães que recebem auxílio do Bolsa Escola, numa única classe - há muito mais do que essas. Mas, na classe que eu visitei, havia duas mães que recebem esse benefício e estavam justamente no curso de alfabetização de jovens e adultos procurando receber o mesmo benefício que os seus filhos agora podem receber com o apoio do Bolsa Escola.

Então, é uma mobilização que se estende à família. É uma mobilização que traz, com respeito e dignidade, as pessoas da comunidade à participação, ao acesso à educação. E, portanto, elas recebem também

esse reconhecimento. O modo pelo qual foi realizada a distribuição do Bolsa Escola é, em si mesmo, engenhoso e importante. E muda nosso enfoque de políticas assistencialistas, políticas sobre as quais o assistido não tem nenhuma autonomia. E, principalmente, que não têm regularidade.

O Bolsa Escola é um recurso regular, que pode ser acessado pelo próprio assistido constantemente, e no qual ele se sente reconhecido como ser humano que está recebendo um direito à educação, extensivo a toda a família.

Então, acho esse traço muito importante. É em função disso que o Comunidade Solidária tem colocado à disposição todos os recursos de que dispões, para auxiliar, na ampliação dessa mobilização, no cadastramento das famílias que devem receber o Bolsa Escola. O Programa Universidade Solidária mobilizou as universidades e os estudantes, e os estudantes foram auxiliares importantes, no controle de um cadastramento rigoroso e bem feito.

Agora, estamos recebendo as mães com prioridade nos programas de alfabetização. Essa é a parceria que oferecemos com nossos recursos para justamente, ampliar o grau de participação comunitária no Programa Bolsa Escola.

Eu espero que este debate seja muito importante e interessante. E que cheguemos, então, a verificar a importância desses caminhos novos em programas sociais, com novos tipos de planejamento, com inovações que permitam mais rapidamente, atingir nossos objetivos de diminuição tanto do analfabetismo quanto da evasão escolar, que sempre foram traços muito negativos nos nossos indicadores, mas que começam a mudar e a mudar muito rapidamente.

Iara Prado. Secretária de Ensino Fundamental do Ministério da Educação

A condição para a implantação de uma democracia, num país desigual e que viveu, durante muito tempo, períodos autoritários, períodos de ditaduras, como é o caso do nosso país e de muitos países irmãos nossos, da América Latina, é a participação social.

Essa questão é central no caso brasileiro, onde temos uma herança social de

populações que vivem na pobreza, por uma herança histórica muito grande, e isso é apontado em todos os instrumentos de medição que a sociedade possui.

Nós sabemos que os governos democráticos, ao desenvolverem políticas públicas, precisam envolver a população que vai ser beneficiada, porque esta população está marginalizada dos direitos estabelecidos pelas sociedades.

O governo, ao elaborar uma política pública de renda mínima, que atinge as camadas mais pobres da população, deve ter muito claro que vai trabalhar com uma questão de mentalidade que é a política como um direito, não uma dádiva. O segundo problema é que essas políticas, normalmente, estão centradas nas regiões mais pobres do país, onde enfrentamos problemas como a oligarquia, o patrimonialismo.

O enfrentamento de uma pobreza histórica, que vem de nossa herança colonial, tem que ser com políticas obsessivas e que não mudem de governo para governo. com políticas que, efetivamente, levem as populações vulneráveis a entenderem que aquilo é um direito - não um dever do Estado, ou um benefício que está sendo dado por um político.

No caso do Ministério da Educação, sabemos que temos uma tarefa maior. Um dos elementos para o enfrentamento da desigualdade que existe na sociedade brasileira é a educação. Então, todos sabemos que dependem da escolaridade as oportunidades que as pessoas têm de se localizar, hoje, no mercado de trabalho.

O Ministério da Educação procurou, durante todo esse tempo, desenvolver políticas que, em primeiro lugar, mudassem a mentalidade dos dirigentes educacionais, em relação à questão do direito.

Os professores, por sua vez, precisam entender que têm um plano de carreira e que esse plano de carreira foi negociado com eles e que é a regra. Pode ser mudado, mas tem que ser mudado dentro de uma relação democrática, de participação, de discussão, de diálogo.

O governo Fernando Henrique Cardoso tem três programas que efetivamente vão marcar esse momento de volta à democracia em nosso país. O primeiro é a questão da

estabilidade política. O segundo foi a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, quer dizer, a lei que impede que se gaste mais do que se arrecada, principalmente no setor público. O terceiro ponto foi a construção da rede de proteção social.

Essa rede de proteção social é exatamente nossa batalha para o enfrentamento da desigualdade social. É onde o Estado reconhece que existem populações historicamente marginalizadas e que, por meio do reconhecimento de um direito, ele apoia essas populações, com programas do tipo Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, PETI, Agente Jovem de Desenvolvimento, Bolsa Renda, auxílio-gás.

São todas políticas focalizadas em que, mediante um cartão, estamos dando às pessoas que estiveram à marginalidade o direito de retirar o seu benefício e gerar empregos, mobilizando suas economias.

Eu gostaria de deixar uma reflexão: enquanto o Brasil, esse Brasil que já foi chamado de Belíndia, tem problemas de natureza semelhantes aos problemas que vivem os países mais desenvolvidos, nas regiões Sul e Sudeste, nós temos, ainda, populações que vivem em condições de trabalho extremamente complicadas.

Nós temos que trabalhar o Brasil de uma forma diferenciada, olhando a última revolução que aconteceu nesse mundo, a qual, no meu entender, é quase pior do que a Revolução Industrial do século 17.

Nós precisamos pensar, com clareza, que não estamos isolados do mundo e que, para as comunidades mais pobres do planeta, as atividades econômicas que vêm sobrando são aquelas marginalizadas: é o narcotráfico, enquanto atividade econômica; é a pedofilia e todas as atividades econômicas sexuais, que estão empregando as populações excluídas. São, enfim, as máfias, em geral.

Esse é o nosso desafio. O desafio da equalização de direitos, da transformação de pobres em cidadãos. É uma tarefa extremamente complicada, mas extremamente estimulante, para os próximos responsáveis por políticas públicas no País.

Inês Kisol Miskalo, Coordenadora da Área de

Educação do Instituto Ayrton Senna

Nós, do Instituto Ayrton Senna, elegemos o desenvolvimento de crianças e jovens como nossa missão, privilegiamos de ações que lhes garantam o direito ao desenvolvimento e à inserção no mundo da cidadania.

Essas ações passaram a seguir a lógica do "fazer com" no lugar do "fazer por". Isto é, trabalhamos junto com o poder público na busca de soluções aos problemas nacionais, desenhando, estruturando, desenvolvendo e avaliando propostas, para apresentá-las prontas e disponibilizá-las a todos os sistemas que as desejarem.

A estratégia adotada para alcançar esse objetivo foi a adoção de práticas do "fazer" e do "influir", tendo a educação como instrumento de desenvolvimento humano.

Atuando no processo educativo formal, temos o Acelera Brasil, um programa de aceleração de aprendizagem; o Se Liga, de alfabetização; e o Escola Campeã, de gestão municipal em educação e gestão escolar. São programas desenvolvidos para o Ensino Fundamental, como respostas aos problemas que foram surgindo em nossa trajetória.

Após esses anos de acompanhamento, podemos dizer, com segurança, que o maior problema educacional não é pedagógico, mas sim, gerencial, pois o acompanhamento de processos e resultados não é parte integrante de nossa cultura educacional.

É fundamental que a escola faça uma auto-avaliação muito séria de seu desempenho, pois, se não houve aprendizagem, será que houve ensino?

A reprovação costuma ser tratada como ato consumado, sobre o qual não se tem mais poder de intervenção. Mas ela é construída no dia-a-dia.

A educação é um processo de construção coletiva, de responsabilidade de toda a comunidade, tanto escolar quanto familiar e governamental. Por ser um processo de corresponsabilidades entre os setores governamental, empresarial e da sociedade civil, trabalhamos em alianças e parcerias, com esses três vértices. Deles, o primeiro a manifestar-se positivamente deve ser o poder governamental, em âmbito municipal e estadual.

Ao assumir que o fracasso educacional decorre de um processo e de um sistema, forçosamente concluímos pela urgência de políticas públicas competentes.

Qualificar o ensino e garantir alfabetização efetiva requerem, portanto, diferentes compromissos. Projetos contínuos, profissionais competentes, famílias envolvidas e conscientes do direito dos seus filhos à educação de bom nível: isso significa, não apenas oferta de qualidade, mas qualificação da demanda.

É preciso ter outro olhar para o processo educacional, estabelecendo prioridades em planejamentos, com metas e prazos, com responsabilidades determinadas e comprometidas com resultados.

Falamos de mudança cultural, de hierarquia de responsabilidades, e não, de funções ou poder. Neles, os processos sintetizam as várias ações que acontecem na escola.

Tanto a família quanto a escola devem acreditar nas suas crianças, apostando em sua aprendizagem. O maior benefício que a aprendizagem efetiva traz é o crescimento humano é a preservação do direito da criança a uma escola que realmente lhe sirva de ingresso ao mundo da cidadania. Um benefício que transforma toda a sociedade, inclusive fora do contexto educacional.

Saúde, bem-estar, segurança, produção... tudo se transforma!

Cristovam Buarque, ex-Governador do Distrito Federal e Presidente do Missão Criança

Existem dois pontos que as pessoas talvez não estejam percebendo. Um é qual é a lógica, a filosofia, os princípios por trás do Bolsa Escola. Pouca gente percebeu, até aqui, que o Bolsa Escola significa a ruptura com uma maneira tradicional de enfrentar os problemas sociais. E o segundo é propor um complemento para o Bolsa Escola.

No que se refere à filosofia, nós há 200 anos vivemos no mundo, e há 50, pelo menos, no Brasil e na América Latina, vigora a idéia de que os problemas sociais serão resolvidos pela economia, que, com a renda crescendo, a pobreza diminui.

Parou de acontecer isso a partir dos anos 70, 80. A renda cresce sem se distribuir. E

o Bolsa Escola representa uma ruptura disso. O Bolsa Escola significa a idéia de que a pobreza não será resolvida pela renda nem pelo crescimento econômico, mas sim, pelo aumento da oferta dos bens e serviços essenciais para a população. E aí entra a educação.

O Bolsa Escola, além de uma revolução no conceito de concentrar no crescimento econômico a solução da pobreza, é uma postura nova de estratégia, que diz: para que as pessoas que estão fora sejam incorporadas, saindo' da pobreza, vamos mobilizá-las para que elas produzam aquilo de que precisam.

O que tira da pobreza não é o salário de um pedreiro. O que tira da pobreza é abrir a torneira e ter água encanada. como fazer isso? Por meio de incentivos sociais, pagando aos pobres para que sejam empregados na produção do que necessitam. uma espécie de keynesianismo tropical, ou um keynesianismo social. Um keynesianismo em que não é a renda que vai para a demanda, que erradica a pobreza. não. É o produto do trabalhador contratado pelo Estado, como a mãe do Bolsa Escola.

Agora, claro que a pobreza não se erradica apenas com incentivos sociais diretos aos pobres. Precisam de incentivos sociais indiretos, que sejam pagos àqueles que não são pobres, mas sem os quais não há como produzir para os pobres. Entre esses, por exemplo, os médicos e os professores.

Essa é a filosofia de um programa de erradicação da pobreza baseado no enfrentamento direto do problema central, que é a escassez de bens e serviços essenciais que não chegam, por isso, a todos. E a solução disso é empregar mão-de-obra, pagando a renda, para que os bens essenciais apareçam na sociedade.

Mas eu queria, além de falar da filosofia, propor um complemento ao Bolsa Escola, um outro incentivo social sem o qual o Bolsa Escola fica incompleto. Na verdade, quando a gente inventou isso, criou um erro de marketing ao chamar um programa como se fossem dois. O Bolsa Escola é o pagamento mensal de um salário à mãe para que os filhos não falem à escola. Mas foi preciso complementar isso com o pagamento de uma renda às próprias crianças, para que elas estudassem. Esse programa se chama Poupança Escola.

O Poupança Escola é um salário que se paga, no final do ano, às crianças que passaram de ano. Mas não lhes paga diretamente. Esse dinheiro vai para uma caderneta de poupança que só será liberada se a criança terminar o segundo grau.

Se a gente não fizer isso, o Bolsa Escola cumpre o papel de garantir a freqüência, mas não cumpre seu outro papel, que é induzir o melhor aproveitamento e a promoção.

Do ponto de vista do governo federal, isso nem representa custo, porque é apenas uma contabilidade monetária dizendo que o dinheiro está depositado. Nem precisa existir o dinheiro, a não ser no momento em que a criança sai do segundo grau. E, no dia em que a criança sai do segundo grau, o produto que o país recebe é muito maior do que esse pouquinho de dinheiro que a gente gastaria com essas crianças.

O nosso desafio é erradicar a exclusão, que é tema central desse Encontro. A exclusão passa pela educação. A educação passa, não pelo crescimento econômico, mas pelo investimento direto, empregando a população pobre, as mães, as crianças, todos os que a gente puder empregar, para que eles produzam aquilo cuja existência faz a pobreza desaparecer.

Milda Lourdes Pala Moraes. Gerente do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

Demonstrarei mecanismos estabelecidos para três programas da Secretaria, que são programas de distribuição de renda, digamos assim. É o BPC, que é o Benefício de Prestação Continuada; o Brasil Jovem, com ênfase no projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, e no PETI, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, do qual sou a gerente.

Quanto ao BPC, temos instituída uma revisão semestral, que se dá de forma descentralizada, pelos estados e municípios, e tem como metodologia a visita domiciliar realizada pelos assistentes sociais, que, utilizando instrumentos específicos, coletam informações sobre o perfil do beneficiário e as necessidades do núcleo familiar.

Um segundo mecanismo é um sistema

informatizado de controle, que possibilita trabalhar as informações oriundas dessa revisão e a tomada de decisões, seja em relação à manutenção, à exclusão ou à suspensão de um benefício. E temos um sistema de gerenciamento de processo, que é um sistema tripartite, nas três esferas de governo.

O projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social, voltado para adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos, visa trabalhar o protagonismo juvenil, criando meios para que esses adolescentes possam se preparar para a vida adulta e para a inserção no mundo de trabalho. Os mecanismos de participação e controle desses projetos são, primeiro, a participação dos Conselhos de Assistência Social, que validam a permanência dos jovens no programa e o estabelecimento das próprias normas e diretrizes do programa. Está em fase de construção uma proposta de acompanhamento mais sistemático, por parte da sociedade, de sua execução.

O que eu considero mais importante é o fato de o próprio jovem exercer esse papel de controle social do programa. Porque, a partir do momento em que, na proposta do projeto, se trabalha o protagonismo juvenil, esse jovem também é preparado para ser o controlador do programa ou serviço no qual está inserido.

com relação ao PETI, que detalharei um pouco mais, por ser a minha área, temos, nos últimos anos, insistentemente buscado uma maior participação e controle social. Entendemos, como disse muito bem o Professor Cristovam, que nosso maior desafio é erradicar a pobreza. E erradicar o trabalho infantil passa pela erradicação da pobreza. A maioria das crianças inseridas no trabalho infantil está inserida devido à situação de vulnerabilidade e de pobreza em que se encontrava.

Se queremos tirar essas crianças do trabalho infantil, erradicar o trabalho infantil -e erradicar é uma palavra muito forte -, precisamos tirá-las do contexto no qual estavam inseridas. E retirá-las desse contexto significa retirá-las da situação de pobreza, de vulnerabilidade em que elas se encontravam. Temos muito claro que, para conseguir isso, precisamos, sim, ter um maior envolvimento,

uma maior participação e um maior controle por parte da sociedade.

Nesse sentido, há um esforço de buscar o envolvimento dos Conselhos de Assistência Social, dos Conselhos de Direito das Crianças, de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Tutelares e das comissões estaduais e municipais de erradicação do trabalho infantil, que são exigências da SEAS. E, desde a implantação do programa, buscamos assegurar essa participação e esse controle social, por menor e mais frágil que ele seja e por mais que precise ser fortalecido.

Quanto aos mecanismos de participação, há outros mecanismos. Hoje, o Brasil vive um momento de mobilização social em torno do tema "trabalho infantil" muito grande. E essa mobilização social surgiu a partir do momento em que foi possibilitado à sociedade participar do processo, discutir o processo. E isso é uma coisa que nós consideramos extremamente importante. É- um desafio, mas se tem conseguido que essa mobilização social se fortaleça a cada dia.

O estabelecimento das normas e diretrizes impõe, como exigência para a implantação do programa, a constituição da comissão, porque queremos que a sociedade participe desde o início.

Essas comissões têm papel definido e atribuições definidas - atribuições que giram em torno da participação e do controle social.

No âmbito da assistência social como um todo e também da Secretaria de Assistência Social como um todo, alguns princípios regem sua atuação. Em todos os programas, busca-se a participação de todas as instâncias, governamentais e não-governamentais. Todos os atores, direta ou indiretamente envolvidos com as ações desenvolvidas pela Secretaria, sempre são chamados a participar da execução dos diversos programas.

Há busca de participação efetiva e constante da sociedade, porque, como bem disse a Dra. Iara no início de sua fala, temos de fazer com que os beneficiários dos nossos programas participem das ações das quais são o público-alvo. não podemos ignorar o que eles pensam e sentem, como eles acham que devem ser atendidos.

A questão do co-financiamento. A Secretaria tem se empenhado o máximo possível no sentido do co-financiamento dos seus programas, seja na revisão do BPC, financiando a revisão, seja na execução de planos nacionais de capacitação, seja na promoção de reuniões com os diversos atores, para discutir os diversos temas relativos aos vários programas.

Nós, no PETI, enquanto gerência, temos buscado a participação e o controle social do programa. como eu disse, consideramos extremamente importante essa participação e esse controle social. E temos muito claro que só vamos atingir o objetivo a que o programa se propõe se tivermos, se conseguirmos envolver a sociedade, de forma que ela possa controlar a execução do programa lá na ponta, lá onde ele, de fato, acontece.

Por mais que nos esforcemos no sentido de estabelecer um Plano Nacional de Capacitação, depois de um tempo as pessoas que foram capacitadas já não estão mais lá, já são outras pessoas. Então essa é, sem dúvida nenhuma, uma dificuldade.

Outra dificuldade - eu diria até que trata-se de um desafio - é o reconhecimento dos gestores, da importância do controle social, de forma que eles assegurem meios e mecanismos para que esse controle social, de fato, exista, para que esses mecanismos de controle social realmente possam se dar. Precisamos que os gestores reconheçam a importância desse papel social e possibilitem meios para que ele seja desenvolvido.

O terceiro e grande desafio, volto a enfatizar, é a participação do usuário nesse controle social. É a participação das famílias, é a participação das crianças, é a participação dos adolescentes, dos idosos, dos portadores de dificuldades. Ou seja, nós precisamos envolver, cada vez mais, quem é, de fato, beneficiário dos nossos programas, na execução dos mesmos. São eles que, digamos assim, vão nos dar o apito, eles que vão apitar, que vão nos avisar quando a panela não estiver com a temperatura adequada, quando o programa não estiver atingindo o objetivo a que se propõe.

Então, eu queria, para fechar, dizer que o nosso maior desafio, realmente, é

erradicar a pobreza. Agora, para que a gente possa erradicar a pobreza, sem dúvida nenhuma, a participação e o controle sociais são fundamentais.

Túlio Jacobo UNESCO

A discussão da renda mínima, da garantia da renda mínima, não é nova. Nós descobrimos, inclusive com muita surpresa, essa discussão ali por meados da década de 90, quando o governador Cristovam Buarque e outros locais do país, como Campinas, começaram a colocar a questão da renda mínima, da bolsa escola etc.

Descobrimos, com alguma surpresa, que estávamos imersos, sem querer ou sem saber, numa discussão que teria algumas décadas de antiguidade e que nós só nos colocávamos ou subíamos nesse bonde da História com vinte, trinta anos de atraso. A Europa já a vinha discutindo, países centrais já vinham discutindo todas essas mudanças que estavam acontecendo no mundo do trabalho - a emergência de novas formas de pobreza, a emergência de novas condições, enquanto crises do sistema de proteção social no mundo todo.

E começamos a ver nesse rebatimento que a nossa pobreza era muito mais tradicional do que a nova pobreza que aparecia na Europa. Nós começamos a ver grandes pontos de confluência entre as duas discussões, coisa que arítes não existia.

Na Europa vigorava - e vigorou, por muitas décadas - um pouco a teoria do pleno emprego. O que quer dizer? Se hoje temos pleno emprego, as condições econômicas no dia de amanhã vão nos permitir a incorporação de todo esse contingente, de todo esse exército industrial de reserva.

Recentemente, na década de 90, começou a haver o reconhecimento de que, nas melhores condições de mercado - isso na Europa -, esse exército industrial de reserva seria apropriado ou inapropriado, como mecanismo produtivo, que a pobreza transformava-se, de fator conjuntural, em elemento estrutural capaz de definir novas formas de política, novas formas de enfrentamento.

Aí, surgem a renda mínima de incorporação da Espanha, da França e de outros

países. No Brasil, em 1995, começamos a enfrentar, começamos a nos confrontar com novas formas de propostas e novas demandas, para as quais a própria UNESCO não tinha muitas respostas e experiências internacionais.

O que era isso? Era a proposta do Bolsa Escola como mecanismo que, em última instância, queria enfrentar dois problemas em um único movimento. Enfrentar, de alguma forma, a questão da pobreza e, como já explicou o governador Buarque, a questão da criação de mecanismos que permitissem, de uma forma ou de outra, uma redistribuição do não-redistribuído originalmente. E, simultaneamente, melhorar as condições de acesso e permanência dos setores excluídos na escola.

Pensávamos, e todo mundo pensa, que criança pobre cai fora da escola porque não gosta de estudar. Nós evidenciamos, nessa pesquisa, que a escola para a criança pobre é o ambiente do lúdico. A casa, o domicílio, é o âmbito do trabalho: ali, ela tem que cuidar dos irmãos, fazer a comida, limpar a casa etc. A escola, além de âmbito de estudo, para essa criança se converte em âmbito do prazer, âmbito das amizades e do jogo.

Por último, constatamos que realmente havia diferenças significativas de trabalho infantil entre crianças do Bolsa Escola e crianças não integradas ao Bolsa Escola. Isso quer dizer que o Bolsa Escola contribuía, de uma forma ou de outra, para diminuir drasticamente as necessidades e condições familiares de trabalho infantil.

Craig Loftin. UNICEF

O fator mais significativo desses programas diz respeito à vinculação dos mesmos com a escolarização. com isso, rompe-se uma lógica meramente assistencial, incorporando também uma dimensão estrutural. Ou seja, os programas não se limitam a atenuar os efeitos da exclusão social, mas incorporam estratégias associadas à democratização do acesso e da permanência no sistema educacional.

Aqui está a diferença e o valor agregado destes programas: gerar efeitos de médio e longo prazos sobre um dos principais fatores geradores da desigualdade social.

A participação social é elemento funda-

mental no sucesso e sustentabilidade de programas sociais. E isso se aplica, em absoluto, a programas de renda mínima, bolsa escola e erradicação do trabalho infantil. Se examinarmos os lugares onde esses programas têm tido maior eficácia - em termos de efetuar transformações sociais e mudar padrões culturais em relação ao valor dado à educação nas comunidades - vemos que ele está em lugares em que os mecanismos de participação social na formulação, gestão e monitoramento de programas são os mais sólidos.

O governo federal tem reconhecido a importância das comissões paritárias de governo e sociedade civil, para assegurar o controle social dos programas, envolvendo a transferência de recursos. O resultado inesperado, porém, tem sido a multiplicação de comissões paralelas: comissões PETI, Bolsa Escola, Merenda Escolar e outras. Isso tem onerado a capacidade da sociedade civil, especialmente em municípios no interior, e não contribui para a integração das ações.

As experiências em curso, sobretudo nos municípios brasileiros, bem como as avaliações já realizadas, apontam a adequação e justificam a tomada do núcleo familiar como referência de programas sociais para combate à pobreza e promoção da inclusão social.

Focalizar a família, tornando-a o melhor lugar para a criança se fortalecer e desenvolver. O enfoque na família, como unidade de intervenção, também apresenta uma janela para a convergência de ações. É na família que se pode medir se nossos programas e políticas são integrados ou trabalham de forma paralela.

O Cadastro Único vai nos dar uma oportunidade para analisar essa questão. Um passo a mais será dado quando pudermos medir o impacto diferenciado e a eventual complementaridade de programas federais, estaduais e municipais.

Em relação à integração de ações e ao seu impacto na família, existe uma contradição concreta a ser superada. Refiro-me à diretriz operacional de que a mesma família não pode se beneficiar dos programas PETI e Bolsa Escola, não a mesma criança, mas a mesma família com várias crianças. como um programa tira as crianças do trabalho infantil, e o outro é

preventivo, seu maior impacto seria garanti-lo por meio de uma atuação complementar.

Apesar desse item a ser superado, os programas tipo Bolsa Escola tendem a ampliar as opções dos indivíduos e famílias, para buscar as alternativas que o mercado e os serviços públicos oferecem, com os recursos em espécie, em seu poder, oferecidos pelo Estado.

O determinante parece ser o adicional de renda, e não sua substituição por outros serviços sociais. não estão sendo ameaçadas a rede pública de educação, de saúde e de assistência social nem os outros programas de saúde da família e de merenda escolar. Ao contrário, está sim, sendo reforçada a renda das famílias para aliviar a situação de falta de alimentos e vestuário e garantir acesso e permanência à escola e aos demais equipamentos públicos.

Para finalizar, ao apoiar o conceito dos programas de renda mínima como instrumento para aumentar a incursão escolar, a UNICEF Brasil acredita que chegou a hora de entender melhor os elementos que os tornem efetivos.

Num país com as dimensões e a diversidade do Brasil, não é fácil definir fórmulas para determinar transferências apropriadas. As políticas de incentivos nacionais precisam considerar diferenças regionais e as condições do trabalho infantil. Atividades extra-curriculares e complementares sempre devem ser integradas de forma a atrair os estudantes e mantê-los na escola.

O nível de renda dos estudantes e das famílias beneficiadas com o Programa de Bolsa Escola deve ser examinado, para análise de sua duração. Um mecanismo nacional de monitoramento, como um contínuo de avaliação permanente dos Programas de Bolsa Escola e renda mínima, daria ao Brasil, e aos outros países, condições de aprender como quebrar o ciclo de pobreza, por meio da inclusão educativa das suas crianças.

DESDOBRAMENTOS E ENCERRAMENTO DO "SEMINÁRIO INTERNACIONAL BOLSA ESCOLA"



A partir da esquerda: Luíza Maria dos Santos Carvalho, Floriano Pesaro, Henry Jaclen e Maristela Baioni

Henry Tackeleen, Representante adjunto do PNUD no Brasil

Para nós, no PNUD, a experiência brasileira é rica de várias formas. É rica pelos 500 anos de história que essa sociedade tem. É rica e trágica pela estabilidade, para a qual não existe adjetivo, essa estabilidade de 500 anos em que a pobreza se mantém como uma fronteira intransponível, apesar de vários tipos de idéias, políticas, programas, fundos. como todos sabem, no Brasil não existe o problema de recursos, existe o de alocação de recursos.

Dentro desse parâmetro, o Brasil nos interessa também, porque são vários brasis. Ele pode se dividir em cinco países, talvez mais. E a cada um deles corresponde uma comunidade de países com características semelhantes.

O Cláudio Moura Castro, ontem, lembrou-me de para discutir o conceito de capital humano, que esse tipo de programa não é uma dádiva, é uma transferência. Mas eu já descrevi isso para colegas meus em outras partes do mundo e disse: "Olha, para mim, que venho do setor privado, isso representa uma forma nova de investimento". Pensamos em investimento financeiro e, usando o feminismo do ex-governador Cristovam Buarque, acho que aqui estamos fazendo investimentos em capital humano que podem ter retornos gigan-

tescos para essa sociedade. Bravo ao Cristovam também pela poupança-escola, que, eu acredito, é uma idéia maravilhosa.

Esses últimos vinte anos, para o Brasil, tem sido um processo de modernização, de transparência e de criação de um novo sentido de cidadania. Isso também é de muito interesse a vários países.

Estamos aqui numa estratosfera. E fiquei impressionado com vários de vocês, que vêm dos municípios, alguns deles bem pequenos, lá do interior do Brasil, que vivem dentro dessa realidade da pobreza brasileira. E essa realidade tem que ser trazida constantemente, para avaliar o impacto de um programa com as dimensões do Bolsa Escola Federal.

Floriano Pesaro. Secretário do Programa Nacional de Bolsa Escola

Ainda na segunda-feira, uma amiga, presente aqui, dizia: "Vocês foram muito corajosos em mesclar pessoas das mais variadas atividades, dos mais variados níveis de ação pública ou privada".

Nossa idéia era realmente misturar aqui os mais variados conhecimentos, desde aquele conhecimento de quem trabalha com a mãe, ou de quem trabalha com a professora - como secretário de educação ou como coordenador "do Bolsa Escola local, em cidades pequenas

como Caririçu, ou cidades maiores, como Guarulhos - até pessoas que talvez nunca tenham trabalhado diretamente com esse público - senão estudado esse público durante muitos anos, ou as estatísticas, fruto desse trabalho, como no caso dos colegas do IPEA. Acho que foi muito positivo, desse ponto de vista, trocarmos experiências.

Quando estava no Chile, na semana passada, numa reunião da CEPAL e do PNUD, eu olhava para os professores mais velhos e me perguntava: "Será que vamos demorar mais quanto tempo para resolver a questão da desigualdade na América Latina?". O diálogo lá era Sul-Sul, ou seja, o diálogo dos países pobres do Hemisfério Sul.

E eu sempre fazia uma diferença, logo no início: "Olha, eu não sou um acadêmico, eu sou um gestor, um gestor público. Nossa intenção é implementar, sempre na velocidade mais rápida, porque aquilo de que estamos tratando não tem mais tempo para esperar. Nós estamos tratando da vida das pessoas, da alimentação das pessoas, da educação das pessoas que estão sofrendo".

Um trabalho como o Bolsa Escola Federal, que reúne, como eu dizia, os mais diversos níveis - o nível da gestão local, da escola, da prefeitura, do governo federal, das Nações Unidas - deve envolver todos os nossos irmãos latino-americanos hoje presentes.

Ontem acompanhei uma parte do Fórum dos Prefeitos, dos Secretários, dos Coordenadores e escutei: "Olha, o Programa não é do governo federal, o governo federal isso, o governo federal aquilo". Sem vocês, não tem programa. Quer dizer, sem a participação efetiva das prefeituras, dos coordenadores locais, não tem Programa. E nós temos absoluta consciência disso.

Portanto, se vocês analisarem friamente, o Bolsa Escola Federal só existe porque existem programas municipais. Ou seja, na verdade, não se trata mais do aporte que era feito no PGRM, o Programa de Garantia de Renda Mínima passado. O que se transferia para a prefeitura, agora se transfere diretamente ao cidadão, mas dentro de uma lógica e de uma ação dos municípios.

Outra questão importante é a do cartão

magnético. O que está por trás do cartão magnético é uma coisa absolutamente inovadora, porque combate, e talvez até elimine de vez, o clientelismo e a ingerência política sobre os programas.

Quando começamos esse programa, o Ministro Paulo Renato nos orientou desta forma: "A priori, todos os prefeitos têm condição de implementar, com a máxima seriedade, esse programa. Já provaram isso. Pode confiar nos prefeitos, pode confiar nos gestores municipais". E é o que estamos fazendo, com todas as dificuldades tecnológicas de implementar um programa em oito meses, agora completando um ano, em maio. O que está aqui representa uma verdadeira revolução do meio de pagamento, do meio de transferência de benefícios sociais.

E eu sempre brinco, dizendo que o mais importante não é o cartão. O cartão muda uma lógica, um paradigma dos programas sociais, mas o que está aqui, por trás da tarja preta, é um poderoso cadastro que vocês fizeram nos municípios. Eu digo poderoso porque nunca tinha sido feito um cadastro. O único cadastro que temos no Brasil é o CPF - cadastro dos ricos ou da classe média, não importa. Quem tem conta em banco, quem tem CPF? É uma minoria no Brasil. O Imposto de Renda, então, são 11 milhões em 170 milhões.

O que nós temos aqui não foi o governo federal quem fez, foram os municípios que fizeram. Nós temos o nome da mãe, o nome das crianças, onde elas estudam, onde elas moram. E com isso, passamos a poder fazer política pública muito mais focalizada, com muito menos ingerência política, muito menos clientelismo. Isso significa que o dinheiro rende mais. Isso significa que, quando a gente fala em gastar R\$ 2 bilhões para atender a 5 ou 6 milhões de mães, nós estamos falando que não haverá desvio nesses recursos. Isso é importante.

Eu queria deixar isso muito claro, para que houvesse a consciência de que, atrelado à educação, o nosso objetivo é pagar benefício. Coloco tudo isso para que a gente tenha, primeiro, cumplicidade, transparência e sinceridade ao assumir as dificuldades que temos pela frente.

Sei que todos os prefeitos e secretários

presentes aqui querem o aumento do Programa, o que é positivo de um lado, e negativo de outro. Negativo porque mostra que há mais pobres do que havíamos calculado inicialmente, e positivo porque mostra que, com elogios e críticas, o Programa é muito bem aceito. Há consenso sobre isso.

De qualquer maneira, Henry lembrava, ontem, que não haveria o Bolsa Escola em todo o Brasil, da forma como foi implementado, sem que tivéssemos essa tecnologia que está por trás: a tecnologia do banco de dados, a tecnologia do meio de pagamento, o que nos parece a coisa mais revolucionária.

Por que que nós temos esse desenvolvimento tecnológico no Brasil, no sistema financeiro? Porque tivemos mais de vinte anos de uma inflação monumental. E, para fugir da inflação monumental, a classe média e aqueles mais ricos criaram mecanismos sofisticados de proteção, por meio da correção monetária.

Então, essa tecnologia que o Brasil desenvolveu, fruto desse largo período inflacionário, possibilitou uma postura "do bem" hoje, como nós costumamos chamar a possibilidade de usar instrumentos, tecnologia e capilaridade para fazer o pagamento de um benefício social tão importante e de forma tão direta.

Então, quando os nossos gestores locais, que são vocês, voltarem para os municípios, o dinheiro já estará lá, disponível para as mães. Isso é feito todo mês.

Eu queria dar esse depoimento da tecnologia, ou seja, da tecnologia que está por trás da filosofia desse programa social. É um assunto que, do ponto de vista internacional, ainda vamos ter que discutir bastante e que, do ponto de vista local, nacional, nós discutimos bastante ontem. Há a questão da gestão do programa tecnológico, porque a Secretaria não quer, não pode e não tem condição de se burocratizar a ponto de querer incluir e excluir beneficiários aqui, em Brasília. Esse é um papel dos municípios, esse é um papel dos gestores municipais.

Cabe a nós e ao nosso agente operador, a Caixa Econômica Federal, desenvolver o mais breve possível um *software*, um sistema de gestão local, para que vocês possam operar o Programa com a responsabilidade que lhes compete.

Então, espero que ainda este ano a gente consiga avançar nisso.

Ontem, me diziam: "Saí do Seminário com algumas dúvidas". Eu falei: "Mais dúvidas do que quando entrou?". "É, mais dúvidas do que quando entrei". Então, isso é bom. Isso significa que temos, primeiro, uma enorme capacidade de pensar, de refletir.

Agora precisamos pensar na avaliação. Foi provocante o painel de ontem, que tive a honra e a oportunidade de moderar, porque a questão da avaliação é muito complicada no Brasil pelas dimensões - pela dimensão continental, pela dimensão regional e pela dimensão das diferenças sociais.

O dinheiro, como todos sabem, é escasso. É escasso só no Brasil? Aqui estão temos colegas de outros países, perguntem para eles se lá sobra dinheiro, se tem dinheiro em abundância. Não tem. O dinheiro é escasso no mundo inteiro.

Mas não vamos só pensar na questão dos recursos. Vamos pensar no que podemos fazer juntos, com a sociedade, com a comunidade privada.

No vale do Cariri, no sul do Ceará, perto de Juazeiro e Crato, foram buscar parceria com os empresários locais, com o dono do mercado, o dono da lojinha. O material de esporte para as crianças, eles conseguiram por uma doação das fábricas próximas. Então, a participação da sociedade hoje é fundamental.

A Dra. Ruth dizia exatamente isso. O governo não pode fazer tudo sozinho. Sem contar com a parceria descentralizada, de estados e municípios, e sem contar com a comunidade local, nós não vamos em frente.

Então, eu queria agradecer a todos que puderam, de uma forma ou de outra, participar e nos ajudar, em especial ao representante do PNUD, responsável pelo relatório de desenvolvimento humano, Selim Jahan, que está aqui presente. Muito obrigado. Ele é um dos maiores especialistas em desenvolvimento humano do mundo, diretamente de Nova York.

Ao Alejandro Grinspun, que também é um especialista e nos honrou muito com sua presença. À Carolyn Heinrich, que é especialista em avaliação de projetos sociais. Ela já esteve

aqui no ano passado, a convite do Banco Interamericano de Desenvolvimento, do BID, para fazer um relatório sobre a implantação do Bolsa Escola Federal, e apresentou ontem uma brilhante conclusão. Muito obrigado, Carolyn, vamos usar o seu trabalho para o desenvolvimento de outras ações.

Ao Frans Roselaers, ao Martin Hopenhayn, ao Armand Pereira, da OIT, ao Craig Loftin, ao Júlio Jacobo, da UNESCO. Pessoas que contribuíram muito para este debate. Pessoas do mundo, que têm experiências em várias outras nações.

Aos brasileiros, Cláudio Moura Castro, que dispensa grandes apresentações, escreve sempre nos jornais, nas revistas, e é um especialista em educação. Ao senador Suplicy que, a despeito de todo conhecimento sobre renda mínima, deu um verdadeiro show ontem.

Ao senador Lúcio Alcântara, que é, na minha opinião, um dos grandes senadores que a República tem, que o Brasil tem, um intelectual, um cearense, um intelectual de primeira grandeza.

E, então, um agradecimento especial ao PNUD, ao Dr. Walter Franco, ao Dr. Henry, à Luiza, à Maristela e à Cristina. Sem essa tropa de elite, nós não teríamos conseguido realizar e ter patrocínio para este evento. À OIT e à UNESCO, que são grandes parceiras.

Queria também fazer um agradecimento especial ao Ministério da Educação, aos meus companheiros de trabalho, da publicidade, à Ana China e à Aline, do Cerimonial, à Evelise, Ana Paula, Fabiana e Fábio. Em especial à nossa assessoria internacional, que é brilhante, à embaixadora Vitória Cleaver e à Fernanda Canto. E à empresa que nos apoiou, a Diamond.

Em especial, também, um agradecimento ao Eduardo, ao Sérgio, ao Antonio, ao Carlos, à Tais, ao Felipe, ao Vernon, ao Valdo-miro, ao Portugal e ao Valerio, que são os meus funcionários da Secretaria do Bolsa Escola, pela realização de tudo isso.

São duas ações que gostaríamos de realizar, hoje, num consenso internacional. Então, esta é uma ação. E a segunda ação é um consenso nacional, que surgiu ontem na nossa reunião com os prefeitos e secretários, de fazermos uma agenda nacional de interlocução e de debate.

E eu queria, Elizeu, fazer um agradecimento especial a você, em nome do Ministério da Educação e em nome do ministro Paulo Renato, que ontem perguntou quem estava, ou quais eram as pessoas que estavam por trás deste evento e eu disse que, entre elas, estava você, que trabalhou nas últimas duas semanas, dia e noite, para que esse evento pudesse ser realizado.

Então, queria pedir, se os demais companheiros de outros países permitirem, que o Luis, companheiro *dei Progressa, de la oportunidad*, agora lesse *ta*. Carta de Brasília, que *ablamos hoy*, por favor. Está em português, Luis.

Luis Barquera. Oportunidades - México

Este documento se chama *A Carta de Brasília*.



CARTA DE BRASÍLIA

Os programas de renda mínima vinculada à educação de Argentina, Brasil, Nicarágua, ! fondants e Mexico, bem como os representantes do Paraguai, Trinidad e Tobago e República Dominicana manifestam, à lu^ dos compromissos sociais assumidos na última Cúpula das Américas e na recém realizada Sessão Especial das Nações Unidas sobre Infância, a intenção de:

estabelecer parcerias sustentáveis entre os diversos programas nacionais de transferência de renda vinculada à educação;

fomentar mecanismos de diálogo permanente entre os países e parceiros em relação ao tema;

promover análises conjuntas dos desafios e soluções adotadas pelos diversos programa;

articular conjuntamente com os organismos internacionais, iniciativa privada e governos a internacionalização de propostas de transferência de renda vinculada à educação, promoção do capital humano e inclusão social; e

definir uma agenda de trabalho conjunto.

Neste sentido, os dirigentes dos programas, reunidos em Brasília, Brasil no período de 20 a 22 de maio de 2002, propõem que, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, seja criada uma rede permanente de cooperação entri' todos programas nacionais de transferência de renda vinculada a educação, aberta à inclusão de programas semehantes de outros países e capaz de promover a distribuição de renda e a inclusão social pela tia da educação.

Brasília, 22 de maio de 2002

Argentina

[Handwritten signature]
S. Campesano

[Handwritten signature]
K. Campesano

Brasil

[Handwritten signature]

Honduras

[Handwritten signature]

México

[Handwritten signature]
Luis Campesano

Nicarágua

[Handwritten signature]

Paraguai

[Handwritten signature]
S. Campesano

República Dominicana

[Handwritten signature]
Campesano

Trinidad e Tobago

[Handwritten signature]

Floriano Pesaro

A idéia desse termo de compromisso que estamos tirando deste "Seminário Internacional" é criar uma rede de cooperação entre os países latino-americanos e do Caribe, para trocar informações gerenciais sobre o Programa, sobre banco de dados, tecnologia de meio de pagamento e eventuais transferências dessas tecnologias. Em acréscimo, trocar informações sobre aporte de recursos nacionais, como, no caso brasileiro, com o Fundo de Combate à Pobreza ou internacionais, como no caso de vários países que recebem recursos do Banco Mundial ou do BID, para o desenvolvimento desses programas.

Todos poderão ter acesso, inclusive vocês aqui presentes, a essa comunicação internacional de programas similares ao Bolsa Escola. Isso vai ser muito bom para todos, no Brasil, para todos esses países e para vocês, nos municípios, que poderão acessar informações.

Eduardo Suplicy, Senador da República

Mais uma vez reiterando, prezado Floriano Pesaro, cumprimento-o por este simpósio. Gostaria de reiterar o que, certamente, é um apelo dos responsáveis pelo Bolsa Escola e Renda Mínima Social da Educação, que colaborem todos os prefeitos e secretários, e responsáveis por esses programas, com aquelas pessoas das universidades que estão fazendo pesquisas e levantamentos, dentre as quais a professora Maria Ozanir e Silva, da Universidade Federal do Maranhão, em colaboração com a PUC de São Paulo e a UNICAMP.

Ontem, conversando com o diretor da OIT no Brasil, Armand Pereira, discutimos que, efetivamente, possam ser realizadas análises mais bem feitas, sobre quais os efeitos, por exemplo, do desenho do Programa hoje. As famílias que não recebem até meio salário mínimo, que recebem R\$ 15,00, R\$ 30,00, R\$ 45,00, que efeitos isso tem para a distribuição da renda, para o emprego, para a educação? Que outros desenhos poderiam ser adotados? Há alguns municípios, como no caso do próprio município onde eu moro, o município de São Paulo, que fez um entendimento com o Bolsa Escola, o Programa Bolsa Escola, em que soma o valor do Bolsa Escola com um desenho um

pouco mais generoso. Isso é possível, para o município de São Paulo.

Floriano Pesaro

Muito obrigado, Senador. Muito obrigado a todos. Este foi um grande evento, eu tenho certeza, e nos acrescentou muito. Muito obrigado a todos.

REDE INTERNACIONAL "BOLSA ESCOLA"

Após o Seminário, como resultado do interesse e manifestação espontânea dos participantes, os representantes de oito países presentes consensualmente assinaram um documento recomendando a criação de uma rede internacional de cooperação com os seguintes princípios fundamentais:

- estabelecer parcerias sustentáveis entre os diversos programas;
- fomentar mecanismos de diálogo permanente entre países e programas parceiros;
- promover análises conjuntas de desafios e soluções adotadas pelos diversos programas;
- articular conjuntamente com os organismos internacionais, iniciativa privada e governos a internacionalização de modelos de política social;
- definir uma agenda de trabalho conjunto.

Na verdade, a *Carta de Brasília*, assinada por representantes da Argentina, Brasil, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, República Dominicana e Trinidad e Tobago, surgiu de uma vontade expressa dos representantes presentes no Seminário Internacional Bolsa Escola de consolidar um mecanismo que viabilizasse um intercâmbio permanente entre diversas políticas públicas, com ênfase naquelas que priorizam as transferências condicionadas de renda. Diferentemente de outras propostas e experiências de construção de redes de cooperação, percebe-se a necessidade de formar uma rede que seja, além de extremamente democrática e participativa, notadamente operacional. Ou seja, que realmente não sirva apenas como painel de discussão, já que existem diversos foros com esse objetivo.

Deve-se destacar que a intenção manifesta no Seminário Internacional Bolsa Escola também converge com outros esforços do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento no sentido de facilitar a comunicação e estabelecer mecanismos de acompanhamento sistemático dos programas. Além disso, a idéia da rede encontra fundamento nos objetivos sociais aprovados na última Cúpula das Américas e na Sessão

Especial das Nações Unidas sobre a Infância.

Em maio de 2002, pouco antes do Seminário Internacional Bolsa Escola, o Banco Mundial promoveu em Puebla, México, um *workshop* internacional intitulado Programas de Transferências Condicionadas - Experiências Operativas. Na oportunidade, programas de diversos países presentes, como Brasil, Colômbia, Costa Rica, Honduras, Jamaica, México e Turquia debateram semelhanças e diferenças entre os seus programas. Durante o evento, foram apresentados os conceitos e modelos operacionais de cada programa. Os representantes presentes manifestaram o interesse de manter o contato e aprofundar o intercâmbio.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, responsável pelo financiamento de vários programas de transferência condicionada no continente latino-americano, tem realizado vários eventos de discussão no intuito de aprimorar principalmente os instrumentos de avaliação das políticas que contam com o seu apoio. Em novembro de 2002, o Banco realiza em Londres, um encontro com especialistas em avaliação e monitoramento de políticas-súcias e representantes de programas sociais. Intitulado *First Meeting of the Social Policy Monitoring Network*, o evento tem como objetivos promover discussões no nível técnico entre desenhos de programa e avaliação de impacto e gerar capacidade institucional para a realização de avaliação. A proposta central é que os especialistas convidados possam se reunir periodicamente para discutir aspectos de cada programa, em especial no que tange à avaliação de impacto.

É mais que evidente que há um amplo interesse de especialistas, acadêmicos, organismos internacionais e dos próprios países em manter contato permanente e promover troca de experiências de forma sistemática.

Logo, em um primeiro momento parecia bastante oportuno e razoável que fosse criada uma rede de cooperação entre os programas de transferência condicionada de renda. Aliás, a *Carta de Brasília* recomendava que uma rede fosse criada com essa caracte-

rística, sob os auspícios do sistema das Nações Unidas, em especial como fruto de um trabalho do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. No entanto, a fim de aglutinar diferentes possibilidades de cooperação e não restringir esforços a um determinado campo, a presente proposta amplia a idéia original de consorciar programas congêneres, sob os auspícios do PNUD em conjunto com demais parceiros, para um conceito mais concreto e factível de *cooperação Sul-Sul*.

O cerne de uma proposta futura de continuidade consiste na disseminação entre os programas de conceitos, técnicas, ferramentas operacionais, tecnologias e sistemas de monitoramento, controle e avaliação utilizados em programas sociais com ênfase na educação como instrumento de inclusão social. Ampliando o conceito inicialmente concebido no Seminário Internacional Bolsa Escola, bem como a estratégia do BID de reunir periodicamente especialistas em monitoramento e avaliação para acompanhar progressos dos programas, o conceito da RISTE - Rede Internacional para a Socialização de Tecnologias de Educação se relaciona à própria implantação dos programas. Desta forma, poderão fazer parte da rede e por ela ser beneficiados, não apenas programas já consolidados, mas iniciativas em fase ainda inicial que demandam estratégias e facilidades operacionais desde seu desenlio até sua plena execução.

A formação da RISTE consiste em uma rede de cooperação permanente voltada para a difusão, apoio e suporte à implantação de políticas públicas baseadas na educação como instrumento de inclusão social. O principal instrumento da rede é a disponibilização e o compartilhamento de modelos e sistemas sem nenhum custo adicional para cada país. Os componentes da rede devem disponibilizar para os demais integrantes o know-how disponível e os recursos técnicos/tecnológicos empregados na implementação de cada programa.

AGRADECIMENTOS FINAIS

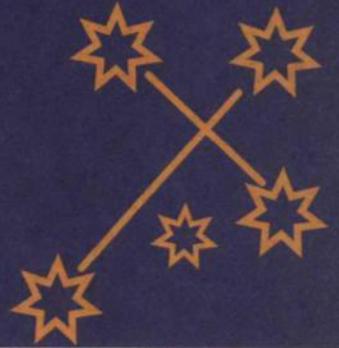
A Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola agradece à valiosa participação de todos os palestrantes, bem como o apoio das instituições cujo envolvimento possibilitou a realização deste trabalho, a saber: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; Organização Internacional do Trabalho; Agência Brasileira de Cooperação; Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação; Comissão de Educação do Senado Federal; Cerimonial do Ministério de Educação.



FALA, BRASIL: 0800-616161
www.mec.gov.br
Secretaria do Programa Nacional de
Bolsa Escola: SGAS Av. L2 Sul, Quadra 607,
Lote 50, 2º andar,
70200-670, Brasília-DF

Capa impressa em 240 g.
Miolo impresso em 90 g.
Reciclato é o papel offset
100% reciclado produzido
em escala industrial no
Brasil, feito de aparas pré
e pós-consumo.

RECICLATO
SUZANO



Apoio:

Comissão de Educação
do Senado Federal



Realização:

MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)